



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES
AMAZÔNICAS - PPGHISPAM

ANDRÉA SIQUEIRA DE MELO

AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E OS DESAFIOS DO USO
SUSTENTÁVEL DA FLORESTA:

A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico

PORTO NACIONAL - TO

2022

ANDRÉA SIQUEIRA DE MELO

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E OS DESAFIOS DO USO
SUSTENTÁVEL DA FLORESTA:**

A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas, PPGHISPAM pela discente Andréa Siqueira de Melo como requisito para a continuidade na elaboração de Dissertação de Mestrado junto ao programa, sob a orientação da *Prof^a Dr^a Marina Haizenreder Ertzogue*

PORTO NACIONAL - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M528q Melo, Andréa Siqueira de .

As quebradeiras de coco babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: a luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico . / Andréa Siqueira de Melo. – Porto Nacional, TO, 2022.

130 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em História das Populações Amazônicas (PPGHSPAM), 2022.

Orientadora : Marina Haizenreder Ertzogue

1. Meio ambiente. 2. Mulheres extrativistas. 3. Babaçu. 4. Preservação ambiental. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDRÉA SIQUEIRA DE MELO

AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E OS DESAFIOS DO USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA:

A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas (PPHISPAM).
Foi avaliada para obtenção do título de
Mestre em História e aprovada em sua forma final pelo
orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13 / 12 / 2022

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Marina Haizenreder Ertzogue

Prof. (a) Dr. (a) Vasni de Almeida

Prof. (a) Dr. (a) Elineide Eugenio Marques

Porto Nacional - TO, 2022

*Dedico aos meus pais Dinair e Josias
E aos meus filhos Clara e Thiago*

AVE MARIA DAS QUEBRADEIRAS

*“Ave Palmeira, que sofre desgraça,
Malditos derrubam, queimam e devastam.*

*Bendito é teu fruto que serve de alimento
E no leito da morte ainda nos dá sustento.*

Santa mãe palmeira,

Mãe de leite verdadeiro.

Em sua hora derradeira,

Rogai por nós quebradeiras”.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Marina Haizenreder Ertzogue, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigado por acreditar em mim e pelos incentivos. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Vasni de Almeida e Prof.^a Dr.^a Elineide Eugenio Marques que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. Aos amigos pelo apoio e dedicação Dirceu Carvalho de Moura, Dhambrya Morgana Neves de Souza, Maria de Jesus Pereira dos Santos e Meire Vânia Ferreira Araújo Guimarães vocês foram fundamentais para conclusão dessa pesquisa. À minha família, por apoiarem e compreenderem o meu processo de estudo. E às minhas irmãs Juliana Siqueira e Patrícia Siqueira, sempre prontas a me apoiar em tudo nesta vida. Aos meus filhos, Clara Siqueira de Melo Moura e Thiago Augusto Siqueira Neres, grata pela existência de vocês, meu estímulo diário por evolução pessoal e profissional. Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Da palmeira babaçu, nada se perde, tudo se aproveita. Dela, milhares de famílias tiram o seu sustento. Da palha se faz cestos e chapéus. Das folhas, o teto das casas. Da casca, carvão e artesanato. Do caule, adubo. Das amêndoas, óleo, azeite, sabão, leite de coco e farinha. É chamada palmeira mãe, pois o tempo que leva da floração a queda do coco são exatos 9 meses. A presente dissertação está centrada numa investigação acerca das Quebradeiras de Coco, pela preservação, uso sustentável e no desenvolvimento econômico dos subprodutos do babaçu, na região do extremo norte do Estado do Tocantins, área denominada como Bico do Papagaio. O estudo teve por objetivo abordar sobre as comunidades extrativista desta região na luta pela terra, onde assumem um papel importante por meio da criação da Lei do Babaçu Livre e especificamente a RESEX do Extremo Norte, além do enfoque de representação de natureza dada a importância que a palmeira tem para essas comunidades. A pesquisa com abordagem qualitativa consistiu na elaboração de uma revisão bibliográfica sistemática, em artigos e publicações acadêmicas sobre a temática, além do levantamento de informações em revistas, jornais e legislação. Foram utilizadas como método de pesquisa a história oral, que consistiu na gravação de depoimentos através de roteiro de entrevistas semiestruturadas, baseadas nas memórias individuais, coleta de imagens e na análise de conteúdo. O produto final será a construção de exposição fotográfica como material de apoio pedagógico na área de Ciências Humanas no ensino de História, para turmas do Ensino Médio no CEM Professor Florêncio Aires de Porto Nacional. O tema tem grande importância para a memória coletiva local, a quebra do coco é uma tarefa passada a gerações e ganhou maior visibilidade e valorização de identidade dessas comunidades com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A luta pela terra ainda é uma questão longe de ter uma solução mesmo com a aprovação da Lei do Babaçu Livre e na criação da Reserva Extrativista, as Quebradeiras de Coco ainda se veem impedidas de ter acesso aos babaçuais, numa região onde os conflitos por terra são constantes. Entretanto, por intermédio de políticas públicas, associações e projetos vem fomentando mudanças econômicas, sociais e de preservação ambiental.

Palavras-chaves: Meio ambiente; Mulheres extrativistas; Babaçu; Preservação ambiental.

ABSTRACT

This dissertation is focused on an investigation about the struggle for the preservation and sustainable use of the babassu palm by coconut breakers in the far north of the State of Tocantins, in an area called Bico do Papagaio. Its objective is to discuss the extractive communities in this region that, through the struggle for land, play an important role in the preservation of the babassu palm, which is for the coconut breakers the mother who supports their children. The study consists of preparing a systematic review through the content analysis of articles and academic publications on the topic of coconut breakers and the preservation of the environment, as well as the struggle for land and thus the production of quantitative data on the subject studied. In addition to gathering information from online publications such as magazines, newspapers, articles and legislation. The final product will be the construction of a photographic exhibition as pedagogical support material in the area of Human Sciences in the teaching of History, for high school classes at CEM Professor Florêncio Aires in Porto Nacional. The theme is of great importance for the local collective memory, coconut breaking is a task passed down to generations and it gained greater visibility and recognition of the identity of these communities with the Interstate Movement of Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). The struggle for land is still an issue far from having a solution, even with the approval of the Free Babaçu Law, the coconut breakers are still prevented from having access to babassu trees, in a region where land conflicts are constant. However, through public policies, associations and projects, it has been promoting economic, social and environmental preservation changes.

Key-words: Coconut breakers; Extractive women; Babaçu; Environmental preservation; Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapas das Regionais do MIQCB.....	35
Figura 2 - Áreas de maior incidência de floresta de babaçu.....	47
Figura 3 – Região de conflitos.....	48
Figura 4 - – Microrregião do Bico do Papagaio.....	50
Figura 5 – Conflitos no campo.....	51
Figura 6 – Cacho da palmeira babaçu	56
Figura 7 – Sede da ASMUBIP.....	59
Figura 8 – Babaçual.....	64
Figura 9 – Gongo.....	67
Figura 10 – Sobreposição das dimensões da sustentabilidade.....	68
Figura 11 – Mesocarpo.....	71
Figura 12 – Coco Babaçu.....	72
Figura 13 – Cadeia do babaçu.....	73
Figura 14 – Amêndoa do Babaçu.....	75
Figura 15 – Atividade de quebra do babaçu.....	79
Figura 16 – Mapa da Reserva Extrativista.....	85
Figura 17 – Amêndoa.....	90
Figura 18 – Coco babaçu.....	95
Figura 19 – Nuvem de palavras entrevista MS.....	96
Figura 20 – Nuvem de palavras entrevista EM.....	97
Figura 21 – Nuvem de palavras entrevista MA.....	97
Figura 22 - Nuvem de palavras entrevista AS.....	98
Figura 23 - Nuvem de palavras entrevista RN.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Plano de Desenvolvimento da Amazônia	40
Tabela 2 – Reserva Extrativista.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal.....	78
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPGHispan	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas
UFT	Universidade Federal do Tocantins
MIQBC	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
CPT	Comissão Pastoral da Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
RESEX	Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
ASMUBIP	Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMTRs	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
PC	Partido Comunista
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FETAET	Federação Agricultura do Estado do Tocantins
APATO	Alternativas para Pequena Agricultura em Tocantins
ARENTE	
SINTET	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
CDH	Centro de Direitos Humanos
TCLE	Termo Circunstanciado Livre Esclarecido
POLAMAZÔNICA	Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento do Cerrado
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 BREVE HISTÓRICO DO CAMPESINATO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	23
2.1 A participação das mulheres na luta pela terra	30
2.2 Os incentivos fiscais e a migração para a Microrregião do Bico do Papagaio.....	37
2.3 Atuação da Comissão Pastoral da Terra: a liderança de Padre Josimo na organização do movimento camponês no Bico do Papagaio	44
3 MULHERES EXTRATIVISTAS: FORMAÇÃO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB)	53
3.1 A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)	58
3.2 Florestas de coco babaçu, sustentabilidade e preservação ambiental	62
3.3 Consciência ecológica: desenvolvimento econômico dos produtos do babaçu.....	71
4 MEIO AMBIENTE NO EXTREMO NORTE TOCANTINS.....	77
4.1 Implementação da RESEX- Reserva Extrativista	82
4.2 Cultura e identidade: Representação de natureza.	89
4.3 Perfil dos entrevistados	93
4.4 Metodologia: Análise de Conteúdo	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A - TERMO DE TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	120
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS A SER REALIZADA COM MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, LIDERANÇAS E SÓCIAS DA BASE DA ASMUBIP	123
ANEXO A - PRODUTO FINAL	126

1 INTRODUÇÃO

Em uma pesquisa escolher um tema significa delimitar um assunto, estabelecendo uma linha ou restrições para o desenvolvimento do estudo. A definição da proposição a ser discutida pode surgir com base na sua observação do cotidiano, na vida profissional, em programas de pesquisa ou em pesquisas já realizadas anteriormente (BARROS; LEHFELD, 1999). Podemos para a escolha do objeto de estudo estreitar sua atualidade e relevância, seu conhecimento a respeito, sua preferência pessoal. Definido isso, analisa-se a literatura já publicada sobre o conteúdo. Para o escopo do estudo sobre as quebradeiras de coco limitamos a investigação para melhor precisão das informações coletadas e validade dos resultados obtidos. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma interpretação do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus aspectos naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas reconhecem. Por esse ponto de vista, fundamentamos sob a ótica de Pierre Bourdieu que discorre sobre a pesquisa,

A pesquisa é uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas: acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode somente confiar na boa vontade, porque todo tipo de distorções, estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 2012, p.694).

O motivo quanto à escolha temática deste trabalho refere-se à minha inserção na militância política e social, caminho percorrido desde a graduação em História, construindo uma ideologia política que visa a preservação da democracia. A minha sindicalização ao SINTET (Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins) em 2012 foi um passo importante no ativismo social participando dos movimentos grevistas sindical, na luta pelos direitos da educação no Estado e, conseqüentemente, uma grande contribuição para a minha formação política.

Em 2017, minha filiação ao PT (Partido dos Trabalhadores) deu início a uma nova fase de militância, inclusive assumindo a função de secretária de comunicação do partido a partir de 2019. O debate no CDH de Porto Nacional (Centro de Direitos Humanos) proporcionou uma

visão mais ampla sobre os direitos das mulheres, movimentos em que sou membro e, por tudo isso, razão da escolha do tema em questão.

As quebradeiras se afirmam como pessoas políticas ao debaterem: questões de gênero, violência contra mulheres, políticas públicas e sociais, meio ambiente, preservação ambiental, sustentabilidade, reivindicam terras, desenvolvimento econômico e denunciam a devastação de áreas de florestas babaçu. Desse modo, vivenciando sobretudo, o associativismo e a geração de renda por meio da atividade do babaçu, reafirmam sua identidade de comunidade tradicional extrativista.

O babaçu ocupa vastas áreas nos Estados do Norte e Nordeste, é fonte de renda para as comunidades tradicionais e principalmente para as mulheres que tem como subsistência esse recurso natural. Ocorre que as áreas dos babaçuais também são cobiçadas para geração de outras riquezas, e expulsam essas populações envolvidas nessa atividade (SWERTS, 2009, p.17).

Vários estudos demonstram que a luta empreendida pelas mulheres quebradeiras visa não somente proteger a tradição da coleta e quebra do coco babaçu, mas também as palmeiras, o livre acesso às áreas de sua incidência e o respeito ao seu modo de vida, que aprenderam a valorizar ao serem proibidas de adentrar nos babaçuais e após sofrerem violência dos seus antagonistas.

Para este estudo referente a linha de pesquisa memórias, patrimônios e organização dos espaços culturais amazônicos, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam) algumas indagações se fizeram necessárias. Dessa forma, frente ao exposto a luta pela terra ainda é uma questão longe de ter uma solução mesmo com a aprovação da Lei do Babaçu Livre¹ as quebradeiras de coco ainda se veem impedidas de ter acesso aos babaçuais, numa região onde os conflitos agrários são constantes. Entretanto, através de políticas públicas, associações e projetos a organização das mulheres extrativistas vêm fomentando mudanças econômicas, sociais e de preservação ambiental desempenhando um papel de sustentabilidade - lutam por reforma agrária, por melhores condições econômicas, combatem a exclusão social e principalmente lutam pelo seu principal meio de subsistência que é a palmeira babaçu.

Neste trabalho também pretende-se abordar as memórias dos saberes e o símbolo que a palmeira babaçu representa na vida dessas comunidades extrativistas. Símbolo de resistência o

¹ Lei do Babaçu Livre: Projeto de Lei 231/2007, proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso, e cria regras para a exploração da espécie. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/arquivos/2007-08-09-comissao-aprova-lei-do-babacu-livre> 02 de agosto de 2021

MIQCB² enfrenta constantes ameaças dos fazendeiros que impedem a coleta dos cocos em suas terras. Assim o estudo está embasado na seguinte problematização: Como se deu a formação do MIQCB e ASMUBIP³ e quais os movimentos que deram suporte? Como se dá a consciência ecológica na preservação da floresta babaçu, seu uso sustentável e o desenvolvimento econômico através dos subprodutos do babaçu? Qual a representação que as quebradeiras têm da palmeira babaçu?

A linha de pesquisa qualitativa está voltada para a abordagem do historiador francês Roger Chartier no campo da História Cultural⁴. O historiador francês ofereceu uma nova maneira de interpretar os processos históricos que ficou conhecida como história cultural, que significa realizar uma investigação sobre as formas pelas quais os indivíduos e grupos constroem um sentido para os fatos históricos e, de uma maneira geral, para o mundo e a realidade. CARVALHO (2005). Uma das contribuições de Chartier foi a sua formulação do conceito de representação. Nessa mesma linha o sociólogo francês, Pierre Bourdieu (1994), defende a concepção de que as representações sociais são influenciadas pelas ideias, valores, crenças e ideologias existentes anteriormente em uma sociedade, e que se fazem presentes na linguagem que utilizamos para nos comunicar, nas religiões e no chamado senso comum que compõem o *habitus* de cada agente, e também as concepções que circulam entre os participantes dos campos sociais, grupos profissionais e classes sociais.

Segundo Chartier há uma transferência entre a cultura oral e cultura escrita, mostrando como indivíduos não letrados podem participar da cultura letrada através de práticas culturais diversas daí há uma difusão de conteúdos através da oralidade para o registro escrito. BARROS (2018).

Na análise de Barros,

De fato, a história cultural, tal como a entende o historiador francês, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). *et.al* BARROS (2018, p.15)

² MIQCB: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

³ ASMUBIP: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio

⁴ A chamada história cultural do mundo social, como o historiador Francês Roger Chartier (1945) a propõe, implica a reconsideração dos fenômenos históricos a partir das noções (em teste) de “representações” e de “práticas sociais” encaradas como polos complementares e articuladores da cultura e do mundo social. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj0v-O3ncX8AhUwqJUCHbtMD4QQFnoECBYQAw&url=https%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2FPoliEtica%2Farticulo%2Fdownload%2F36148%2F27465&usg=AOvVaw0FvV6SQitXoaotsKJKEZKg>

Dessa forma, ocorreu a análise do processo sociopolítico que envolve mulheres extrativistas, autodenominadas de quebradeiras de coco babaçu, que ocupam uma área no extremo norte do Estado do Tocantins conhecida como Bico do Papagaio. Assim, partindo do contexto ocorrido no Brasil na década de 1950 em relação às Ligas Camponesas, perpassando a luta pela terra e ocupação da Amazônia na década de 1970, e na década de 1980, pelos movimentos sociais nos governos neoliberais⁵, investiga-se como se encontrava a microrregião do Bico do Papagaio⁶ nesses períodos. A pesquisa tem por objetivo geral analisar os saberes e vivências dessas comunidades na construção de consciência ecológica e do uso sustentável da floresta no desenvolvimento econômico dos subprodutos da palmeira babaçu, destacando-se os seguintes objetivos específicos:

- Registrar a história das quebradeiras de coco na luta pela terra e o movimento associativo;
- Investigar a relação das mulheres extrativistas com o meio ambiente, e como elas contribuem para a preservação das florestas de coco babaçu;
- Analisar a criação da reserva extrativista e o uso dos recursos da floresta dessas comunidades e a representação de natureza;

Em seguida se apresentam os 3 momentos imprescindíveis que dizem respeito a metodologia: a pesquisa bibliográfica, a observação em campo, coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, ficha do colaborador.

Para a pesquisa bibliográfica há vários autores que se destacam quanto ao método, dentre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002). Para os autores a pesquisa bibliográfica está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.

⁵ Governos Neoliberais: segundo economistas do FMI, medidas neoliberais aumentaram a desigualdade e prejudicaram um crescimento duradouro. No longo prazo, essas medidas podem causar instabilidades e também aumentar a desigualdade de renda, o que acaba minando o crescimento econômico – que é o grande objetivo de medidas neoliberais. Disponível em <https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/> acesso em 01 de abril de 2021.

⁶ Bico do Papagaio: Situada no extremo norte do Estado, a região do Bico do Papagaio é uma área de transição entre do cerrado e a Amazônia. A região pertencia ao Estado de Goiás e passou um longo período de isolamento regional, o que serviu como argumento para a emancipação política do Estado do Tocantins. A região do Bico do Papagaio está localizada entre os rios Araguaia, a Oeste, e Tocantins, a Leste; fazendo fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste. Seu território é composto por 25 municípios. Disponível em <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/> acesso em 01 de abril de 2021. O nome “Bico do Papagaio” dado a esta área geográfica refere-se ao desenho do mapa do Estado do Tocantins que sugere o formado da parte do pescoço, cabeça e bico de um papagaio, por sinal, bem presente nas cores da bandeira do Brasil. Cabe destacar que esta região, antes da criação do estado em 1988, pertencia ao extremo norte de Goiás (SILVA & FERRAZ, 2014)

Sendo assim, para melhor compreensão do tema foi feita a leitura de autores envolvidos com a abordagem em teses, dissertações, artigos, livros, jornais *on-line* e legislação. A parte da revisão bibliográfica é a etapa fundamental para o embasamento teórico da pesquisa. Decorrente dela, diversas ideias e conceitos foram obtidos dos trabalhos utilizados como referência, a ela precede o reconhecimento do problema ou do questionamento que funcionará como delimitador do tema de estudo. Feito isso, a reflexão sobre os questionamentos levantados através da leitura direcionou o trabalho à pesquisa campo.

A pesquisa campo foi embasada na ferramenta teórica metodológica da História Oral. E nesse sentido, procurou-se a concepção do pesquisador inglês Paul Thompson (2009), que segundo ele, a História Oral é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores e que se destaca como o melhor método de pesquisa de história de vida, abrange tanto a compreensão e a interpretação das vidas individuais, quanto a análise das sociedades mais amplas. Em outras palavras, ela une, ao mesmo tempo, a evidência da pesquisa qualitativa e quantitativa. O autor produziu vários trabalhos de impacto na perspectiva da HO, e considera que,

A história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mas existem muitas outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades. (THOMPSON, 2009, p. 16-17)

As fontes orais são ricas em histórias e saberes e contribuem como rico material para pesquisa. Para Barkay (2016) a história oral destaca-se como ferramenta essencial na composição da memória coletiva e na construção de narrativas. As fontes históricas orais são materiais que produziram de forma oral como por exemplo: entrevistas, gravações, relatos e histórias que pessoas contam sobre algum acontecimento.

Segundo Queiroz,

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Dentro do quadro amplo da história oral, a história de vida constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente. (QUEIROZ, 1991, p. 5-6)

Nessa perspectiva, uma sondagem com algumas lideranças, demarcou data e local para a coleta dos depoimentos, gravados mediante a apresentação do Termo Circunstanciado Livre Esclarecido (TCLE), por meio de entrevistas semiestruturadas que, em seguida, foram transcritas. Os dados utilizados provêm de entrevistas gravadas com auxílio de um gravador MP4, realizadas individualmente. As visitas aos entrevistados e registro fotográfico ocorreram nos municípios de São Miguel do Tocantins, na sede da CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), que abriga a ASMUBIP, em Carrasco Bonito, na sede dos STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e no povoado de Sete Barracas na casa da entrevistada local.

Quanto à coleta de dados propriamente dita, primeiramente, uma ficha de identificação com dados do colaborador foi preenchida e, em seguida, cada participante recebeu a instrução de que participaria de uma pesquisa cujo objetivo era apresentar e descrever a luta e criação do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Bico do Papagaio.

O tema tem grande importância para a memória coletiva local, a quebra do coco é uma tarefa passada a gerações e ganhou maior visibilidade e valorização com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Segundo Montenegro (2004, p.392)

Memória considerada um conjunto amplo de discursos, rituais e práticas que entronizam, cristalizam, congelam acontecimentos, personagens, períodos históricos, mitificando significados e, dessa forma, possibilitando a história de exercer sua prática mais fecunda, que é a operação cortante da crítica, ao instituir um constante refazer do passado historiográfico.

O trabalho de dissertação está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo aborda o campesinato no Brasil através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seu processo de luta pela terra atrelado a participação das mulheres no movimento, seguindo das políticas públicas e os incentivos fiscais do governo e as migrações para essa região na ocupação de terras, a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁷ para assim entender os conflitos dessa região e a influência das lideranças na figura de padre Josimo na questão agrária e formação do Movimento das Quebradeiras de Coco. Está

⁷ CPT A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico> 02 de agosto de 2021

fundamentado na perspectiva do sociólogo José de Sousa Martins e alguns autores contemporâneos que discorrem sobre o assunto.⁸

O segundo capítulo relata sobre a trajetória e criação do MIQCB, através das lideranças como Dona Raimunda e o papel fundamental da CPT na figura de Padre Josimo para formação desse movimento e também da ASMUBIP, que é de grande importância para as mulheres extrativistas no Tocantins. Uma abordagem significativa para a pesquisa segue ainda no segundo capítulo, que a representação que o movimento tem como a consciência ecológica e preservação ambiental através do uso sustentável dos produtos e subprodutos obtidos através do coco babaçu. Para a construção deste capítulo, baseou-se no conceito da socióloga Maria da Glória Gohn (2007) e de outros autores que tratam sobre o tema.⁹

No terceiro capítulo, analisa-se como essas comunidades extrativistas através de um movimento inicialmente dos seringueiros, passou a ser próximo também das quebradeiras de coco, e contribuiu para a criação das reservas extrativistas, especificamente a RESEX do extremo Norte. Assim, essas comunidades consolidam sua luta pelo uso sustentável da floresta, sua relação com o meio ambiente e como elas representam a natureza, o olhar que a quebradeira tem da floresta e da palmeira babaçu. Fazendo uso da história oral como metodologia de pesquisa buscou-se construir uma ressignificação da percepção dessas comunidades em relação a palmeira babaçu. Como base teórica Neto (2017), Diegues (1996), Vieira (2017), Barth (1998), Neves Sousa (2017), Neves Sousa & Oliveira (2016), Sousa (2015), Bourdieu (2012), Barbosa (2007), Porto-Gonçalves, (2006), Maffesoli (2001) entre outros que discorrem sobre a estudo.

Destarte, o terceiro capítulo é o resultado da pesquisa campo, onde foi feita uma análise do material coletado, através dos depoimentos. O registro fotográfico é o produto final, que consta de exposição de fotos e *banners* para o público-alvo de professores e estudantes das disciplinas de Ciências Humanas¹⁰, da rede estadual de ensino.

⁸ Oliveira (2001), Paulilo (2003), Montenegro (2014), Oliveira (2018), Salis (2008), Stedile & Fernandes (1999), Fernandes; Medeiros & Paulino (2009), Bogo & Bogo (2019), Mielitz (2013), Navarro (1988), Silva (1985), Almeida (2017), Breton (1997), Oliveira (2001), Brumer (1988), Medeiros (2012), Oliveira (2016), Miralha (2006), Marx (1989), Teles (1996), Scott (1989), Padulo e Daron (2012), Sousa Neves & Oliveira (2017), Barbosa (2007), Berrêdo (2017), Swerts (2009), Dias (2005), Sousa (2015). Teixeira (2018), Sousa; Silva, 2017; Vieira, (2018), Rocha (2011).

⁹ Almeida (2008); Shiraishi (2006), Silva (2014), Berrêdo (2017), Silva (2017), Freire (1982), Iadanza (2020), Souza (2003), Machado (2015), Dias (2005), Enrique Leff (2001), Santos (2012), Milaré (2004), Becker (2005); Costa (2012), Hagino (2007), Neto (2017), Warat (2000), Neto (2017), Santos (2012), Fiorillo (2009), Vieira (2017), Martins (2009), Araujo (2004), Matos; Shiraishi; Ramos (2015), Cechin (2010), Sousa & Silva (2017), Santos (2012).

¹⁰ Ciências Humanas: disciplinas que compõem o currículo História, Sociologia, Geografia e Filosofia.

Nesse sentido, a presente pesquisa acadêmica visa demonstrar a importância da identificação dos atores sociais, enquanto personagens atuantes dentro da sociedade, valorizando o seu trabalho e a conscientização das mulheres quebradeiras, Freire (1995), frente à nova realidade apresentada, aliando a essas questões a proteção ambiental, juntamente com a organização em movimentos sociais, visando o fortalecimento desse referido grupo que a partir da década de 1980, começa a sofrer mais intensamente com a expropriação do seu modo de produção. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre como são vistas as comunidades que se organizam e vivem de forma diferenciada da sociedade e do respeito que têm com a floresta, observando a maneira ímpar de se relacionarem com a natureza, absorvendo esses conhecimentos tradicionais e únicos do ser humano frente à consciência de preservação ambiental.

2 BREVE HISTÓRICO DO CAMPESINATO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A questão da terra no Brasil sempre esteve em constantes debates nos campos sociais, econômicos e políticos, e a luta pela terra também. O tema provoca muitas inquietações no Brasil Rural, sobretudo os conflitos gerados pela posse da terra e das problemáticas de implementação de Leis que vem de uma trajetória histórica até a contemporaneidade.

Somente no contexto da história das lutas políticas e dos conflitos entre as classes sociais é que a palavra camponês se refere ao seu lugar social para além do espaço geográfico. Na estrutura da sociedade e de maneira categórica, o autor afirma: não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p.23).

A partir da segunda metade da década de 1950, o Nordeste assistiu a uma crescente organização dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista (PC) na segunda metade da década de 1940, ganharam uma nova força, essa organização adquiriu uma visibilidade nacional e mesmo internacional, além disso, a Igreja, sentindo ameaçada sua hegemonia sobre os camponeses, foi desafiada a assumir uma posição de apoio à luta destes (MONTENEGRO, 2004, p.391). As Ligas Camponesas surgiram do grande descontentamento no meio rural entre os trabalhadores, entre eles a sindicalização mesmo sendo garantida na Constituinte de 1946 eram barradas pelo bloco agrário, não sendo autorizada pelo proprietário por meio da Confederação Rural Brasileira¹¹, entre outras questões como a garantia de pagamentos e escolarização como afirma Montenegro (2004) que a criação da escola lhes possibilitaria o acesso à leitura e à escrita – o que, no futuro, dificultaria as perversas práticas de expropriação do trabalhador, quer através das cadernetas de contas do barracão, quer no controle das medições da terra a ser plantada e/ou colhida. Sem escolarização os proprietários

¹¹ Confederação Rural Brasileira: Decreto-Lei Nº 8.127, de 24 de outubro de 1945. Art. 19. A Confederação Rural Brasileira, instalada e reconhecida, nos termos deste Decreto-lei, órgão de defesa, representação, e técnico consultivo do Governo Federal, terá as seguintes atribuições: a) colaborar no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural do país; b) promover entendimento entre as federações; c) pleitear os direitos e interesses da classe rural; d) estudar as medidas necessárias ao desenvolvimento e à prosperidade da lavoura, da pecuária e das indústrias rurais, e sugerir-las aos poderes públicos, pugnando pela sua adoção; e) promover e realizar congressos e exposições nacionais; f) interessar-se pela representação nacional nos certames internacionais; g) realizar e, quando for o caso participar da representação nacional em conferências e congressos internacionais; h) adotar e fazer adotar pelas Federações das Associações Rurais e pelas Associações Rurais as medidas que interessem às atividades rurais; i) criar um centro de informações sobre a vida rural do país; j) auxiliar as Federações e, por intermédio destas, as Associações Rurais em todos os seus empreendimentos; e l) resolver as questões que surgirem entre as federações e, em grau de recurso, entre estas e as associações rurais.

teriam um domínio sobre os trabalhadores e manteriam as relações de exploração, e por serem analfabetos eram submetidos a todo tipo de condições e de controle

Por outro lado, as Ligas Camponesas se insurgiam contra os proprietários rurais, criticando publicamente, através de passeatas e mobilizações, toda essa situação em que vivia a grande maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste.

Não é demais continuar lembrando que o final da década de 50 e início da década de 60, foram marcados pelo processo de organização/reivindicação dos camponeses, sobretudo nordestinos no país. Esse processo gerou a criação das Ligas Camponesas, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho no campo marcou de forma exemplar sua história. Como consequência da ampliação da luta pelas Ligas Camponesas, o governo João Goulart criou a SUPRA - Superintendência da Política Agrária, órgão do governo federal responsável pela implantação de uma política de reforma agrária. (OLIVEIRA, 2018, p.13).

O período 1947-1964 foi de grande transformação das Ligas Camponesas como instrumento de organização e luta dos trabalhadores rurais até o golpe militar, tornou o Nordeste objeto de incontáveis reportagens na imprensa nacional e mesmo internacional. “Como se sabe o golpe militar de 1964 abortou o projeto de reforma agrária de João Goulart caçou literalmente as lideranças que militavam nas Ligas Camponesas e reprimiu o movimento.” (OLIVEIRA,2018, p.14).

Para Montenegro (2008) o período depois do fim da Segunda Guerra Mundial pós 1947 o mundo estava polarizado entre forças capitalistas e socialistas com o advento da Guerra Fria, o medo do comunismo era constante entre os governos ainda mais com a vitória da Revolução Cubana. A ameaça na América Latina e principalmente no Brasil da implantação do comunismo fez com que os E.U.A criasse um anticomunismo na imprensa internacional, havia um grande temor de que o continente latino-americano tendesse para o comunismo e se tornasse alvo do controle soviético, grande rival da corrida armamentista e do controle do mundo de dois blocos econômicos, além do interesse americano a uma área de lançamento de foguetes Alcântara, no Maranhão.

Segundo Salis (2008) a partir dos anos 1950 esquerda e direita intensificam os debates acerca da reforma agrária para viabilizar meios legais para sua execução e legitimação.

Para promover melhor distribuição da terra criou-se ainda no governo militar de Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, para a surpresa de alguns e inconformismo de outros, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) (SALIS, 2008, p.06). O Estatuto da Terra em um de seus artigos “considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de sua

posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade”. (Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/64).

Assim para assegurar uma política no campo

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/64)

O final das décadas de 1970 e começo das décadas de 1980 foram tempos de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro. Com o fim da ditadura militar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) institucionalizou-se, não sem antes atravessar um processo longo e complexo, passando a ser reconhecido como um movimento social, que teria como objetivo principal o que tem sido chamado de luta pela terra. As ocupações de terra e a instalação de acampamentos tornaram-se eventos cotidianos no Brasil Rural. Segundo Stedile e Fernandes (1999), a ocupação de terras não é algo novo no cenário da luta pela terra no Brasil; o que é novo é a ocupação em massa. “O MST aproveitou essa forma legítima e a incorporou como estratégia fundamental de mobilização para conseguir as desapropriações” (FERNANDES; MEDEIROS & PAULINO 2009, p.73).

Se a história da luta pela redemocratização do Brasil havia “guardado o lugar” para uma nova construção com aqueles que desejavam profundamente a posse da terra, o MST surgiu para ocupá-lo e o fez segurando nas mãos das Igrejas que atuavam por meio da Pastoral da Terra -CPT, das Comunidades Eclesiais de Base -CEBs; dos Sindicatos e oposições sindicais rurais -STR e em estreita sintonia com o Partido dos Trabalhadores -PT e da Central Única dos Trabalhadores -CUT (BOGO&BOGO, 2019, p. 06).

A redemocratização brasileira a partir da década de 1980 e implantação dos governos neoliberais trouxe consigo a questão agrária, identificado pelo desenvolvimento capitalista e a instalação definitiva da sociedade de classes no campo. O papel da terra, antes vista como meio de vida, foi mudado por sua mercantilização e virou um meio de produção para o agronegócio¹² e a questão agrária contemporânea, então, se tornou indissociável do desenvolvimento rural do urbano e ambos se contaminaram mutuamente (MIELITZ, 2013, p.53).

¹² Agronegócio: Agronegócio é a junção de inúmeras atividades que envolvem de forma direta ou indireta, toda a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. Disponível em <https://www.sna.agr.br/agronegocio/> 02 de agosto de 2021

Mielitz (2013) na questão agrária contemporânea há inúmeros problemas, que através do sistema capitalista não supre as necessidades econômicas e sociais como viabilizar para a população soberania alimentar com uma agricultura sustentável de preservação ambiental e democratização dos recursos naturais do acesso à terra na consolidação dos direitos territoriais dos povos tradicionais.

Segundo Navarro (1988) o MST foi estruturado em 1981, a partir do acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), com o objetivo principal de lutar por uma reforma agrária. Embora sua força seja mais expressiva nos três estados do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), o MST está organizado em dezessete estados brasileiros.

No início de 1985, o MST organizou, em Curitiba, seu I Congresso Nacional. Em maio do mesmo ano, durante o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)¹³ realizado em Brasília, foi definida mais claramente a posição do MST no que se refere à terra:

Exige-se a desapropriação não só dos latifúndios (produtivos ou não), mas também das empresas rurais; supera-se a proposta da propriedade familiar individual em favor de novas experiências que contemplam o uso comunitário e coletivo das terras; e as invasões de terras são legitimadas como um direito dos trabalhadores sem-terra para garantirem a sua sobrevivência. (SILVA, 1985)

O que se observa na trajetória da luta camponesa pela terra a partir dos anos de 1980 é a força e resistência de novos e velhos atores sociais no Brasil. Desse processo de resistência histórica do campesinato nasce o MST com a contribuição da CPT¹⁴ e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As CEB's eram comunidades que se organizaram em torno das paróquias rurais por iniciativas dos padres, leigos ou bispos, possuíam um caráter popular porque os leigos, em especial, desenvolviam trabalho de base com as comunidades por meio de visitas,

¹³ CONTAG: A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que foi reconhecida em 31 de janeiro de 1964, torna-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional, reconhecida legalmente. Atualmente, conta com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. A CONTAG é referência no país na luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária; e na defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e sua inclusão na Previdência Social durante a ditadura. Disponível em <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1> 02 de agosto de 2021

¹⁴ CPT: A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 para atuar nas questões agrárias. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt> 02 de agosto de 2021

reuniões e participações nas celebrações. As comunidades eram chamadas “de base”, porque estavam integradas às classes populares, as quais eram compostas por empregadas domésticas, donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens, empregados dos setores de serviços, da periferia urbana; na zona rural eram os assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus respectivos familiares (ALMEIDA, 2017, p.59).

Segundo Breton (1997) no final da turbulenta década de 1970, os posseiros, pessoas simples que viviam isolados evitando complicações, desistiam de suas terras e iam em busca de outras. Mas começaram a encontrar apoio na Igreja católica, inspirada na doutrina da Teologia da Libertação, a Igreja do Brasil criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a missão de apoiar trabalhadores rurais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB (CPT, 2010).

Stedile e Fernandes (1999) comentam que um dos fatores que favoreceram essa onda de ocupações encabeçadas pelo MST foi o contexto histórico de democratização do país. E podemos argumentar que, nesse contexto, o marco da Constituição de 1988 foi um bom incentivo para que as ocupações acontecessem, uma vez que, as propriedades que não cumprem com sua função social podem ser desapropriadas.

Ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil, assim o MST e outras tantas organizações existentes no mundo rural atreladas à luta pela terra. O Estado até as primeiras décadas do século XXI tem conferido legitimidade dos movimentos, ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos (FERNANDES; MEDEIROS & PAULINO, 2009, p.53).

O campesinato brasileiro é uma categoria constituída por poliprodutorres¹⁵ diversificada que inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas¹⁶, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (FERNANDES; MEDEIROS; PAULINO, 2009, p.11).

Os camponeses através da resistência criaram uma forma de comum dos recursos da terra, da floresta e das águas, eles encontraram e legitimaram os mecanismos de acesso e apropriação desses recursos e demostram através do modo de vida familiar e comunitário. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULINO, 2009, p.13).

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2001. p 189).

Fernandes; Medeiros & Paulino (2009) afirmam que as lutas no campo tiveram um papel fundamental no país, colocando em pauta na política a questão agrária e de preservação ambiental. Deram visibilidade a segmentos sociais que não estavam em cena no contexto de redemocratização no Brasil os sujeitos chamados de pequenos agricultores, camponeses ou

¹⁵ Policultores: Cultura de produtos agrícolas diversos numa determinada área de plantio. Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> acesso em 05/11/2022.

¹⁶ Arrendatários não-capitalistas: renda em trabalho, a renda da terra é considerada como produto do poder da natureza que o proprietário empresta ao arrendatário. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwi3h8Ly2Jf7AhUhCbkGHcV3DtsQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Frevista.fct.unesp.br%2Findex.php%2Fpegada%2Farticle%2Fdownload%2F5817%2Fpdf%2F23797&usg=AOvVaw2sDW5pG4ECa9Bzq-CYR08u>

produtores em base familiar, que permitiram o reconhecimento das demandas relacionadas aos direitos de igualdade de gênero, aposentadoria, educação.

Fernandes; Medeiros & Paulino (2009) no que diz respeito a luta das quebradeiras de coco e outras comunidades tradicionais como seringueiros, ribeirinhos, agricultores familiares, quilombolas, assentados atingidos por barragens, constituíram identidades múltiplas que se reafirmam e reivindicam no espaço público na emergência de políticas para obter reconhecimento social, através de grande capacidade de mobilização e organização traz ao debate a questão fundiária, de preservação ambiental, de sobrevivência dos povos tradicionais, que ganha visibilidade nacional nas grandes manifestações: Marcha dos Sem-Terra, das Margaridas entre outros.

A grande maioria das lutas registradas em todo o território nacional, a partir de 1978, apresenta como causa imediata a situação socioeconômica dos trabalhadores envolvidos, resultado do agravamento de suas condições de vida e da diminuição do ritmo de crescimento do emprego industrial. (BRUMER, 1988, p. 35)

Medeiros (2012) afirma que começavam a surgir novas organizações que apontavam mobilizações e de lutas pela terra. Inicialmente, com fortes apelos sindicais, mas depois ganhou novos contornos, como é o caso do MST, que surgiu como uma força autônoma; e também o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que passou a questionar as construções das barragens e a lutar pelos reassentamentos; assim como os seringueiros que lutavam contra as expulsões das suas terras e o avanço do capital para evitar as derrubadas das florestas. Nesse caso, o sindicato era a sua representação maior, que, em 1980, criou a sua própria organização: Conselho Nacional dos Seringueiros e extrativistas da região Norte do Brasil. As mulheres quebradeiras de Coco no Maranhão, Pará, Tocantins, também se organizaram em associações próprias na luta política no campo, exigiam o livre acesso os babaçuais, demandando a Lei do Babaçu Livre em diversas áreas da região Norte. Ainda nesse movimento de organização dos povos do campo, as mulheres camponesas, trabalhadoras rurais, se organizaram em sindicatos e em movimentos sociais, na busca pelos direitos à igualdade em relação aos homens, como também na luta pelo direito a terra.

Após a redemocratização do país, que aconteceu em 1985, essa discussão volta à tona no cenário nacional com o surgimento de diversos movimentos sociais como o MST, o MAB, Conselho Nacional dos Seringueiros e tantos outros que também vão reivindicar a Reforma

Agrária¹⁷, a criação de assentamentos¹⁸ e a garantia aos direitos de milhares de trabalhadores rurais ao longo de todo o território brasileiro (OLIVEIRA,2016, p. 118).

Os conflitos de terra acontecem até hoje com o MST, conforme destaca Miralha (2006), que:

Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados (MIRALHA, 2006, p. 161).

A história das lutas e resistências sociais no Brasil é marcada por revoltas populares. A complexidade da questão agrária mostra como os camponeses enfrentam processos expropriatórios, políticas de criminalização e estratégias de controle político. A condição camponesa vem sendo reconhecida como uma forma de se apropriar de recursos produtivos. Dessa forma, os camponeses participam da construção da sociedade nacional como atores sociais e forma de organização.

2.1 A participação das mulheres na luta pela terra

Há uma longa luta das mulheres para serem consideradas produtoras rurais, as mulheres fizeram parte da classe trabalhadora no contexto histórico, na representação de gênero são excluídas da luta como trabalhadoras rurais e tidas como aquelas que cuidam da casa. As atividades femininas remuneradas trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho. E foi nesse contexto que o movimento de mulheres agricultoras se tornou uma das principais conquistas, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas produtoras rurais e não do lar (PAULILO, 2003)

Um traço marcante de diferentes sociedades humanas, principalmente aquelas estudadas por Friedrich Engels e Karl Marx, foi uma divisão do trabalho, nelas analisamos sua relação com a desigualdade social da mulher.

¹⁷ Reforma Agrária: A Política de Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica> 02 de agosto de 2021

¹⁸ Assentamentos: Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário (pessoa física ou jurídica). Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos> 02 de agosto de 2021

No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, -classificáveis por ordem gênero, espécie subespécie e variedade, - a divisão social do trabalho (MARX, 1989, p.49).

Foi nos anos 1980 que as lutas populares ressurgiram no Brasil junto com a constituição dos chamados movimentos sociais populares, a luta das mulheres vem de todos os períodos da nossa história na luta pelos direitos da cidadania, pelo reconhecimento do trabalho, pela igualdade de tratamento, contra a exploração, a opressão, a discriminação e a violência, com iniciativas que envolveram e envolvem tanto o espaço público quanto o privado. “A partir de 1980, as trabalhadoras rurais passaram a encontrar regionais e mesmo nacionais, levando as dificuldades de seu trabalho e fazendo reivindicações” (TELES, 1993, p. 138).

Teles (1993):

Nos encontros, as mulheres se misturavam umas às outras para conversar de suas vidas e da violência que sofrem no campo e em casa. No Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, uma camponesa da região do Bico do Papagaio, Dona Raimunda, no Estado de Goiás, denunciou corajosamente as atrocidades cometidas contra mulheres e crianças por pistoleiros a mando dos fazendeiros e latifundiário (TELES, 1993, p. 140).

As lutas centrais do que hoje conhecemos como Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), nesse início de processo, diziam respeito ao reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais: reconhecimento da profissão, aposentadoria, salário maternidade, sindicalização e participação política (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2004).

Segundo Brumer (1988) as mulheres agricultoras iam em busca de seu enquadramento como beneficiárias diretas da Previdência Social¹⁹. Os objetivos, inicialmente, referiam-se apenas a melhorias no atendimento médico e hospitalar aos pequenos produtores rurais como um todo, passando, em seguida, ao destaque de reivindicações específicas da assistência previdenciária às mulheres. A mobilização foi iniciada por homens e, logo a seguir, contou com a atuação das mulheres, que passaram a participar ativamente, reivindicando posteriormente a autonomia do movimento. A participação ativa das mulheres levou-as a tornar mais complexa

¹⁹ Previdência Social: Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm 02 de agosto de 2021

a questão. Para serem incluídas como beneficiárias diretas da Previdência Social, deveriam deixar de ser consideradas dependentes dos maridos, e passar a ser reconhecidas como trabalhadoras e co-responsáveis pela unidade de produção.

Brumer (1988),

Seu reconhecimento como trabalhadoras depende não apenas de uma redefinição jurídica da unidade de produção familiar, mas também da demonstração de que, de fato, trabalham no estabelecimento agrícola e conhecem seus principais problemas. Devido a isso, passaram a reivindicar também o atendimento das necessidades dos produtores rurais no que diz respeito às políticas agrícolas, levando a público a problemática da produção familiar na agricultura. Além disso, na medida que foram encontrando barreiras para o encaminhamento dos problemas específicos referentes às mulheres – sua inclusão como beneficiárias diretas da Previdência Social e sua consideração como trabalhadoras rurais – destacou-se a questão de sua inclusão como sócias dos sindicatos de trabalhadores rurais, a qual colocava, como o sistema de Previdência Social, o obstáculo de que, legalmente, existe apenas uma pessoa – geralmente o homem – responsável pela unidade de produção agrícola. (BRUMER, 1988, p. 47).

A valorização do trabalho feminino nos campos foi intensificada com o surgimento, no início da década de 1980, dos movimentos autônomos de mulheres rurais. Esses grupos apresentam trajetória semelhante a muitos outros movimentos sociais que emergiram nesse período no Brasil. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal²⁰, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção (PAULILO, 2009, p. 181).

Scott (1989) afirma que

Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”. A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise (SCOTT, 1989 p. 03-04).

²⁰ Patriarcal: O patriarcado é o domínio social ou uma estrutura de poder social centralizada no homem ou no masculino. É baseada na própria ideia de pater, figura do pai. Estrutura social com princípios conservadores.

Cabe aqui destacar que esses movimentos sociais foram fortemente influenciados por representações importantes ligadas a outros movimentos, assim destacamos que todo coletivo é resultado das experiências e interações sociais.

Segundo Padulo e Daron (2012), em 1995 foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reunia as mulheres dos movimentos autônomos, da CPT, do MST, da Pastoral da Juventude Rural (PJR), do MAB, de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). A articulação dos movimentos de mulheres e das mulheres de movimentos mistos foi marcado por acampamentos estaduais e nacionais e por mobilizações. O I Congresso a nível nacional ocorre em 2003, que teve como marco “Fortalecer a luta, em defesa da vida, todos os dias”, contou com a participação de mais de 1.200 mulheres, representando os movimentos autônomos de 16 estados do Brasil. A missão do Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil foi definida nos seguintes termos: A libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação.

Isso se concretiza na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Nossa luta é pela construção de uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (MMC, 2004, p. 5)

Para Padulo e Daron (2012) quanto aos princípios, foi definido que o MMC, é movimento autônomo, democrático, popular, classistas que propões construir uma nova relação de igualdade:

Um movimento de luta e socialista, para o qual os seres humanos têm o direito de viver com dignidade e igualdade. A luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios, são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil. (PADULO & DARON, 2012, p.485)

Sousa Neves & Oliveira (2017) destacam que a partir do final da década de 1980, houve um processo de reivindicação pela Reforma Agrária por parte dos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica. Além da reivindicação pelo direito à posse da terra, enquanto meio de sobrevivência para as famílias, esses atores lutavam para acabar com os conflitos pela terra na região. Assim sendo, as mulheres quebradeiras de coco babaçu assumiram a luta pelo acesso à terra e pelo uso sustentável do babaçu. Nesse movimento de luta destaca-se o papel da líder dona Raimunda Quebradeira de Coco, que, através da sua persistência no movimento, obteve como resultado inicial, em 1986,

a desapropriação de uma área na região do município de São Miguel, no atual Estado do Tocantins, para a criação do Assentamento Sete Barracas. Como não foram todas as famílias que conseguiram ser beneficiadas deste projeto, dona Raimunda continuou na luta para que mais famílias fossem contempladas por meio do acesso à terra na criação de uma Reserva Extrativistas, desse modo unindo preservação ambiental e uso sustentável da floresta.

Reservas Extrativistas são florestas (e outros biomas) com alta biodiversidade habitadas por populações com baixa densidade demográfica que utilizam técnicas de baixa intensidade. As Reservas Extrativistas visam conciliar direitos territoriais e diversidade cultural com a conservação e aumento da Biodiversidade (Almeida et al., 2018).

Diante desse contexto logo no início da década de 1990, Dona Raimunda quebradeira de coco influenciada pela mobilização que estavam sendo realizadas por lideranças como Padre Josimo, lidera a mobilização na região do Bico do Papagaio para que fosse criada uma Reserva Extrativista²¹ ali, a qual pudesse garantir o uso desse espaço pelas famílias extrativistas, sobretudo, as das quebradeiras de coco babaçu.

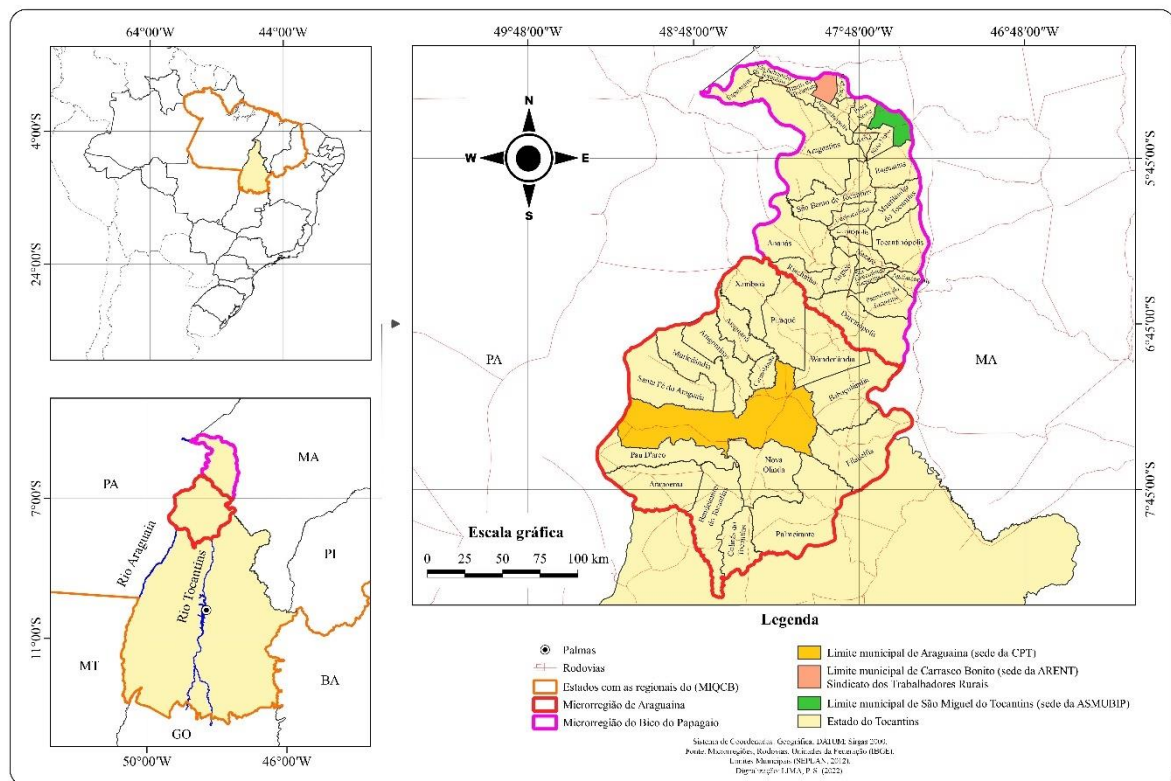
As quebradeiras de coco babaçu constituem um conjunto de mulheres identificadas por uma forma de trabalho comum (coleta e quebra de coco babaçu e atividades correlatas de beneficiamento do fruto) e cuja identidade é objetivada em movimento social, sendo integrantes de famílias de trabalhadores rurais nativos do Maranhão ou migrantes do Nordeste que vivenciaram um processo histórico de ocupação da zona ecológica do babaçu (vasta região que abrange diversos Estados-membros do Brasil: Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará) (OLIVEIRA, 2011, p 01).

Barbosa (2007) afirma que a significação das relações sociais e a demarcação de fronteiras visando definir diferentes identidades são processos diretamente vinculados à experiência dos indivíduos e grupos. Diante disso, parte-se, inicialmente, das vivências de trabalhadoras rurais que, ao enfrentar conflitos pela preservação de babaçuais e pelo acesso à terra – sobretudo nos anos 1970-1980 –, assumiram a identidade de quebradeiras de coco e organizaram o MIQCB que, na década de 1990, englobaria os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins.

²¹ Reserva Extrativista: As Reservas Extrativistas (RESEX) são espaços territoriais protegido cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. O sustento destas populações se baseia no extrativismo e, de modo complementar, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. As Reservas Extrativistas foram introduzidas pela Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), por sua vez regulado pelo Decreto no 4.340/02. Elas são criadas por lei e administradas pelo órgão ambiental correspondente: se lei federal, a responsabilidade será do Instituto Chico Mendes (ICMBio); se lei estadual ou municipal, será responsabilidade do órgão ambiental do estado ou município. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/153468> 02 de agosto de 2021

Dessa forma temos a construção da identidade das lideranças sua formação como movimento social e engajamento no MIQCB, organização formada por comunidades do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Organizando-se e buscando pelo desenvolvimento e melhores oportunidades. Articulando grupos dando voz as lutas por direitos através dos movimentos sociais, buscando seus espaços e participação política (BERRÊDO, 2017).

Figura 1 - Mapa das Regionais do MIQCB



Fonte: Péricles Souza Lima 2022

O Bico do Papagaio, especificamente, tem sua dinâmica de ocupação territorial ligada à presença de indígenas e quilombolas, além dos migrantes das frentes de expansão mais antiga, formada por trabalhadores dos estados do Nordeste, como Maranhão, Ceará e Piauí. Esses buscavam terras desocupadas para a prática da agricultura e do extrativismo²², consolidando a dinâmica de produção de subsistência que caracteriza a região (SOUSA; SILVA, 2017; VIEIRA, 2018).

²² Extrativismo: Conhecida como a atividade humana mais antiga do mundo, o extrativismo se dá com a coleta de produtos naturais, sejam eles de origem animal, vegetal ou mineral. Até hoje, povos e comunidades extrativistas se agrupam para a extração e a coleta enquanto atividade econômica e de subsistência. São pequenos agricultores que possuem culturas distintas, que desenvolvem seus modos de vida e produção alinhados com a lógica do ecossistema que habitam. Possuem um conjunto amplo de saberes oriundos das percepções e relação direta com o meio ambiente. Disponível em https://redecerrado.org.br/comunidades_cerrado/extrativistas 02 de agosto de 2021

Swerts (2009) considera que a importante conquista destas organizações foi a aprovação em 1997 da primeira Lei municipal do Babaçu Livre, garantindo às quebradeiras de coco o livre acesso aos babaçuais e impondo restrições à derrubada de palmeiras. Dessa forma podemos considerar a importância de um movimento feminino que leva como luta as dificuldades impostas por uma sociedade patriarcal, a força interior que impulsiona a transformação primeiro individual e segundo gerar uma consciência coletiva, que determinou essas mulheres a melhorar sua vida econômica e social.

No caso da criação da RESEX do Extremo Norte, a iniciativa para criá-la veio principalmente, do movimento das quebradeiras de coco babaçu, liderada pela trabalhadora rural Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, que assume a luta pelo direito de acesso à terra e de extrair o babaçu. Diante disso, em 1986, obteve como resultado inicial a desapropriação de uma área do município de São Miguel, Estado do Tocantins, para a criação do Assentamento Sete Barracas (SOUSA, 2015).

Para Dias (2005) a percepção, por parte das Quebradeiras de Coco, do extrativismo do babaçu como fonte de vida conduziria a uma relação de reciprocidade, que favorece o diferencial da ação humana sobre os babaçuais conduzindo à preservação dos mesmos. Exemplos pontuais são a Lei do Babaçu Livre e as Reservas Extrativistas, duas bandeiras das Quebradeiras de Coco. Isso ressalta a importância do movimento das quebradeiras de coco babaçu, onde juntam a luta coletiva com consciência ecológica.

Essas comunidades onde se estabeleceram convivem com constantes situações de conflito o que resultou na degradação dos recursos naturais. Sousa (2015) ressalta que as populações locais tendem a construir um modo de vida peculiar, adaptado às condições ecológicas do lugar, mas que, tendo em vista a conjuntura de diminuição das áreas de ocorrência do babaçu, estas foram, e continuam sendo forçados a adotarem novas estratégias de reprodução social. (TEIXEIRA, 2018, p. 374)

Entretanto, o reconhecimento de que é possível aliar conservação ambiental e modos de vida de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)²³ desencadeou a criação de dispositivos legais visando garantir a permanência dessas populações em seus territórios (SILVA, 2018, p. 01). Assim destacamos que essas comunidades tradicionais são

Povos e Comunidades Tradicionais – grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução

²³ Povos e Comunidades Tradicionais: os povos da floresta, comunidades ribeirinhas como seringueiros, indígenas, quilombolas, pescadores e extrativistas.

cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, Decreto 6040/2007).

É fato que os Povos Tradicionais têm assegurado a conservação da biodiversidade em razão de sua relação com a natureza, nesse sentido, destaco a importância da sustentabilidade concebida e praticada por esses povos. Reprodução física e social de povos indígenas, quilombolas, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto e demais grupos que se apresentam como comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2006, p. 8).

Portanto, em decorrência de inúmeros fatores que o campesinato luta para ter terra e permanecer na terra. As quebradeiras de coco romperam barreiras ao se estabelecerem como comunidades extrativistas não só pelo uso da terra, mas na preservação da palmeira, fonte de sua subsistência. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

2.2 Os incentivos fiscais e a migração para a Microrregião do Bico do Papagaio

A migração constituída caracteriza-se pela distinção de migrantes, na grande maioria constituída de pobres em busca de terras “vazias” para ocuparem, e por migrantes com perfil entre médio e grande fazendeiro, e investidor/expropriador. Possui vastas extensões de terra, se tornando a principal causa de conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros na disputa pela posse dessa terra, desde a década de 1970 (ALMEIDA, 2017, p.74).

Sobre a estrutura fundiária, Alencar (1993, p.49) assegura que "chegou-se ao fim do período colonial com dois traços fundamentalmente marcantes na estrutura agrária: o latifúndio e a posse não raramente interligados. Para o interior a posse era uma realidade irrefutável." O extremo Norte de Goiás viria a ser uma fronteira de penetração para a Amazônia e sua apropriação. Fica explícito que o Estado de Goiás desde o início de sua ocupação, desenhava-se uma separação entre o Norte e o Sul do Estado, fato que consubstanciava um iminente desejo de autonomia no Norte, na proporção em que acusava o governo do Sul de completo desamparo e o governo culpava o Norte de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo. Esse processo de conflito no Bico do Papagaio tem maior visibilidade a partir da década de 1970, conforme relata Dias:

Nos anos de 1970, as terras da região babaçueira passaram a ser ocupadas pela pecuária extensiva, assim, os babaçuais cederam lugar às pastagens e fazendeiros começaram a cobrar para deixar as Quebradeiras tirarem o coco ou mesmo barravam

entrada nos babaçuais. Durante toda a década de 1980, os conflitos entre famílias que viviam dos babaçuais nativos e os pecuaristas se intensificaram (DIAS, 2005, p. 31).

O projeto de desenvolvimento, articulado no governo Juscelino Kubitschek, tinha pretensão de construir a capital do país em pleno cerrado brasileiro, o que fez surgir à necessidade da construção de rodovias, ligando-a a diversos pontos do território brasileiro. Tal projeto, denominado Plano de Metas, tinha aspiração de reordenar o espaço nacional de forma a induzir uma integração das regiões Norte e Centro-Oeste ao restante do país e cuja economia, até então, era sem grande influência no mercado nacional. (ALMEIDA, 2010)

Durante as décadas de 1950 e 1960, com a construção de Brasília e do projeto de construção de grandes rodovias pelo Plano de Metas²⁴, entre elas a rodovia Bélem-Brasília (BR-153) e a Transamazônica, o norte goiano, atual Tocantins passou por um processo de modificações na sua base produtiva e o processo de migração se tornou mais pronunciado. Os programas de incentivos governamentais implantados nos anos 1970, como o Polamazônia²⁵ e Polocentro²⁶, contribuíram para o afluxo de empresários da região sul e sudeste que, articulados com as elites locais, contribuíram para a organização de uma estrutura de grilagem de terras na referida região (OLIVEIRA, 1991).

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi um programa do governo brasileiro durante a ditadura militar. Tinha como objetivo a implantação de polos agrícolas regionais que permitissem fixação populacional nas áreas de mineração e de interesse estratégico, formando zonas de integração, permitindo a concentração de capitais e formando novos espaços de desenvolvimento. Outro objetivo que vinha a calhar era a redução da pressão pela reforma agrária no nordeste do Brasil, transferindo a mesma para o norte e o centro-oeste do Brasil, regiões ainda com "elevada oferta de terras". Em outro aspecto, as localidades inseridas no programa recebiam grandes ofertas de crédito para fixação de projetos agropecuários e hortifrutigranjeiros. Os principais polos do POLAMAZÔNIA estavam em Carajás, na Transamazônica, no Trombetas e no Amapá, sendo que os mais bem sucedidos foram os dois primeiros. O projeto, no entanto, foi abandonado antes do fim da ditadura militar, deixando enormes áreas desprovidas de ação do Estado brasileiro.

Atuando a partir de 1975, o POLOCENTRO, que reflete a ação integrada dos Ministérios do Interior, Agricultura, Planejamento e Fazenda, proporcionou a agregação de

²⁴ Plano de Metas: Desenvolvido no governo de Juscelino Kubitschek, o Plano de Metas tinha como objetivo investir em: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção da nova capital federal, Brasília, no Centro-Oeste do Brasil.

²⁵ Polamazônia: Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

²⁶ Polocentro: Programa de Desenvolvimento do Cerrado,

3,6 milhões de hectares à agricultura nacional, tendo implantado 4:637 km de estradas vicinais, 3.546 km de linhas-tronco de eletrificação e 585 mil t de capacidade estática de armazenamento. (WAGNER, 1982, p.5)

A rodovia Belém- Brasília veio mudar completamente a realidade sócio-econômica da região Araguaia-Tocantins. O fluxo migratório não parou mais de crescer. As vantagens advindas com a Rodovia Belém-Brasília são os fluxos migratórios²⁷ que se adensam nos distantes sertões²⁸, onde a convivência diária com antigos moradores foram alterando modos de vida. As derrubadas indiscriminadas e a expulsão de antigos moradores – chamados “posseiros”²⁹ – também alteraram o ritual de vida dos sertanejos, que antes tinham na caça, pesca e extrativismo vegetal a sua labuta diária. Desconhecendo seus direitos de posse, ou alheio a suas garantias legais, o sertanejo arriba com a família para as comunidades que estão se formando ao longo da Belém-Brasília (SILVA, 1996, p.92).

A abertura da rodovia Belém-Brasília modificou quase que completamente a estrutura socioeconômica predominante no Norte goiano (atual Tocantins). Antes da sua construção, a região era quase desabitada, em parte devido à infra-estrutura desse Estado, cuja principal via de comunicação era o rio Tocantins (SOUZA, 2004, p.370).

O “Tocantins é filho da Belém-Brasília”, como afirma Texeira Neto (2005, p.79), o autor expressa o valor incomparável da rodovia na formação territorial do Estado do Tocantins. Entretanto, apesar da afirmação expressar o peso da estrada, na estruturação e no crescimento econômico da porção Norte de Goiás, as raízes históricas da criação do Estado do Tocantins, no qual, repousam em questões sociais, políticas e econômicas, pretéritas à rodovia e que justificariam a posterior cisão do Estado de Goiás. O Estado de Goiás começa a estruturar-se no século XVII, com os rumores sobre as riquezas auríferas na região. Segundo Palacin (2001, p.19)

O Plano de Valorização da Amazônia, criado pela Constituição de 1946, teve sua discussão reiniciada em 1950 com a posse do Presidente Getúlio Vargas que convocou uma

²⁷ Fluxos Migratórios: Os fluxos migratórios consistem em movimentos populacionais dentro ou fora do mesmo território, que são iniciados por diferentes fatores em diferentes contextos históricos. Disponível em <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/entenda-os-conceitos-de-fluxos-migratorios/>

²⁸ Sertões: Lugar agreste e inculto, afastado de povoações. Floresta no interior de um continente, longe da costa. Região pouco povoada do interior do Brasil Disponível em <https://dicionario.priberam.org/sert%C3%B5es> [consultado em 05-11-2022].

²⁹ Posseiros: são as famílias que ocupam um pedaço de terra e passam a viver e trabalhar neste chão, como se o mesmo fosse deles. Eles ocupam, trabalham e cultivam a terra, dando oportunidade de trabalho a centenas de outras famílias. Alimentando e acolhendo cada vez mais pessoas. Disponível em <https://www.agrolink.com.br/colunistas/diferenca-entre--posseiros--e--grileiros-449113.html> 02 de agosto de 2021

Conferência Técnico Administrativo para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. Tinha por meta:

Em sua Mensagem de 1952 ao Congresso Nacional informou da conclusão dos estudos, e da elaboração de um Projeto de Lei, que resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01/1953, que instituía o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e em seu art. 22, criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA . A instituição tinha como objetivos gerais: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. (SUDAM, 2020)

Tabela 1 – Plano de Desenvolvimento da Amazônia a partir de 1912

Plano de defesa da Borracha	Batalha da Borracha	Planos de metas	Operação Amazônia	I PND PIN I PDA	II PND POLAMAZÔNIA	II PND PGC Calha Norte	Brasil em Ação Avança Brasil
1912-1914	1942-1947	1956-1961	1966-1970	1969-1974 1971 1971	1974-1979	1975-1979 1980-1989 1985- ...	1996-1999 2000-2003
Destinação de recursos pelo governo federal; criação da Superintendência para a Defesa da Borracha; redução das alíquotas dos impostos cobrados sobre a borracha.	Criação no ano de 1941 do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) e da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).	Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que elaborou o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia, em 1955.	Definição de políticas de incentivos fiscais aplicados a projetos agropecuários, indústrias e de serviços básicos. Criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do BASA e da SUDAM.	Recursos destinados à redistribuição de terras – PROTERRA	Incentivos fiscais e creditícios		
		Rodovia Belém-Brasília		Construção das rodovias: Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Manaus-Porto Velho.	Usina Hidrelétrica de Tucuruí		Eixo do Arco Norte (subarco ocidental e subarco oriental); Eixo Madeira-Amazonas; Eixo Araguaia-Tocantins

Fonte: Monteiro&Coelho, 2004

A população do Tocantins é formada em grande parte por migrantes, que vem dos estados do Maranhão, Pará e Goiás. Os provenientes de outros Estados são 35,1% (no Brasil os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. É também uma população jovem, sendo que 48% da população têm menos de 19 anos (no Brasil esse índice é de 40%) e a densidade populacional do Estado é de 4,2 habitantes por Km². A taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil. Em relação à cor ou raça, a população do Tocantins é formada por 60,6% de pardos, 30,6% brancos, 7,1% pretos, 0,2% amarelos e 0,9% de indígenas (IBGE, 2016).

Segundo Silva (1996) “a Belém-Brasília provocou mudanças profundas na família sertaneja³⁰. As populações ribeirinhas deslocam-se para a margem da estrada, o migrante, com algum dinheiro, adentra os sertões solitários para fincar a propriedade rural, com novidades para toda a ribeira: o trator, ou gado de raça.

Silva (1996) aponta que:

O sertanejo vai sendo expulso de sua ribeira de caça, pesca e extrativismo vegetal, para os novos núcleos urbanos da Belém-Brasília, a pata de boi invade os babaçuais, que passam a ser vítimas das queimadas. E o babaçu – “o boi vegetal” – com seus 80 subprodutos, com óleo comestível ou industrial, álcool, borra, carvão ativado, torta para ração animal etc. vai dando espaço ao desenvolvimento da SUDAM³¹ (SILVA, 1996, p.93).

As pessoas que moram nas áreas rurais, formadas em sua maioria por povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares, dependem dos recursos naturais para sua sustentação. Porém, suas condições de vida, muitas vezes precária, e, o analfabetismo, distanciam estas pessoas do processo de inclusão social e de oportunidades dignas para melhorar a sua qualidade de vida (SANTOS, 2012, p. 13).

Em março de 1999 foi criado pelo então Ministro do Meio Ambiente (MMA), Sarney Filho, o Grupo de Trabalho sobre o Babaçu. O objetivo era o de "promover, coordenar, apoiar e acompanhar a formulação e implementação de normas e ações ambientais direcionadas às Comunidades Extrativistas das Quebradeiras de Coco Babaçu". O GT Babaçu tinha composição paritária entre governo e sociedade civil, com representantes do MMA, do Ibama, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e do GTA (ISA, 1999). (SWERTS, 2009, p. 77)

O Bico do Papagaio, especificamente, tem sua dinâmica de ocupação territorial ligada à presença de indígenas e quilombolas, além dos migrantes das frentes de expansão mais antiga, formada por trabalhadores dos estados do Nordeste, como Maranhão, Ceará e Piauí. Esses buscavam terras desocupadas para a prática da agricultura e do extrativismo, consolidando a

³⁰ Família Sertaneja: Sua população é, sobretudo, rural, pobre, muitas vezes analfabeta e marcada pela mobilidade — no passado, em função dos ciclos de produção do pau-brasil, açúcar, ouro, café; no presente, pela falta de uma política agrária que fixe o homem à terra. Disponível em <http://www.ccs.saude.gov.br/sociedadeviva/quatro-varas5.php>

³¹ SUDAM: A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede em Belém (PA). Tem como compromisso é levar desenvolvimento incluyente e sustentável para os mais de 23 milhões de habitantes da Amazônia Legal, buscando oferecer igualdade de oportunidades e autonomia para a população por meio do planejamento, articulação e fomento de políticas públicas alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e ao Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. <https://www.gov.br/sudam/pt-br/composicao/ministro> 02 de agosto de 2021

dinâmica de produção de subsistência que caracteriza a região (SOUSA; SILVA, 2017; VIEIRA, 2018).

A causa do aumento e agravamento dos conflitos agrários na Amazônia, que remontam principalmente à década de 1970, com a construção da rodovia Transamazônica³² e o asfaltamento da Belém-Brasília, está ligada ao chamado “milagre brasileiro”³³ do governo Médici e à política agrária sintetizada na consigna de “terras sem homens, para homens sem terra.” Entre 1960 e 1970, quando já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% das chamadas “terras novas”, concentradas principalmente nessa região, originaram estabelecimentos com menos de 100 hectares e 64,7% estabelecimentos com mais de 100 hectares. Em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de cem hectares, enquanto 99,8% foram para estabelecimentos com mais de cem hectares (75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de mil hectares) (PAULILO, 2009, p. 160).

Os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEx), criados em 1987 no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), constituíram-se nos primeiros instrumentos legais à disposição do Estado brasileiro para destinação de áreas atividades sustentáveis... executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as áreas (SHIRAIISHI, 2000, p.51).

As lutas políticas e sociais, entre o final da ditadura civil-militar e da abertura democrática dos anos 1980, a região do Bico do Papagaio destacou-se no cenário nacional por meio dos confrontos entre fazendeiros e posseiros pelo controle da terra e dos recursos naturais na região. A ocorrência de muitos conflitos e mortes ao longo das décadas de 1970 e 1980 transformou a região num dos principais focos de tensão agrária do país (ALMEIDA, 2017, p. 88).

³² Transamazônica: "A Transamazônica, ou Rodovia Transamazônica (BR-230), foi construída no decorrer do governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. Uma obra de grande proporção que ficou conhecida como uma “obra faraônica”." Veja mais sobre "Transamazônica" em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/transamazonica.htm>

³³ Milagre Brasileiro: Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil viveu um expressivo crescimento econômico que contribuiu para o fortalecimento do regime militar. Chamado de "milagre econômico", esse crescimento esteve relacionado a políticas econômicas do Governo Castelo Branco e suas repercussões nos anos seguintes. Outro fator determinante para o milagre econômico foi a reforma no sistema financeiro, com a centralização das operações financeiras a partir da criação do Banco Central, em 1964. Essa mudança levou a reorganização do sistema financeiro e ampliou o financiamento dos déficits públicos a partir de títulos governamentais. Durante o governo de Castelo Branco foi implementado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) com o objetivo de corrigir graves erros da economia brasileira, tais como a desordem tributária e fiscal e as brechas no sistema financeiro. Disponível em <https://www.camara.leg.br/radio/programas/279588-o-milagre-economico-brasileiro/>

Além das questões relacionadas à estrutura fundiária, à pecuária, aos plantios de pastagens, às derrubadas de palmeiras, existem outras questões vinculadas à proposta de desenvolvimento do Estado, tais como: as atividades agroexportadoras (carne bovina, soja e outros grãos), a produção silvícola, a construção de usinas hidrelétricas, dentre outras, que ameaçam a sustentabilidade ecológica e conseqüentemente a manutenção das atividades agroextrativistas e os meios de vida das famílias agroextrativistas (ROCHA, 2011, p.25).

O norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, na época estado de Goiás, representou uma destas áreas de expansão de fronteira, onde se instalam migrantes vindo do Maranhão e também e também do Piauí, fugindo do latifúndio³⁴ e de ondas de grilagem³⁵. (GAMA et. Al, 2008). Na região, onde o babaçu também era abundante, o extrativismo era praticado tanto por posseiros quanto povo indígenas Apinajés que historicamente habitavam a região da confluência dos dois rios (LADEIRA; AZANHA, 2003).

Nesse processo, a população que hoje vive no Bico é constituída de pessoas vindas de vários Estados do Nordeste por meio das correntes migratórias. São pessoas que entraram na região, em 1960, e estabeleceram ali sua morada e o lugar do trabalho, fizeram suas roças, vivendo da pesca, da caça, do garimpo, da extração do coco babaçu. Desse modo construíram suas posses por meio de seu trabalho, permanecendo no lugar com o objetivo de sustentar suas famílias (ALMEIDA, 2017, p.90).

Outro exemplo, mais voltado ao meio rural, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996. Formulado como uma proposta de desenvolvimento do meio rural brasileiro, o programa destinava financiamentos, especialmente em infraestrutura, para municípios que construíssem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), que fosse aprovado pelo respectivo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS). (SUDAM, 2020)

Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a nova Sudam pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007, em substituição à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). O Decreto N° 6.218, de 4 de outubro de 2007, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e suas Funções Gratificadas. A SUDAM passa a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento

³⁴ Latifúndio: Um latifúndio, estrutura fundiária, concentração fundiária, ou indústria fundiária é uma propriedade agrícola de grande extensão pertencente a uma única pessoa, uma família ou empresa e que se caracteriza pela exploração extensiva de seus recursos.

³⁵ Grilagem: O termo grilagem surgiu de uma prática para dar aspectos de envelhecimento a falsos documentos, inserindo-os em uma caixa com grilos, que os deixava amarelados e com buracos, dando uma aparência forçada de que os documentos seriam antigos. <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/grilagem>

Regional (MDR), tendo como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional nos nove estados da Amazônia Legal. (SUDAM, 2020)

A construção da Belém-Brasília dá início a uma ocupação acelerada na região Tocantinense, motivando a criação de várias cidades ao seu entorno, inclusive na região do Bico do Papagaio. Conforme Barbosa, Teixeira Neto & Gomes (2004, p.79), a criação dessa rodovia foi fundamental para a nova configuração sócio-espacial que se originou na região

Em resumo, as regiões produtoras onde os babaçuais eram livre de acesso, as ações de grilagem provocavam a expulsão dos ocupantes, que por não terem garantias sobre a terra que ocupavam adquiriam comportamento nômade³⁶ na busca constante por melhores condições de subsistência, com reflexo negativo sobre a produção do babaçu. (SWERTS, 2009, p. 62).

Dessa forma entende-se que a ocupação do extremo norte do Tocantins é formada pela apropriação territorial das comunidades tidas como tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas entre outros. Esses nativos foram expulsos de suas terras através de políticas do governo militar que facilitavam apenas aos grandes fazendeiros a permanência nas terras aumentando os conflitos na região e na derrubada indiscriminada dos babaçuais como meio de permitir a expulsão dos extrativistas. (SILVA, 2017)

2.3 Atuação da Comissão Pastoral da Terra: a liderança de Padre Josimo na organização do movimento camponês no Bico do Papagaio

Os movimentos sociais no campo no Brasil vêm se consolidando desde 1970 através dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e com a redemocratização do Brasil no início da década de 1980. A CPT que foi fundada em 1975, movimento da igreja Católica dos progressistas da Teologia da Libertação³⁷ tendo a importante figura de Padre Josimo Tavares³⁸ na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Estado do Tocantins (ALMEIDA,

³⁶ Nômade: que ou o que não tem habitação fixa, que vive permanentemente mudando de lugar, ger. em busca de novas pastagens para o gado, quando se esgota aquela em que estava (diz-se de indivíduo, povo, tribo etc.) [Os nômades não se dedicam à agricultura e freq. não respeitam fronteiras nacionais na sua busca por melhores pastagens.] Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

³⁷ Teologia da Libertação: admite-se o ano de 1971 como seu marco inicial, dado por meio do livro “A Teologia da Libertação”, escrito pelo teólogo peruano Gustavo Gutierrez. A América Latina do período pós Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência Episcopal Latina Americana realizada em Medellín-Colômbia em 1968 assistiu ao nascimento de uma teologia essencialmente libertadora que trazia em sua essência, a opção preferencial pelos pobres e a defesa de seus direitos. Estamos nos referindo à Teologia da Libertação. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/a-teologia-da-libertacao-esta-mais-atual-do-que-nunca/>

³⁸ Josimo Tavares foi um padre da Teologia Libertação e agente da CPT. Assassinado em 1986 na sede da CPT em Imperatriz/MA. Deu sua vida as causas da terra das comunidades rurais.

2004, p.09). Esses movimentos contribuíram para que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, se consolidassem.

Canuto (2012),

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo pastoral, ecumênico, vinculado à Igreja Católica e a outras igrejas cristãs, de modo particular à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, à Igreja Anglicana e à Igreja Metodista. Desenvolve sua ação junto dos homens e mulheres do campo em toda a sua diversidade: pequenos proprietários, agricultores familiares, agricultores sem-terra, camponeses e camponesas de diversos matizes – quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outros muitos –, trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados, com atenção especial para os submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. (CANUTO, 2012, p.130)

Padre Josimo Morais Tavares, filho de camponeses, nasceu em Marabá/PA e ainda criança mudou-se com sua família para Xambioá/TO. Aos 11 anos de idade foi estudar em um seminário em Tocantinópolis, passando por Brasília e Aparecida do Norte/SP até chegar a Petrópolis/RJ, onde cursou o seminário franciscano, que tinha no seu quadro de professores o teólogo Leonardo Boff³⁹. Encerrando os estudos em Petrópolis voltou para o Xambioá no Tocantins para se dedicar à causa dos trabalhadores rurais. Em Xambioá foi ordenado padre, em 1979. Quatro anos depois, foi trabalhar na região do Bico do Papagaio no Tocantins, onde viria tornar-se um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – tal região era conhecida historicamente por intensos conflitos de disputa pela terra (SILVA, 2014, p.31).

Pessoa importantíssima como descreve BRETON (2000):

Josimo Tavares foi um padre da Teologia e da Pastoral da Libertação, das Comunidades Eclesiastes de Base, da Bíblia das mãos do povo, das pastorais sociais específicas – no seu caso, e paradigma-tipicamente, da CPT, a Comissão Pastoral da Terra. Essa CPT que ele amou e assimilou e potencializou com sua ação e finalmente com seu sangue! Na escadaria da CPT foi dar a vida... (BRETON et.al CASALDÁLIGA, 2000, p.9)

Cabe destacar que nessa região do Bico do Papagaio ao longo das décadas de 1970 e 1980 a CPT, por meio do Padre Josimo Tavares, vinha mediando os conflitos agrários nesse território, sendo voz de resistência do campesinato e fomentando a criação de Sindicatos dos

³⁹ Leonardo Boff nasceu em Concórdia, Santa Catarina, aos 14 de dezembro de 1938. Cursou Filosofia em Curitiba-PR e Teologia em Petrópolis-RJ. Doutorou-se em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique-Alemanha, em 1970. Professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Escritor Teologia, Espiritualidade, Filosofia e Antropologia. De 1970 a 1985, participou do conselho editorial da Editora Vozes. Neste período, fez parte da coordenação da publicação da coleção “Teologia e Libertação” e da edição das obras completas de C. G. Jung. Foi redator da Revista Eclesiástica Brasileira (1970-1984), da Revista de Cultura Vozes (1984-1992) e da Revista Internacional Concilium (1970-1995). Disponível em <https://leonardoboff.org/biografia/>

Trabalhadores Rurais (STRs)⁴⁰ com intuito de garantir os direitos de trabalhadores rurais que viam sistematicamente sendo explorados e expropriados pelas oligarquias agrárias da região e pelas políticas desenvolvimentistas implementadas principalmente durante os governos militares (SILVA, 2011). A violência, que se voltava indistintamente contra os posseiros, colonos e índios, passou a atingir também seus defensores: padres, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais ou não.

Êh fia seguinte 1990 a gente começou nossa luta de mulheres, de organização de mulheres muito difícil, muito discriminada, que as mulheres nessa época não pisava em sindicato nem pra nada tudo era dependente dos homens e tudo eles que rezavam na cartilha. Aí o padre começou a orientar que as mulheres né tinha que ir pra luta e na catequese e que começou é a educar gente para que a gente pudesse fazer as coisas e sair do pé do... que a luta dele não era só contra cerca mas também incentivo da gente tomar pé quando mataram ele aí a gente se revoltou... Tiraram nosso orientador, tiraram o nosso padre nós vamos mostrar quantos padre num vai aparecer! (ENTREVISTA MARIA DO SOCORRO)⁴¹

A palmeira babaçu árvore que se reproduz com extrema facilidade em solos férteis ou não, suas florestas (os babaçuais) se estendem por todo o norte do Tocantins. As quebradeiras, extraem seu sustento a partir dessa planta nativa e dos vários produtos que podem ser extraídos desta palmeira, cestos, farinha, azeite, artesanato. Seu modo de vida é extremamente ligado ao babaçu. Muitas dessas famílias migraram para essa região a procura de terras.

Segundo Oliveira (2018) relata que:

A partir de 1972 foi na Amazônia que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora continuassem presentes também no Nordeste e no Centro-Sudeste (8). A década de 70 foi marcada sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. (OLIVEIRA, 2018)

⁴⁰ Sindicato dos Trabalhadores Rurais: o principal objetivo do sistema sindical rural é a defesa dos seus direitos, reivindicações e interesses, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. Disponível em <https://www.cnabrazil.org.br/contribuicao-sindical-rural/>

⁴¹ Entrevista concedida Maria do Socorro, São Miguel, dia 19 de abril de 2022.

Figura 2 – Área de maior incidência de floresta de babaçu.



Fonte: Elaborado pela ActionAid Brasil com base na 'Cartografia Social dos Babaçuais' (UEMA, 2015).

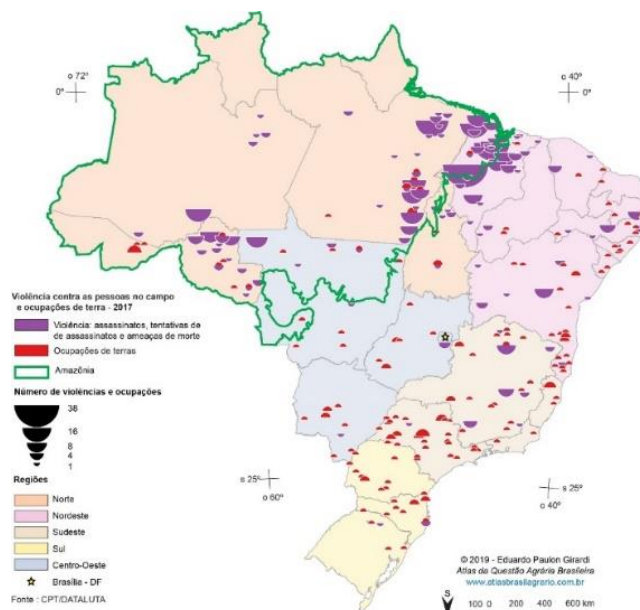
Nesse processo de expropriação e violência, a Igreja e a CPT foram as principais instituições a lutar a favor dos colonos e contra o processo de grilagem de terra na região. Em fevereiro de 1980 foi divulgado o relatório “Igreja e os problemas da Terra” pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁴². Neste documento a Igreja condena as políticas governamentais para o campo e denuncia a políticas de incentivos fiscais para a região (SOARES, 2009).

A CPT tinha como objetivo apoiar os grupos de agricultores envolvidos em conflitos, buscando estimulá-los a resistir na terra. À medida que a CPT estabelece sua atividade na região, o Poder judiciário passa a ser um intermediador dos conflitos.

Outro importante movimento de mulheres que destacamos neste estudo foi a criação da ASMUBIP, que teve início nos anos 80, através do incentivo da CPT para que essas comunidades se organizassem na luta pela terra e o acesso às palmeiras babaçu, que faz parte da segurança alimentar e renda familiar. Essa associação procura articular diversas identidades das mulheres em sua base social (SOUZA, 2003).

⁴² CNBB: A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias, e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo.
<https://www.cnbb.org.br/>

Figura 3 – Região de conflitos



Fonte: Journals Open Edition.(2022)

Outro importante movimento de mulheres que destacamos neste estudo foi a criação da ASMUBIP, que teve início nos anos 80, através do incentivo da CPT para que essas comunidades se organizassem na luta pela terra e o acesso às palmeiras babaçu, que faz parte da segurança alimentar e renda familiar. Essa associação procura articular diversas identidades das mulheres em sua base social (SOUZA, 2003).

Destacamos uma liderança importante nesta pesquisa, Dona Raimunda quebradeira de coco de babaçu, reconhecida pelo seu trabalho em favor das causas das mulheres quebradeiras e ter ajudado a fundar a (ASMUBIP) que tem sede em São Miguel do Tocantins. (MACHADO, 2015). Figura de grande valor a líder comunitária ficou conhecida desde os anos 80, sendo também uma das fundadoras do (MIQCB), que atua nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. Foi indicada ao prêmio Nobel da Paz⁴³ e recebeu título de doutora Honoris Causa⁴⁴ pela Universidade Federal do Tocantins (CPT, 2018).

Cabe mencionar que os atores deste processo foram migrantes nordestinos, que praticavam uma agricultura de subsistência “a chamada roça de toco”, bem como o extrativismo. Esses atores ao longo do processo constituíram uma identidade social que

⁴³ Nobel da Paz: De acordo com a vontade de Nobel, expressa em seu testamento, o Prêmio da Paz será concedido à pessoa que no ano anterior "fizeram o melhor ou o melhor trabalho pela fraternidade entre as nações, pela abolição ou redução de exércitos permanentes e pela realização e promoção de congressos de paz".

⁴⁴ Honoris Causa: O título de Doutor Honoris Causa é a máxima distinção concedida pela Universidade a personalidades que se destacam pela atuação em defesa das artes, da ciência, das letras e do melhor entendimento entre os povos.

fortaleceu a mobilização e resistência dos agricultores ao processo de grilagem, incentivado pelas políticas de desenvolvimento para a Amazônia a partir da década de 1960, durante o Regime Militar (OLIVEIRA; 1991).

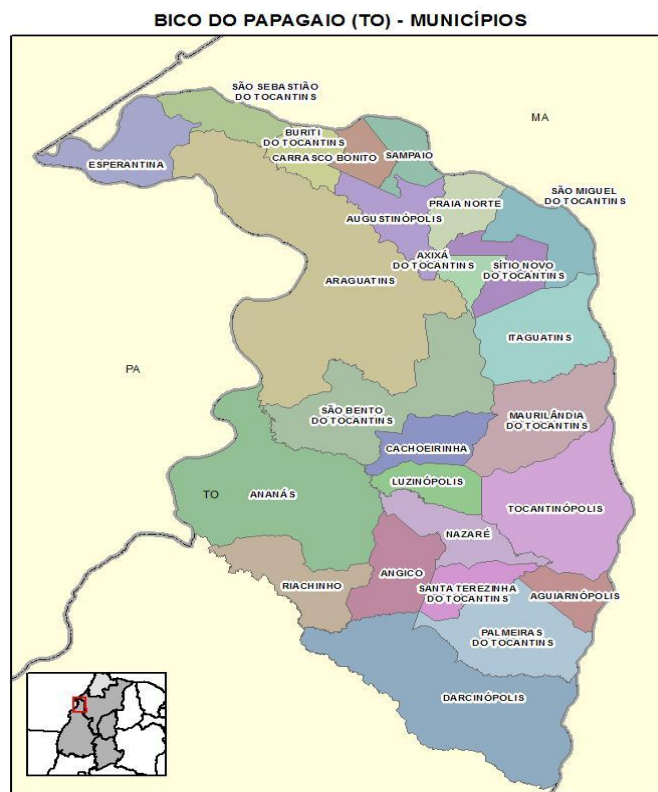
Durante a década de 1980 e início dos anos 1990, com a volta da democracia no País e como parte das estratégias de resistência por parte dos colonos, houve um processo de institucionalização que resultou na criação de um amplo conjunto de organizações, entre as quais se citam: Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações de agricultores (as), apicultores (as), quebradeiras de coco, assentados, colônias de pescadores. Para Soares (2009) essas organizações fortaleceram estratégias de ação coletiva e contribuíram para que estes pequenos produtores passassem a desempenhar um papel ativo na negociação de políticas públicas, influenciando e promovendo o desenvolvimento da região (OLIVEIRA; 1991)

A região do Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, situa-se entre os rios Araguaia a oeste, e Tocantins a leste; fazendo fronteira entre o estado do Pará a oeste, e Maranhão a leste. Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do centro-oeste e a floresta amazônica e os rios Tocantins e Araguaia, o que torna a região rica em diversidade ambiental. A diversidade social da região caracteriza-se pela riqueza na composição dos grupos sociais/etnias como: indígenas, pequenos agricultores, quilombolas, assentados, pescadores, extrativistas, mineradores e artesãos (SEPLAN-TO, 2013).

Nesse processo de expropriação e violência, a Igreja e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram as principais instituições a lutar a favor dos colonos e contra o processo de grilagem de terra na região. Em fevereiro de 1980 foi divulgado o relatório “Igreja e os problemas da Terra” pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Neste documento a Igreja condena as políticas governamentais para o campo e denuncia a políticas de incentivos fiscais para a região (SOARES, 2009).

Cabe destacar em quais municípios da Microrregião do Bico do Papagaio - Tocantins ocorreu a maior parte dos conflitos agrários. São eles; Araguatins, Augustinópolis, Axixá, Buriti do Tocantins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, Sampaio, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins e Sitio Novo do Tocantins (Figura 1). Nestes municípios se concentraram os conflitos, tendo como gênese o processo de ocupação; o primeiro espontâneo, agricultores nordestinos que, fugindo da seca e da grilagem em seus Estados estabeleceram um sistema de roça de toco, como já citado.

Figura 4 - Microrregião do Bico do Papagaio e seus respectivos municípios.



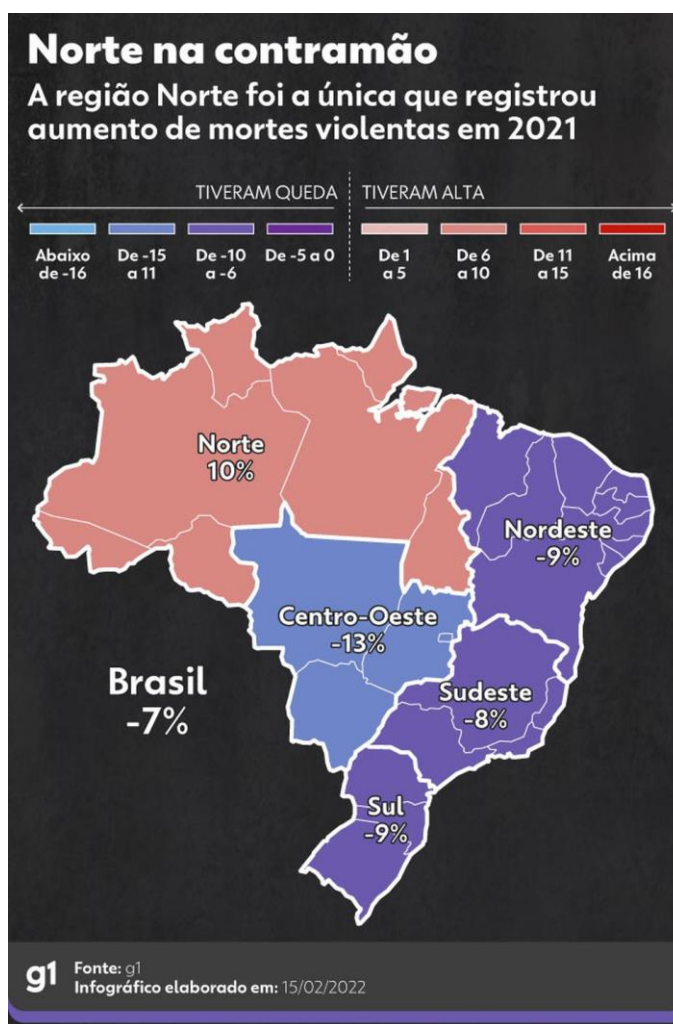
Fonte: Jornal Voz do Bico (2020)

A CPT tinha como objetivo apoiar os grupos de agricultores envolvidos em conflitos, buscando estimulá-los a resistir na terra. À medida que a CPT estabelece sua atividade na região, o Poder judiciário passa a ser um intermediador dos conflitos.

No Bico do Papagaio, para Soares (2009) verificou que o quadro das lutas pela terra era delimitado pelas políticas governamentais, instrumentalizadas principalmente pelos incentivos fiscais e pelos fazendeiros e grileiros, pelos colonos e posseiros e, também, pelos setores da Igreja Católica empenhados na defesa dos pobres do campo.

O Bico do Papagaio sempre esteve ligado aos constantes conflitos pela terra, contando com a cobertura e o apoio legal do poder judiciário e do Estado. Para Josimo (1986), os fazendeiros, reforçados pela atuação da polícia militar – que dizia agir em nome da legalidade – despejavam, violentamente, centenas de famílias de lavradores, queimando suas casas, roças, envenenando os cereais, levando as pessoas para a cadeia, espancando-as e humilhando-as (CPT, 1986; et al ALMEIDA 2017, p. 90).

Figura 5 – Conflitos no campo.



Fonte: G1 (2022)

Esse é o contexto social e político do processo de surgimento do MST no Bico do Papagaio no estado do Tocantins, cuja constituição foi se consolidando a partir da necessidade histórica dos camponeses enfrentarem o latifúndio. A seguir será realizada uma incursão histórica sobre a constituição do MST no estado de Tocantins na luta pela terra.

A região do Bico do Papagaio tem um longo caminho a ser percorrido para chegar ao desenvolvimento econômico e socialmente justo é uma região de constantes conflitos e que nas duas últimas décadas estamos assistindo em todo o País, e notadamente na Amazônia, ao advento de novos padrões de relação política no campo e na cidade (SILVA, 2019, p.01).

Assim, (OLIVEIRA, 2001, p.189) afirma que “esses camponeses são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra sendo, pois, desterrados,

“sem terra”, que lutam para conseguir o acesso à terra.” É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

Portanto, a luta pela terra perpassa por uma longa trajetória história, nesse capítulo enfatizamos essa perspectiva a partir da formação das Ligas Camponesas a partir dos anos 1940, mesmo com os movimentos sociais a partir das décadas seguintes e pós democratização do Brasil, vemos muito presente ainda a incessante e por vezes a passos vagarosos a falta de legitimidade das políticas públicas em garantir a Reforma Agrária uma luta histórica que faz parte do contexto do campesinato do Brasil como é objetivo do MST, que surge como a principal movimento nas décadas de 1980, atrelado a outros tantos como MMC, MAB, MMA que surgiram a través do MST juntamente com instituições como CPT, uma instituição de grande importância no norte do Estado do Tocantins que tem como objetivo amenizar os grandes conflitos e disputas por terra em todo território nacional, pela questão agrária e de legitimar as leis estabelecidas e amenizar a desigualdade social através da distribuição de terras de formas justa para atender principalmente o pequeno agricultor que tem a terra como meio de subsistência. Ressaltamos aqui a importância dos movimentos que surgem a partir da luta do MST que é parte do próximo capítulo que são os movimentos de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais que se forma o MIQCB objeto de estudo dessa pesquisa.

3 MULHERES EXTRATIVISTAS: FORMAÇÃO DO MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU (MIQCB)

Este capítulo objetiva a análise da luta das quebradeiras de coco na criação do MIQCB, e no extremo norte do Tocantins a formação da ASMUMBIP. Partimos do conceito da socióloga Maria da Glória Gohn, que demarca os movimentos sociais como ações sociais coletivas, de caráter sócio-político e cultural, que possibilitam formas distintas da população se organizar e expressar suas causas. Para a autora

“as mulheres são maioria nos movimentos feministas, nos movimentos populares de luta por melhores condições de vida e relações político-culturais e debate teórico no processo democrático trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais.” (GOHN, 2007, p. 44)

No Brasil, a partir dos anos 1980, movimentos sociais giravam em torno da defesa dos territórios e modos de vida tradicionais. A Constituição Federal de 1988, através desses movimentos de luta, foi um marco no reconhecimento da existência social e dos direitos específicos desses grupos portadores de identidades coletivas (ALMEIDA, 2008; SHIRAIISHI, 2006). Além dos povos indígenas e comunidades quilombolas, reconhecidos como grupos com identidades coletivas de base étnica, foram também reconhecidos grupos portadores de identidades políticas referidas a recursos de uso comum, tais como os pescadores, quebradeiras de coco babaçu, (Decreto nº 6040/07)

Os movimentos sociais que ressurgem no Brasil pós redemocratização nas décadas de 1980 e de 1990 de trabalhadores rurais no Brasil como o MST⁴⁵, MMC⁴⁶, MMTR⁴⁷, MMA⁴⁸,

⁴⁵ MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. Disponível em <https://mst.org.br/quem-somos/>

⁴⁶ MMC: Movimento de Mulheres Camponesas. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um movimento social popular brasileiro, fundado em 2004, que representa as mulheres trabalhadoras rurais do país. Defende a reforma agrária e a implementação de políticas públicas que promovam a agricultura familiar e agroecológica, com o uso de fontes de energia alternativas e a preservação do meio ambiente.

⁴⁷ MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Na década de 80, apoiadas nos movimentos e pastorais sociais, em duas microrregiões da Paraíba e Pernambuco, grupos de mulheres trabalhadoras rurais iniciam reflexões e intercâmbios de suas experiências, baseadas nas dificuldades, sonhos, desafios comuns e na ausência de representantes nos espaços políticos. Em uma realidade marcada pelo machismo, compreender a necessidade de uma organização autônoma de trabalhadoras rurais do Nordeste é desafiador. Fortalecidas após participação no III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1986, foi realizado o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, e deu-se a criação do MMTR-NE, adquirindo, aos poucos, movimentos estaduais em todos os nove estados do Nordeste.

⁴⁸ MMA: Movimento de Mulheres Agricultoras. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que tem sido recente a utilização do termo feminismo camponês e popular, o movimento tendo como ponto de partida o percurso da luta feminista nos espaços rurais, em especial, no Oeste de Santa Catarina, onde o MMC tem uma forte atuação na organização das mulheres. Esse percurso passa por compreender seus investimentos nas lutas para a constituição de organizações de representação de seus interesses na década de 1980, com grande influência da igreja católica,

entre outros, foram fundamentais para o protagonismo das mulheres camponesas na luta por terra e pelos seus direitos. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) surgiu no início da década de 1990, organizado por mulheres camponesas que lutavam, e ainda lutam, em prol dos seus direitos individuais e coletivos. O movimento se organiza em quatro estados brasileiros, dois da Região Norte (Tocantins e Pará) e dois da Região Nordeste (Maranhão e Piauí). Sua fundação oficial datada em 1991, ocasião em que aconteceu o I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Brasil (SILVA, 2014, p. 32).

Dessa forma temos a construção da identidade das lideranças feministas sua formação como movimento social e engajamento no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), organização formada por comunidades do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Organizando-se e buscando pelo desenvolvimento e melhores oportunidades. Articulando grupos dando voz as lutas por direitos através dos movimentos sociais, buscando seus espaços e participação política (BERRÊDO, 2017). Instala-se assim o conflito e, em defesa do direito ao uso tradicional do recurso natural, as quebradeiras de coco babaçu se mobilizam e se organizam. Assumem coletivamente uma identidade e buscam construir saídas para reforçar o pilar econômico da atividade, ocupando espaços institucionais mais ou menos adequados para promoção desta mudança.

Segundo Gohn (2007) nos movimentos sociais, tanto de questões femininas ou em diferentes mobilizações, as mulheres destacam-se por serem as que têm tido os maiores índices de participação e de organização de suas demandas, são elas que sustentam as redes solidárias de projetos sociais, além do mais as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas.

Assim nos anos iniciais da década de 1990 houve esforços para unificar esses movimentos estaduais em uma aliança nacional por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)⁴⁹ em 1995. Hoje a ANMTR é formada pelos MMTRs estaduais e agrega outros movimentos, associações, órgãos, instituições e entidades, tais como:

e nas lutas contra um modelo de agricultura baseado na exportação de *commodities* ao longo da década de 1990, juntamente com outras organizações sociais do campo brasileiro e internacional, como é o caso da Via Campesina (VC).

⁴⁹ ANMTR Desde a década de 1980, as trabalhadoras rurais vinham experimentando um crescente aprendizado pela participação em eventos do âmbito sindical, de associações, dos movimentos sociais e de partidos políticos. Aprenderam sobre organização política, exercício da fala pública, arte do debate, formulação de reivindicações e valor da comunicação para novos entendimentos a respeito de suas questões específicas. Deste processo, resultou a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que teve seu primeiro encontro nacional em 1995. Disponível em https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/anos/1995.php?iframe=anmtr_1995

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)⁵⁰, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁵¹ e Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) entre outros. Ressaltando que todos aqui citados estão engajados nas lutas pelo campo, pela terra (SILVA, 2017, p. 166).

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) se constituiu a partir de um trabalho conjunto que envolve uma rede de organizações voluntárias tais como: associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas que lutam pela preservação dos babaçuais, pela garantia das quebradeiras de coco a terra, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo, pelo livre acesso aos babaçuais e pela equidade de gênero. A partir do I Encontro, realizado em setembro de 1991, iniciou-se uma articulação das quebradeiras de coco do Mearim, e da Baixada (MA), do Norte do Piauí e da região conhecida como Bico do Papagaio que engloba parte dos estados do Maranhão, Tocantins e sudeste do Pará. A articulação se consolidou e já foram realizados 5 encontros, reunindo centenas de quebradeiras que a cada dia fortalecem a luta com uma consciência ambiental aguda e com uma percepção de seus direitos mais aprimorada. O último encontro ocorreu em dezembro de 2004 e face à gravidade dos problemas ambientais decorrentes dos desmatamentos de babaçuais as quebradeiras de coco decidiram realizar uma campanha contra as devastações e contra a venda do coco inteiro (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia).

Reserva Extrativista Extremo Norte – Criada pelo Decreto n° 535 em 20 de maio de 1992, com área de 9.280 hectares. A RESEX está localizada nos municípios de Augustinópolis, Carrasco Bonito e Sampaio, no Estado do Tocantins. Passados quatorze anos as famílias reivindicam a efetivação da RESEX que está sendo devastada e invadida pelos catadores de coco babaçu. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia)

Uma das ações mais importantes do MIQCB foi a luta pelo babaçu livre. Essa reivindicação consistia em proibir a derrubada e tornar o acesso livre das quebradeiras de coco às palmeiras de babaçu para que pudessem coletar e quebrar os seus frutos. Assim, o MIQCB

⁵⁰ MPA: O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas. O MPA busca resgatar a identidade e a cultura camponesa, na sua diversidade, e se coloca ao lado de outros movimentos populares do campo e da cidade para a construção de um projeto popular para o Brasil baseado na soberania e pelos valores de uma sociedade justa e fraterna. Disponível em <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>

⁵¹ MAB O Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade. Disponível em <https://mab.org.br/quem-somos/#>

elaborou o Projeto de Lei nº 1.428, em 1996, denominado popularmente Lei do Babaçu Livre, apresentado na Câmara dos Deputados, mas que não teve sucesso em sua aprovação. Desta forma, o movimento partiu para apresentar o projeto às Câmaras estaduais e principalmente às municipais, onde teriam mais possibilidade de acompanhar e pressionar para a aprovação do mesmo. Com isso, alguns municípios passaram a ter em sua legislação a Lei do Babaçu Livre, entre eles os municípios de São Miguel do Tocantins (Lei municipal nº 7/2005), no Tocantins, e o de Cidelândia (Lei municipal nº 122/2005), no Maranhão. A aprovação dessas leis nos municípios foi uma importante vitória que contribuiu para fortalecer o movimento das quebradeiras de coco babaçu (IADANZA, 2020, p.18)

O MIQCB emerge como uma organização que representa os interesses sociais, políticos e econômicos deste grupo, dando a estas mulheres a possibilidade de serem vistas e reconhecidas. Isto possibilita a chance de se desenvolver por meio do conhecimento e experiência que o trabalho no movimento oferece, bem como a ver o mundo além das comunidades.

O MIQCB é um movimento autônomo organizado por mulheres camponesas que assumiram uma identidade e atendem como “quebradeiras de coco babaçu”. Essas mulheres lutam por políticas públicas, reforma agrária, pelo aproveitamento sustentável do babaçu, sustentabilidade ambiental, por questões ecológicas e principalmente pelo Babaçu Livre – luta pela aprovação de uma lei federal de acesso livre aos babaçuais (SILVA, 2014, p.32).

Com os conflitos de 1980, surgiram algumas organizações e outras foram fortalecidas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), por exemplo, sofreram algumas transformações, já que os trabalhadores tiveram maior atuação interna em seus órgãos de classe, por meio da oposição sindical, participando diretamente e tomando frente no processo de mobilização e conflito. Foram nessas circunstâncias que as mulheres passaram, também, a se associar ao sindicato, dado que antes somente se associavam os homens. A associação das mulheres, em muitos casos, se deu em contextos de luta pela direção dos sindicatos. Outras organizações foram criadas e tiveram como base a participação e direção das quebradeiras de coco babaçu, como, por exemplo, os clubes de mães, as CEBs e os clubes de jovens, animados pela Igreja Católica antes dos anos 80 (SILVA, 2014, p 37).

Figura 6 – Cacho da palmeira babaçu



Fonte: Andréa Siqueira (2022)

Com os conflitos de 1980, surgiram algumas organizações e outras foram fortalecidas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), por exemplo, sofreram algumas transformações, já que os trabalhadores tiveram maior atuação interna em seus órgãos de classe, por meio da oposição sindical, participando diretamente e tomando frente no processo de mobilização e conflito. Foram nessas circunstâncias que as mulheres passaram, também, a se associar ao sindicato, dado que antes somente se associavam os homens. A associação das mulheres, em muitos casos, se deu em contextos de luta pela direção dos sindicatos. Outras organizações foram criadas e tiveram como base a participação e direção das quebradeiras de coco babaçu, como, por exemplo, os clubes de mães, as CEBs e os clubes de jovens, animados pela Igreja Católica antes dos anos 80 (SILVA, 2014, p. .37).

Segundo Swerts (2009) no período dos governos chamados neoliberais as mudanças de uso da terra provocaram queda na produção agrícola familiar e também no extrativismo do babaçu. Intensificaram-se os movimentos de organização coletiva, nesta fase já marcados pelo forte protagonismo das mulheres que assumem a identidade de quebradeiras de coco babaçu; pela abrangência regional e pela temática voltada para questões em torno do babaçu, como garantia de acesso, preservação e apropriação de resultados com o aproveitamento econômico do recurso.

Freire (1982) nos ensina que a mudança é difícil, mas necessária aos oprimidos que estão em busca de mudanças na sua realidade. É na luta e no movimento social que se faz essa conscientização. Não há conscientização dos oprimidos, senão houver uma ação prática de que eles são uma classe explorada e que podem lutar por sua liberdade, entretanto nos alerta que conscientiza a si mesmo.

Ao mesmo tempo o babaçu surge como tema aglutinador, passando a fazer parte da agenda das entidades representativas de trabalhadores rurais. Estes apoiam os movimentos das mulheres, lutando também contra as relações de produção que as tornava dependentes dos patrões e seus prepostos, como o sistema de quebra de meia e o sistema de vale. À esta época as mulheres se referem como período de sujeição (MARTINS, 2000, p.118)

O movimento das quebradeiras de coco babaçu e o dos trabalhadores agroextrativistas só conseguiu alcançar o grau de avanço econômico por conta de um bem sustentado nível de organização política e de coesão em sua base, além de suas lideranças, que exprimia as vontades e os interesses dessa mesma base. Por sua vez, a elevação ao grau atual de conscientização política das lideranças e de boa parte dos integrantes só foi possibilitada pelos resultados materiais que o movimento das quebradeiras de coco conseguiu. Isso é a síntese histórica do que está expresso pela ASSEMA quando se diz que "as quebradeiras de coco babaçu portadoras de uma identidade coletiva que as diferencia dos demais indivíduos e dos grupos sociais no interior do Estado brasileiro" (ASSEMA, 2004).

Portanto, o MIQCB surge do desejo das quebradeiras de coco de unir todas as quebradeiras em toda a área de babaçuais. As mulheres que fundaram o MIQCB se diferenciam da maioria das quebradeiras de coco que constituem a sua base por terem sido personagens destacados e ativos nos conflitos pela terra e pela sua atuação nos sindicatos de trabalhadores rurais, fato que se revela num gritante desnível de visão de mundo, de formação política e de conhecimento acerca do funcionamento dos aparelhos de Estado.

3.1 A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP)

Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio – Criada em 1992 com o objetivo de organizar as mulheres trabalhadoras rurais, organizadas em núcleos, para garantir e lutar pelos direitos das mulheres, da sua afirmação na sociedade e da produção econômica dos produtos agroextrativistas com destaque para o babaçu (APATO, 2020)

Na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Tocantins, o babaçu é considerado o principal produto do extrativismo local e apresenta uma forte ligação com as mulheres

quebradeiras de coco. A Associação Rural das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), desde a sua criação, vem investindo na diversificação do aproveitamento do babaçu para aumentar o valor agregado desses produtos e contribuir para a geração de renda das quebradeiras e, dessa forma, valorizar sua identidade e manter conservados os babaçuais.

Raimunda Gomes da Silva foi a quebradeira de coco babaçu que colocou a luta dessas mulheres no mundo. Foi fundadora da Associação Regional Manoel Conceição Santos foi um importante líder camponês do Maranhão. Lutou e resistiu ao regime militar, tendo sido presa, torturada uma das fundadoras da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Contribuiu para criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) e fez parte do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)⁵² levando a pauta das mulheres extrativistas. Recebeu, em 2003, o prêmio Bertha Lutz do Senado Federal. Foi indicada, em 2005, ao prêmio Nobel da Paz. Em Sete Barracas, distrito de São Miguel do Tocantins, foi construído um memorial para deixar sua luta viva. Faleceu no dia 7 de novembro de 2018 com 78 anos. 2.1 Florestas de coco babaçu, sustentabilidade e preservação ambiental (IADANZA, 2020, p. 19). Podemos destacar a importância de Dona Raimunda no relato de Dona Maria do Socorro

A Dona Raimunda que nós se refere sempre ela viva ou morta é a mãe do Bico do Papagaio porque ela chegou aqui e abraçou essa luta junto com o padre (Josimo) né... Eu não cheguei trabalhar junto com o padre mas Dona Raimunda e Francisca elas acompanhavam padre. Aí na luta né então Dona Raimunda era assim como uma orientadora ela orientava os perigos ela ensinava como se fazer a uma reunião ela ensinava como negociar com o governo ela ensinava como chegar nas coisas que ela era, nós chamava ela de mãe, mãe do bico, mãe das quebradeiras que ajudou a fundar o MIQCB ajudou a fundar a FETAET né nossa Federação e foi quem criou a ASMUBIP, foi ela.⁵³ (ENTREVISTA DONA MARIA DO SOCORRO)

Outro importante movimento de mulheres que destacamos neste estudo foi a criação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP), que teve início nos anos 80, através do incentivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para que essas comunidades se organizassem na luta pela terra e o acesso às palmeiras babaçu, que faz

⁵² CNS: O CNS é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos. Seu Conselho Deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas de todos os Estados da Amazônia. São seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais, entre outras modalidades. Disponível em <http://www.memorialchicomendes.org/quem-somos/>

⁵³ Entrevista concedida por dona Maria do Socorro, São Miguel, dia 19 de abril de 2022.

parte da segurança alimentar e renda familiar. Essa associação procura articular diversas identidades das mulheres em sua base social (SOUZA, 2003).

Figura 7 – Sede antiga ASMUBIP



Foto: Andréa Siqueira (2022)

Destacamos uma liderança importante nesta pesquisa, Dona Raimunda quebradeira de coco de babaçu, reconhecida pelo seu trabalho em favor das causas das mulheres quebradeiras e ter ajudado a fundar a (ASMUBIP). (MACHADO, 2015). Figura de grande valor a líder comunitária ficou conhecida desde os anos 80, sendo também uma das fundadoras do (MIQCB), que atua nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. Foi indicada ao prêmio Nobel da Paz e recebeu título de doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins. (CPT, 2018). Segundo Dias (2005, p.13) “a (ASMUBIP) tem sede em São Miguel do Tocantins”.

A organização das quebradeiras de coco nas áreas de ocorrência dos babaçuais do Tocantins levou à criação da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP). Essa organização, que reúne 260 sócias possui uma prensa para fabricação do óleo de babaçu. A ASMUBIP, juntamente com o MIQCB, o Clube Agrícola de Sete Barracas e as Associações locais, como a Associação da Reserva Extrativista de Extremo Norte (ARENT), vem organizando as discussões em torno da atividade extrativa do babaçu. Essas entidades têm reivindicado políticas públicas adequadas e denunciado a derrubadas de palmeiras e violação dos direitos das quebradeiras de coco. A organização dessas mulheres permite uma ampliação do leque de articulação política, fazendo com que conquistem espaços em outras organizações de âmbito nacional como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

(Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia). Segundo Dona Maria do Socorro em 2022 a ASMUBIP se encontra da seguinte forma:

Ah essa associação é o bicho eu cheguei aí ela tá com 15 anos fechada e eu cheguei assim meio aqui caída de paraquedas e tô preocupada demais porque eu não tive sorte cheguei junto tá com pandemia aí não pude fazer os trabalhos de base e fiquei parada esses dois anos esperando, esperando, esperando parece que não vai ter fim aí eu tô tentando resgatar puxar do fundo do baú porque nós fomos criadas no dia que criou a ASMUBIP quem assinou a ata de fundação da ASMUBIP foram 162 mulheres só na Assembleia de fundação e assinaram o livro de fundação só que é Itaguatins, São Miguel, Sítio Novo, Axixá, Augustinópolis, Praia Norte São Sebastião e toca no mundo aí Buriti até chegar na Esperantina, mulher de todos esses municípios.⁵⁴

Destacamos assim, que o papel da Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio teve papel importante na organização dos núcleos nas microrregiões, entretanto destacamos que através dos relatos houve fragilidade no processo deixando a organização em situação de vulnerabilidade e fragilidade. Que podemos destacar no relato de Dona Maria do socorro

É... é... cada município , aí agora eu como eu tô te falando aí, eu já resgatei eu já andei as bichinhas tudo parada querendo saber notícia e tudo e eu fiz um trabalho agora ultimamente antes da semana santa eu ganhei um dinheirinho aí eu fui fazer eu quero resgatar os núcleos todos porque nós era no início que nós Dona Raimunda criou ASMUBIP tinha cantinas tinha uns grupos núcleo e as cantinas tinha as coisinhas para ela trocar o Babaçu vender comprar as coisas entendeu... E aí só acabou a gente ajudou a gente ajudou quando estava no CNS a gente ajudou comprar forrageira para sair do Pilão sair do Moinho de braço e fortalecendo né os grupos . É porque tava sem movimentação há 15 anos, assim as máquinas, a produção, fracassou tudo sem projeto tava assim e como é que, gestão fraca⁵⁵

Com relação à assessoria e relação com outros movimentos, desde a sua origem, a ASMUBIP não possui assessoria própria voltada para o seu projeto político, ou mais afinada com temas relativos à problematização da discriminação das mulheres na sociedade, ou o enfoque de gênero, o que foi apontado por STEPHEN (1996) como um dos fatores que contribuiu para o fortalecimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. (STEPHEN, 1996 apud SOUZA, 2003)

⁵⁴ Entrevista concedida por dona Maria do Socorro, São Miguel, dia 19 de abril de 2022.

⁵⁵ Entrevista concedida por dona Maria do Socorro, São Miguel, dia 19 de abril de 2022.

3.2 Florestas de coco babaçu, sustentabilidade e preservação ambiental

Aqui buscamos analisar como essas mulheres extrativistas fazem uso sustentável dos recursos naturais e sua preservação. Há consenso entre os pesquisadores de que este conceito de sustentabilidade deve ser analisado de forma abrangente, pois é uma questão complexa com diversas abordagens. Buscamos nortear pela ótica de Enrique Leff (2001) e o conceito da Racionalidade Ambiental que considera que a sustentabilidade busca o uso racional destes recursos naturais sem comprometer o meio ambiente preservando e garantindo condições ecológicas de produção para a sobrevivência e um futuro para a humanidade. Buscamos analisar a história dessas mulheres que está intimamente ligada ao contexto de luta, primeiramente contra à subordinação e contra a privatização dos recursos de uso comum como a terra e os babaçuais e os direitos específicos desse grupo extrativista que busca o reconhecimento na forma de gestão do recurso natural.

Atualmente, a palavra sustentabilidade possui vários significados que, dentre eles, fortaleceu o conceito que nos remete à sustentabilidade como alternativa para combater a degradação ambiental discussão que associa a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras e perspectivas de desenvolvimento. (SANTOS, 2012, p.20)

Segundo Leff

A formação de uma consciência ecológica ou ambiental, a transformação democrática do Estado que permeia a participação direta da sociedade e das comunidades na autogestão e cogestão de seu patrimônio de recursos, a reorganização transetorial da administração pública e a reelaboração interdisciplinar do saber (LEFF, 2001, p.126).

Assim, sustentabilidade é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro, devendo Estado e sociedade manter a preservação desse patrimônio natural. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. As bases do princípio do desenvolvimento sustentável, conceito consolidado por meio da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, foram lançadas em 1987, concebidas como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer, contudo, a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (MILARÉ, 2004, p. 149-150). Assim podemos entender a partir da Constituição Federal que,

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

A partir dos anos 1970, houve aumento na conversão das florestas para usos agrícola e pecuário. Esse processo foi estimulado em parte pela intensiva migração ocorrida na região nesse período e em parte por grandes projetos governamentais de fomento à produção agrícola e por obras de infraestrutura, como abertura de rodovias federais e estaduais, projetos de colonização e construção de hidrelétricas (Becker, 2005; Costa, 2012). Dessa forma, historicamente os ciclos econômicos inerentes à ocupação recente da Amazônia derivam de atividades extrativistas fomentadas em grande parte pelo Estado, a partir do objetivo de promover o desenvolvimento econômico regional, integrando-a ao restante do país e ao comércio internacional. (SILVA, 2016, p.563)

Partindo desse processo podemos destacar a percepção da problemática ambiental segundo a coordenadora da ASMUBIP

Ah aqui eu tô falando como um todo ASMUBIP, nós todo mundo do bico do papagaio que compõem a REDE BICO né que compõem a ATA que a nossa Articulação Tocantinense de Agroecologia é todo mundo dentro dessa, dessa articulação e a gente abraçou essa causa né a gente passa por toda caravana da agroecologia e quando a gente terminou de participar né eu fui, fui uma das que participou da preparação da ANA a discussão aí quando eu cheguei aqui eu coloquei todos os as informações aí a gente achou por bem né a caravana veio aqui fez rodada mais nós da caravana da ANA e aí a gente criou a nossa ATA a nossa ANA aqui é do Bico.⁵⁶

Destacamos a articulação das quebradeiras no que toca a preservação ambiental, vimos que existe toda uma rede em prol desse objetivo. Lembrando que “as quebradeiras de coco babaçu fazem parte de um movimento social feminino que combina consciência ecológica, saberes vivenciados pela prática e detenção da autonomia da produção, formando uma identidade coletiva” (HAGINO, 2007, p.2). Assim destacamos na fala de Dona Maria do Socorro como é sua percepção de sustentabilidade,

Sustentabilidade é meu pé de manga é meu pé de caju é meu pé de pequi entendeu que sabe porque que é sustento porque além dele colocar de graça o fruto ele ainda todos os anos tá lá e todos os anos dá fruto esse sim é sustentável sustenta mas esse desenvolvimento que o povo diz que é sustentável ele é sustentável de capital de gente capitalista que gosta de dinheiro mas sustentar de verdade filha é o rio tu pega o peixe que tá lá na tua terra é o pé de manga que o teu filho come manda é o Babaçu que nós tira o ano inteiro o sustento da nossa família isso é sustentável eu vi um pé de pequi que tem 100 anos ela existe, esse pé de pequi existe, 100 ano quantas famílias quantas pessoas esse pé de pequi não já deu de alimento e isso sim é sustentável, agora teca, eucalipto, soja essas coisas aí pode ser sustentado de bolso mas de vida não. (Dona Socorro quebradeira de coco, coordenadora ASMUBIP ⁵⁷

⁵⁶ Entrevista concedida pela Dona Emília, em Sete Barracas, abril de 2022.

⁵⁷ Entrevista concedida pela Dona Socorro, em São Miguel do Tocantins, abril de 2022.

Outro aspecto importante o empoderamento e formação das lideranças locais e a falta de políticas públicas que garantissem seus direitos que possibilitou a criação do (MIQCB) e a criação especificamente nessas comunidades damos destaque a (ASMUBIP). O MIQCB foi responsável pela autonomia econômica e social das quebradeiras de coco, união do coletivo feminino gerando consciência ecológica, sua subsistência e cultura passada de geração a geração (HAGINO, 2007). Segundo a fala de Dona Emília atual coordenadora do MIQCB, no Tocantins, houve cursos de formação para conscientização da preservação ambiental,

Preservação é ter uma área preservada, na hora que não queima... não deve não bota veneno, então para nós para mim é isso né... cuidar da natureza, sustentabilidade é dentro da natureza é preservação preservação...e aqui...aqui antes a gente antes da gente né... precisou de bastante curso para pessoa se adotar porque quando a pessoa ia botar uma roça às vezes botar um pedacinho bem pequenininho mas aí botava garrafa que queimar tudo...quanto era de mata tudo fica acabada e aí a pessoa começou a ter conscientização saber que não era para ser feito daquele jeito e hoje todo mundo sabe cuidar bem direitinho... sabe preservar a natureza então elas contribuem para a preservação das florestas através desses cursos de formação. Quem mais fazem esses cursos de Formação aqui quem faz mais é para nós ter alguma ação voltada para esse uso sustentável... conscientização da Preservação é algo mais que as mulheres têm feito, para isso a gente fez vários, vários anos, porque na verdade assim aí em 2005/2006 por aí houve muita houve muitas, muitas tentativas de derrubada né... queimava, queimava, derrubava, veneno em tudo essas coisas e a gente para poder educar o próprio trabalhador rural a gente fazia seminário para explicar para eles que como que a gente devia trabalhar na natureza sem, sem agredir né...você poder viver da natureza... então isso ajudou muito com que cada um tivesse a sua consciência né de que ele pode tirar tudo que ele precisa dali sem fazer danos ambientais. (Entrevista Dona Emília coordenadora MIQCB)

A educação das novas e futuras gerações possui uma posição de grande relevância no processo de mudança de pensamento e de atitudes, pois é através dela que será possível construir uma forma de pensar pautada numa racionalidade ambiental e de conscientização, além de promover conhecimentos dos problemas ligados ao ambiente, onde ambiente e sociedade encontrem-se intimamente associados.

No ritmo também das questões ambientais globais, na década de 90 foram construídos projetos em cooperação com organismos internacionais, visando o uso sustentável dos recursos naturais de biomas específicos no Brasil. Um deles foi o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, conhecido como PPG-7, proposto em 1990 pelo Grupo dos Sete países industrializados (G-7) e lançado oficialmente no Brasil em 1992, durante a Rio-92. Tinha como finalidade o “desenvolvimento de estratégias inovadoras para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica, associadas a melhorias na qualidade de vida das populações” (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente).

Figura 8 – Babaçual

Foto: Andréa Siqueira (2022)

As práticas de preservação, associadas ao uso comum, estão vinculadas a uma compreensão de Justiça. A “mãe natureza” dispõe da vida nas suas mais variadas formas, de maneira que as quebradeiras de coco se organizam para garantir uma distribuição justa dos recursos. Tais práticas e concepções estão relacionadas a outras ideias - a segurança alimentar (NETO, 2017, p. 156). Os saberes tradicionais que permeiam as relações do homem com o meio ambiente, são necessárias quando se pretende desenvolver propostas de Educação Ambiental como formas de melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam esses territórios.

Warat (2000) sobre a educação ambiental destaca,

Assim, baseados em uma educação ambiental consistente, os membros desta sociedade devem entender que o Direito do amanhã deve ser ético e legalmente protegido sendo um direito fundamental para as próximas gerações. Destarte os Direitos Humanos começam a se aliar com a ecologia (WARAT, 2000, p. 08).

As leis do “babaçu livre” trazem em seu conteúdo os ideais de igualdade e de solidariedade, exercitados, na prática, pelas quebradeiras de coco. Quando elas saem para “caçar o coco”, respeitam os diversos costumes, como o de nunca cortar o cacho inteiro do coco, pois, se assim o fizerem, apenas uma única família ganha; por outro lado, deixando o coco cair naturalmente, respeitando o seu ciclo vital, qualquer uma poderá fazê-lo. Quando caem no chão, os cocos podem ser amontoados e, assim, não são tomados por outras mulheres. Tal prática coaduna-se com a percepção da necessidade e da capacidade de cada mulher coletar o suficiente para a sua reprodução. Sabendo que cada quebradeira coleta de acordo com as suas

necessidades, não se verificam disputas entre as mulheres pelo recurso, que é utilizado de forma aberta e comum pelas diversas famílias que dele dependem. O coco é igual e solidariamente distribuído entre as quebradeiras de coco e suas famílias, já que, como “árvore mãe”, deve prover a todos, indistintamente. Aqui, um segundo elemento da ideia de desenvolvimento sustentável (NETO, 2017, p. 156).

O manejo do babaçu ocorre nas entressafras de outras culturas agrícolas da região, aproveitando a mão-de-obra local e reduzindo o êxodo rural. Este contexto também favoreceu a implantação de várias indústrias de processamento de coco de babaçu, nas áreas de principal ocorrência desse fruto, como nos estados do Maranhão, Piauí e antigo norte de Goiás, hoje Tocantins. (SANTOS, 2012, p. 15)

O ser humano não percebe que ultrapassar os limites sinalizados pela natureza tem impacto direto na sua permanência no planeta. E, assim, utiliza o solo e a vegetação, causando a desertificação e o desaparecimento de espécies animais, e isto se traduz como o processo de civilização, todavia, gerou mais conflitos do que qualidade de vida para a população mundial. Entretanto, para intervir na questão ambiental, dever-se-ia, primeiramente, sensibilizar as pessoas quanto ao conceito de sustentabilidade, levando-as à reflexão no que se refere à sua relação com a natureza, a qual também faz parte. Para tanto, é imprescindível compreender os pilares nos quais o desenvolvimento sustentável está estruturado e as mudanças necessárias em prol do desenvolvimento e da conservação dos recursos naturais. (SANTOS, 2012, p. 21)

Minha irmã, por nois, a gente trabalha todas as comunidades preserva cuida conserva e cuida do Babaçu e tem o Babaçu com uma fonte de renda como um comércio como a roça como um tudo e nós as mulheres quebradeiras de coco a gente nossa relação com ela com as palmeiras ela é muito ela é muito forte ele é muito forte a gente aprendeu com elas mesmo sentir elas e a gente achar que ela está sentindo a gente porque quando a gente tá quebrando o corpo assim muitas mulheres de baixo é uma zuada doída mas quando é uma, duas a gente conversa elas conversa com a gente entendeu na calma sem a gente entende o que tá acontecendo e a relação de mulher para mulher com palmeira.⁵⁸ (Dona Socorro quebradeira de coco, coordenadora ASMUBIP)

Essa relação com a sustentabilidade e a preservação da natureza está presente em toda a prática cultural das quebradeiras, não só na atividade agroextrativista, mas também no consumo de produtos sustentáveis e na promoção de uma agricultura e alimentação saudáveis, que não prejudiquem o meio ambiente. A luta por acesso ao babaçu é uma atividade essencialmente coletiva. As quebradeiras de coco praticam ideais de solidariedade entre si e

⁵⁸ Entrevista concedida pela Maria do Socorro concedida dia 12 de abril de 2002.

com a natureza. Um costume que exemplifica esses ideais é nunca cortar o cacho inteiro do coco, mas coletar o coco que caiu naturalmente, respeitando seu ciclo de vida e permitindo que outras mulheres possam ter acesso. O entendimento dos recursos naturais como um bem comum também faz com que as quebradeiras se organizem para garantir a distribuição justa e solidária do que é coletado.

As atividades das quebradeiras de coco reforçam a sustentabilidade e a preservação ambiental. Além de aproveitarem todas as partes do coco babaçu para fazer azeite, farinha, carvão e artesanato, a atividade da quebra do coco é uma forma de manter as condições naturais da região dos cocais que, a cada dia, vem sendo ameaçada pela expansão do agronegócio.

Desenvolvimento sustentável, na concepção de Fiorillo, deve estabelecer um equilíbrio entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais, como segue o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição (FIORILLO, p. 28, 2009)

Acreditamos que a rica cultura e os saberes constituídos pelas quebradeiras de coco com o ambiente se refletem em uma defesa da sociobiodiversidade⁵⁹. Segundo essa perspectiva, as atividades primeiras de relação do ser humano com a natureza permitem maior envolvimento entre ambos, a partir de uma territorialização e de um lugar e atividade exercidas por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo.

⁵⁹ Sociobiodiversidade: Sociobiodiversidade é um conceito que envolve a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais (agrobiodiversidade) e o uso e manejo destes recursos junto com o conhecimento e cultura das populações tradicionais e agricultores familiares.

Figura 9 – Gongo (bicho do babaçu) aproveita como azeite

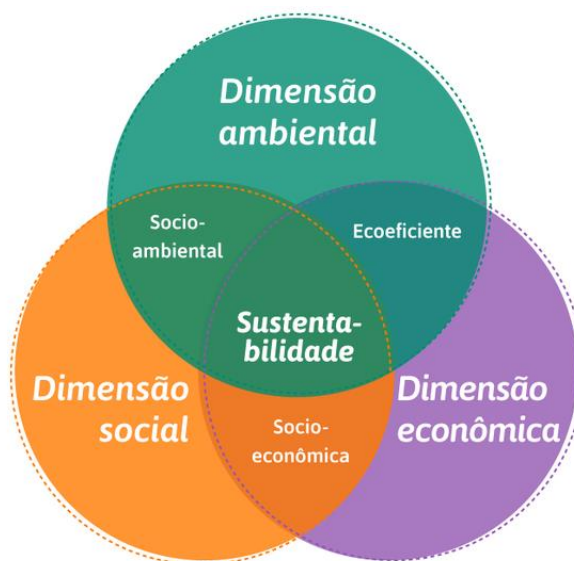


Foto: Andréa Siqueira (2022)

E conceitua-se sociobiodiversidade - como sendo a interrelação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais. Os produtos dessa sociobiodiversidade são bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e a valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem (BRASIL, 2009), ou seja, a promoção da cadeia de produtos da sociobiodiversidade representam um importante meio desenvolvimento para os povos e comunidades locais e de agricultores familiares tão presentes na sociedade Amazônica. (SUDAN, 2019)

Desse modo destacamos as quebradeiras de coco exercem o extrativismo sustentável, cujo objetivo é trazer renda para as famílias que vivem em áreas com poucas oportunidades de mercado – como a região amazônica – que geralmente dependem também da agricultura familiar. Nesse sentido, o extrativismo tem sido discutido como alternativa às atividades que têm ocasionado o desmatamento, como exploração madeireira e expansão de atividades agrícolas, principalmente a pecuária.

Figura 10 - Sobreposição das dimensões da Sustentabilidade



Fonte: Adaptado do Manual de Boas Práticas para Eficiência Energética (2005)

Envolvimento, constituído por alguns pilares existentes nos modos de vida de comunidades tradicionais, em que emerge um sustentável que se realiza no vivido. Estes pilares envolvem a autossuficiência, pensada como um sustento em busca de uma dignidade; a conservação ambiental, que se efetiva a partir de uma resistência em defesa do ambiente, pois só com este ambiente é possível construir sua cultura; a solidariedade de cada um para com a natureza e para com os próprios humanos e que se realiza de maneira horizontal entre estes pares; e a justiça social, que se assenta em uma luta pelo direito de uso do território (VIEIRA, 2017, p.20).

Essas comunidades extrativistas criaram mecanismos para sua sobrevivência e os conhecimentos adquiridos de como atuar sobre o meio, faz com que elas saibam seus limites e potencialidades e de forma sustentável, capaz de se manterem nesse território, contribuindo para a preservação.

Na história de luta das quebradeiras de coco, a sustentabilidade ambiental sempre foi prioridade, onde o empenho para a criação da Lei do Babaçu Livre (Lei nº 1.959, de agosto de 2008), é uma demonstração do compromisso e da defesa da biodiversidade⁶⁰ da região. Dessa maneira, a sustentabilidade ambiental, principalmente de comunidades tradicionais, desenvolveu-

⁶⁰ Biodiversidade: O termo biodiversidade - ou diversidade biológica - descreve a riqueza e a variedade do mundo natural. As plantas, os animais e os microrganismos fornecem alimentos, remédios e boa parte da matéria-prima industrial consumida pelo ser humano.

se por meio de comportamentos éticos, nos seus aspectos culturais, mantendo uma preocupação na conservação e preservação da vida e do ambiente.

O novo relatório da ONU Meio Ambiente aponta que apesar de um aumento de 38 vezes da legislação ambiental em vigor desde 1972, a incapacidade de implementar e de fazer cumprir essas leis é um dos maiores desafios para mitigar a mudança do clima, reduzir a poluição e evitar a perda generalizada de espécies e *habitats*, revelou o relatório da ONU Meio Ambiente. (ONU, 2019)

O desenvolvimento sustentável representa um grande desafio do século XXI, tema bastante discutido no Brasil, algumas pesquisas sobre o tema com o meio ambiente são ainda pouco conhecidas e divulgadas. A maioria dos pesquisadores e ambientalistas confirma que o século XX foi um marco do esgotamento de estratégias de políticas desenvolvimentistas, pois elas têm se mostrado politicamente injustas, socialmente perversas e ecologicamente predatórias. Já está bastante claro que não se pode alcançar um crescimento adequado, seguindo as mesmas trilhas econômicas e tecnológicas que trouxeram o planeta à situação atual. (FARIA, 2006)

Portanto, é um grande desafio para as comunidades extrativistas quanto ao uso sustentável da floresta babaçu, é sabido que as leis ambientais vigentes não são claras, gerando conflitos de interpretação, ficando lacunas que muitas vezes só servem para punir os pobres. O que se pode relatar na fala de Dona Maria do Socorro

A reserva... a reserva é assim... eu... o trabalho da reserva ele é muito é difícil, difícil, difícil porque nós aqui do CNS nós só trabalha essa reserva porque só tem ela e nasce um sonho dela passar para reserva ele foi 92 foi decretada pelo Collor de Mello, a gente tem trabalhado já passou o governo bom, já passou o governo pôde, governo atravessado, de todo jeito... mas não tem quem desaproprie aquela reserva pra criar ela, não tem... Foi decretada, o Collor de Mello decretou mas o governo é quem é quem executa a criação tipo assim paga o dono de terra que tem dentro manda embora e cria a reserva né nesse tempo em que o IBAMA era um IBAMA aqui prestava que tinha NATURATINS que era do meio ambiente nós óia, nós fazia reunião quase todo dia, tinha o procurador público o Mário Lúcio que ajudava muito a gente dava muita força para gente criar essa reserva e todo dia nois tava no escritório do Mário Lúcio, todo dia nois tava em Palmas, e fazendo reunião e de audiência em audiência e nunca deu certo essa reserva. Primeiro que o pessoal da reserva lá no início foi organizado o povo daí... criamos a ARENT é a Associação da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, por isso se chama ARENT, foi nós que criamos lá. Primeiro nós criamos o Sindicato do Carrasco lá, Dona Raimunda e o esposo dela lutaram até criar o sindicato pra ajudar né na luta depois nós criamos sindicato aí nois criamos a Associação, aí eu já tava acompanhando... aí foi registrou o povão a gente fez cartilha a gente fez um monte de coisa aí depois que chegou o tal de ICMBio pra dentro... Psiu, ohhh!!! Eu digo é na cara deles lá em Brasília, não digo só aqui não digo lá! Fechou as reservas que agora as reserva tem dono né... as reservas agora tem dono é o ICMBio e pronto! Aí a gente continua nessa luta de ver se aquela reserva sai mas...⁶¹
(ENTREVISTA DONA MARIA DO SOCORRO)

⁶¹ Entrevista concedida Dona Maria do Socorro, São Miguel, dia 12 de abril de 2022.

As Quebradeiras de Coco Babaçu desempenham papel fundamental na preservação dos babaçuais, do livre acesso ao fruto e em defesa do meio ambiente. São filhas da palmeira e buscam através de sua atuação em vários campos social, econômico e político a preservação das florestas e passam de geração em geração a importância do uso sustentável. Atuam como guardiãs da floresta, sua atividade econômica baseada na conservação da biodiversidade, pois a identidade social e cultural das quebradeiras está diretamente vinculada ao meio ambiente e às espécies nativas da região, promovendo sustentabilidade, pois seu modo de vida está diretamente associado.

3.3 Consciência ecológica: desenvolvimento econômico dos produtos do babaçu

O Bico do papagaio está inserido no ecossistema de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado comumente chamado de Zona de ocorrência de Babaçuais, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia. O Bico do Papagaio tem seu povoamento numa contemplação periódica que ultrapassa a atual frente pioneira capitalista. É uma área de ocupação humana que abrange desde os indígenas, os quilombolas, os migrantes das chamadas frentes de expansão mais antiga composta por populações do Maranhão e Piauí, exercendo atividades agroextrativistas e garimpeiros e agricultores familiares com o sistema de produção baseado na “roça de toco”, na coleta do coco do babaçu no agro extrativismo de frutas nativas, na pesca, artesanal, na produção de mel e de farinha de mandioca de imensa importância social, ambiental, cultural e econômica (MARTINS, 2009).

Busca-se também por meio da Constituição Federal de 1988 primar pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade sendo fundamental a observação voltada à proteção do meio ambiente enquanto espaço de vida humana, ou seja, onde o objeto da tutela é o homem na sua relação com o meio (ARAÚJO, 2004, p. 32).

As quebradeiras de coco babaçu vivem em comunidades tradicionais ou em lotes de assentamentos da chamada reforma agrária, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, próximo aos babaçuais. Elas obtêm seu sustento coletando e quebrando frutos de babaçu para deles extrair as amêndoas, consumidas domesticamente ou vendidas a indústrias por seu óleo; extraído do coco babaçu in natura, o azeito extraída da torra da amêndoa, o mesocarpo, para o

processamento da farinha, e o endocarpo, para a produção de carvão; além da realização de roças de corte-e-queima em meio aos babaçuais e da agricultura familiar.⁶²

A atividade de coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu é passada de uma geração a outra e realizada predominantemente por mulheres. É um importante complemento de renda para suas famílias, principalmente durante o período de entressafra da produção de alimentos e também garante autonomia econômica às mulheres. Com a renda da venda dos produtos feitos a partir do coco, as mulheres costumam comprar alimentos para complementar a dieta familiar (como peixe, açúcar e café) e alguns bens de consumo (como roupas e sapatos) (MATOS; SHIRAISHI; RAMOS, 2015, p.9).

Figura 11 – Mesocarpo



Foto: Andréa Siqueira (2022)

“Nesse sentido os produtos produzidos pelas quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio são o coroamento de um processo que tem na luta pela preservação ambiental e pelo equilíbrio entre a sociedade e natureza a maior bandeira, como num aceno de uma dependência mútua entre ambas” (SOUSA & SILVA, 2017, p. 02).

“O coco de babaçu possibilita várias alternativas de aproveitamento, que são fundamentais para o surgimento de investimentos através de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, comprometidas com a sustentabilidade da mesorregião do Bico do Papagaio e que, ainda favoreça o desenvolvimento dessa região com a implementação de

⁶² Agricultura familiar: A agricultura familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades rurais. Recebe esse nome, pois é realizada por grupos de famílias (pequenos agricultores e alguns empregados). A colheita dos produtos serve de alimentos para eles e ainda, para o consumo de parte da população.

políticas públicas considerando os aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais da Amazônia Legal” (SANTOS, 2012, p. 16).

“No Brasil, o aproveitamento integral do coco de babaçu ainda é restrito às indústrias, que o consideram viável economicamente e ambientalmente. Neste sentido, é fundamental, para as comunidades extrativistas, identificar, dentro dos modelos de aproveitamento do coco de babaçu praticados atualmente, qual destes pode proporcionar melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, possibilitar a ampliação da conservação das florestas naturais de babaçu.” (SANTOS, 2012, p.16)

Figura 12 - Coco babaçu partido ao meio



Foto Andréa Siqueira (2022)

“Historicamente, a ideia de desenvolvimento tem sido dissociada das estruturas sociais, ignorando as aspirações dos grupos constitutivos da sociedade, e por essa razão tem tido um caráter economicista” (CECHIN, 2010, p. 175). No entanto, é fundamental que o processo de desenvolvimento considere a relação do homem com o meio (recursos naturais), na busca de fortalecer seus potenciais para satisfazer necessidades e ampliar perspectivas.

Sendo assim, o aproveitamento dos recursos oriundos das palmeiras de babaçu é feito de forma integral em razão dos saberes e conhecimentos tradicionais que são utilizados nessa prática, o que possibilita a elaboração de diversos produtos para uso culinário, artesanal e cosmético, como: óleo, azeite, leite, farinha, carvão, sabão, cestos, cobertura, cerca e paredes de casas.

Almeida (2009, p. 105) também enfatiza que:

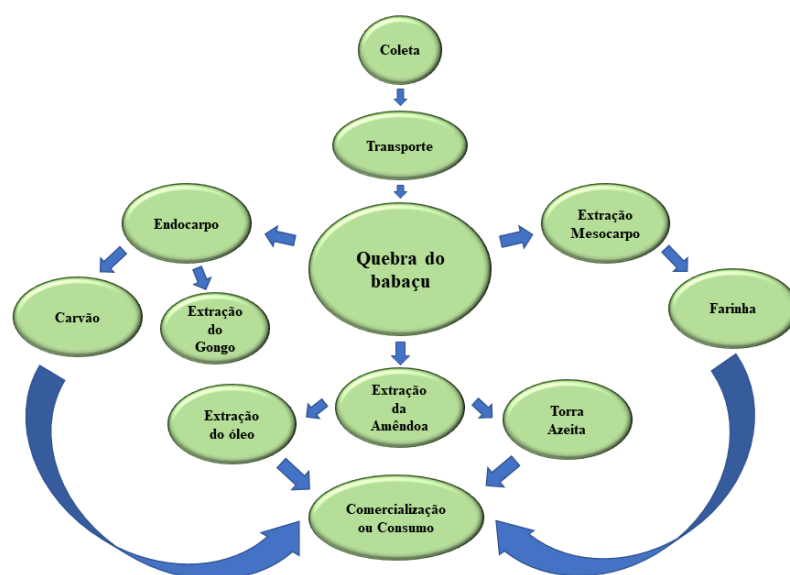
Os povos e comunidades tradicionais, embora apoiados também nas unidades de trabalho familiar e em diferentes modalidades de uso comum dos recursos naturais, apresentam uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria, e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção.

Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2013) apontam que mais de 18 milhões de hectares do território brasileiro são cobertos por florestas secundárias de palmeiras de babaçu. No Brasil, quatro unidades de conservação federal sob gestão do ICMBio trabalham com o coco babaçu, do qual são retirados cerca de 64 subprodutos, ??? que garantem a sobrevivência de muita gente. São elas: a RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins (TO) e as RESEX Mata Grande, Chapada Limpa e do Ciriaco, no Maranhão (BRASIL-ICMBIO, 2020).

Breve aproximação sobre o extrativismo de babaçu no Brasil. É antiga a importância do extrativismo do babaçu para os pequenos agricultores do interior do Maranhão, Piauí e norte de Goiás (atual estado do Tocantins), principais estados produtores de babaçu. A atividade sempre foi complementar à agricultura e considerada pelas famílias como um recurso alternativo - com o qual se pode contar “nos momentos de precisão” (MARTINS, 2000, p.134). Tem sido importante tanto pelo consumo direto quanto pelos recursos obtidos com a venda das amêndoas e de outros subprodutos.

Figura 13– Cadeia do Babaçu

Cadeia produtiva do Babaçu



Fonte: Próprio autor(2022)

A palmeira de babaçu, como planta nativa da região, é parte da vida dessas famílias — o conhecimento que as mulheres têm da palmeira é tão grande que ela é aproveitada de forma integral, gerando dezenas de produtos: da palmeira se usa a palha e o talo para fazer telhados e cercas para as casas, e quando mortas elas viram também adubo; do coco se extrai o mesocarpo; da amêndoa, leite, azeite e óleo, usados na alimentação (temperos, mingau, bolos etc.) e na confecção de óleos para limpeza e cosméticos. A palha e o endocarpo (parte lenhosa) também são utilizados em peças de artesanato. A amêndoa e o carvão, extraídos do coco, são particularmente cobiçados por empresas de cosméticos e energia, respectivamente (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015, p. 8).

E quem faz mais é para quem tem alguma ação voltada para esse Uso Sustentável para sustentabilidade desses recursos de babaçu. E tem dentro desses cursos mesmo ele ensina como a gente viver e se sustentar na natureza. Da Preservação tem algo mais que as mulheres têm feito para isso a gente fez vários, vários porque na verdade assim aí em 2005/2006 por aí ouvi muita ouvir muitas muitas tentativas de derrubada né queimada, queimada derrubada, veneno tudo essas coisas e a gente para poder educar o próprio trabalhador rural a gente fazia seminário para explicar para eles que como que a gente devia trabalhar na natureza sem agredir né, você viver da natureza então isso ajudou muito com que cada um tinha que eu tivesse a sua consciência né de que ele pode tirar tudo que ele precisa dali sem fazer danos ambientais. ⁶³(DONA EMÍLIA)

Tem sido importante tanto pelo consumo direto quanto pelos recursos obtidos com a venda das amêndoas e de outros subprodutos. Talvez pela característica secundária e também pela habilidade e paciência exigidas pelo trabalho de quebra do coco, foram as mulheres que tradicionalmente se ocuparam da atividade. Para a população extrativista de babaçu, estimada em cerca de 400 mil pessoas¹, tal recurso natural supre várias necessidades, pelas diversas utilidades às quais se presta: a palha é usada para a cobertura das casas e confecção de paredes, cercas e balaios, o palmito é usado para alimentação; das amêndoas se extrai óleo e azeite e das cascas se produz o carvão para uso doméstico. (SWERTS, 2009)

A extração mecânica de óleos vegetais compreende limpeza da semente, descascamento, pesagem, moagem, cozimento, prensagem, filtração de óleo e moagem da torta (massa). O coco de babaçu cai espontaneamente da palmeira e é geralmente colhido no solo pelo catador e transportado em cestos de palha. O período de produção varia de acordo com as regiões, sendo de pelo menos sete meses em Tocantins, de junho a dezembro.

Figura 14 – Amêndoa do babaçu
Foto: Andréa Siqueira (2022)

⁶³ Entrevista Dona Emília concedida dia 20 de abril de 2022



Nesse sentido os produtos produzidos pelas quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio são o coroamento de um processo que tem na luta pela preservação ambiental e pelo equilíbrio entre a sociedade e natureza a maior bandeira, como num aceno de uma dependência mútua entre ambas (SOUSA & SILVA, 2017, p. 02).

Consideramos as quebradeiras de coco como um ser social em marcha, parte da classe camponesa brasileira, que se particulariza a partir da relação que estabelece com a natureza, em especial o coco babaçu. A extração vegetal é a atividade mais tradicional na região do Bico do Papagaio/TO, especialmente a do coco de babaçu. A ocorrência da palmeira *Attalea speciosa*, conhecida como babaçu, oferece ocupação e complemento de renda para centenas de famílias por meio do seu extrativismo. (SANTOS, 2012, p .08)

Portanto, A sustentabilidade de uma atividade econômica está associada à aceitação cultural, viabilidade econômica, justiça social e ao ecologicamente correto. Entretanto, as políticas públicas devem considerar as condições culturais e sociais, de modo a serem criadas e executadas para provocar inclusão dos moradores, gerando renda com recursos naturais disponíveis de forma harmônica com o meio ambiente.

4 MEIO AMBIENTE NO EXTREMO NORTE TOCANTINS

Este capítulo objetiva abordar a questão da devastação das florestas de babaçu provocado pelo agronegócio que prejudica as quebradeiras de coco e suas estratégias políticas de criação da RESEX na preservação deste recurso utilizado para o seu sustento. A reserva extrativista, embora idealizada pelos seringueiros da Amazônia, especialmente do Acre, foi incorporada à luta das quebradeiras de coco após ter sido criada pelo governo federal, que, em 1992, decretou a criação de 4 reservas extrativistas na região. Além da relação do uso dos recursos e preservação ambiental que essas comunidades adquiriram com o tempo. A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu está marcada pelo significado do uso da floresta e por formas particulares de organização dessa comunidade extrativista. Elas sabem que a integridade de seu modo de vida depende do acesso a um território.

Embora pertença formalmente à região Norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta amazônica. Dos cinco grandes tipos de vegetação que formam as províncias vegetacionais que cobrem o país, Tocantins apresenta duas: a Floresta Amazônica de terra firme, ou Floresta Ombrófila, e a Savana, denominados, respectivamente, de Bioma Amazônia e Bioma Cerrado. Além destas regiões, ocorrem as Áreas de Tensão Ecológica ou de contato entre tipos de vegetação e as Formações Pioneiras. Estas últimas quase sempre correlacionadas com ambientes aquáticos. Sendo a região subdividida em dois domínios: o amazônico e o extra-amazônico. (SILVA, 2007, p.4)

Além do Bioma Amazônia e do Bioma Cerrado, são encontrados em Tocantins os chamados ecótonos, que são importantes contatos entre dois ou mais biomas, no que se refere ao encontro e interação entre os elementos bióticos, e constituem laboratórios para se estudar os pulsos de expansão e retração dos biomas durante as eras geológicas. No Brasil estão presentes três zonas de transição (tensão), dos quais duas estão parcialmente inseridos na Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia, o Ecótono Cerrado-Amazônia e o Cerrado-Caatinga. (SILVA, 2007, p.8)

Neste ecótono, ao norte do Estado, na região conhecida como “Bico-do-Papagaio”, são encontradas as matas de babaçu. O babaçu é uma palmeira nativa das regiões norte e nordeste do Brasil. Compõe extensas florestas, ocupando áreas onde a floresta primária foi desmatada. Era considerada uma zona de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semi-áridas do Nordeste brasileiro, mas, atualmente, há propostas para que seja incluída como área de transição entre as florestas úmidas e o cerrado. (SILVA, 2007, p.8.)

A natureza exerce papel fundamental na existência da humanidade, visto que o suprimento das necessidades básicas do homem provém dos recursos naturais. A convivência do homem com a natureza, portanto, deve ser equilibrada devido a sua relação de dependência. (SUDAM, 2020). Assim surgiu a Declaração da Conferência de ONU sobre o ambiente Humano:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente, reunida em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e, atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente. (SAMPAIO, 2011, p. 19)

Atualmente, as sociedades brasileira e mundial questionam os modelos de crescimento econômico baseados na exploração indiscriminada dos recursos naturais que possam comprometer o futuro do planeta. Dessa forma, não tem mais espaço para elaboração de políticas públicas que não considerem, simultaneamente, a sustentabilidade social e ambiental (BRASIL, 2012).

Cita-se, ainda que, o Brasil tem políticas públicas já elaboradas que promovem a valorização e a promoção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB).

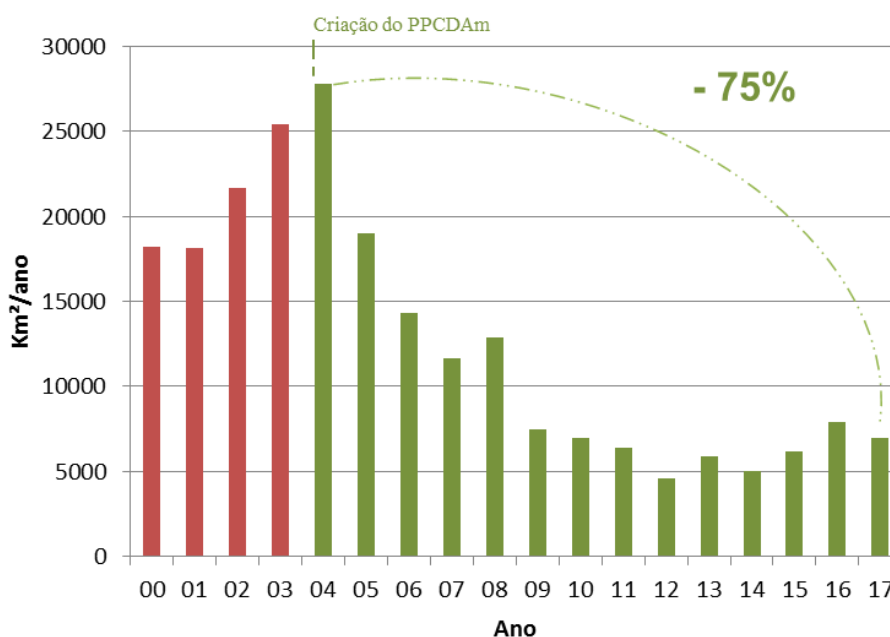
Meio ambiente para nós preservar né é preservação, ter uma área preservada na hora que não queima não derriba, não bota veneno. Então para nós para mim é isso né cuidar da natureza. Sustentabilidade, sustentabilidade é dentro da natureza e preservação, preservação é aqui... aqui antes a gente antes da gente cedo né que precisou de bastante curso para pessoa se adotar porque quando a pessoa ia botar uma roça às vezes botar um pedacinho bem pequenininho mas quer queimar tudo quanto era de mata tudo fica acabada e aí a pessoa começou a ter conscientização saber que não era para ser feito daquele jeito e hoje todo mundo sabe cuidar bem direitinho sabe preservar a natureza então elas contribuem para a preservação das florestas através desses cursos de formação que fazem esses cursos de formação aqui. ⁶⁴ (DONA EMÍLIA)

As quebradeiras de coco babaçu, a exemplo de outras comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, faxinalenses, caiçaras, geraizeiros, pescadores artesanais, entre outros), mantém um relacionamento sustentável com o meio ambiente, respeitando-o e conservando-o. O extrativismo do coco babaçu, além de ser é uma prática cultural passada de geração a geração, compondo o patrimônio cultural brasileiro, conforme o que estabelece o art. 216 da Constituição Federal:

⁶⁴ Entrevista Dona Emília concedida dia 20 de abril de 2022.

Art. 216, CF: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de 250 Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dcjpg/indexreferência> à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I -as formas de expressão; II -os modos de criar, fazer e viver; III -as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV -as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V -os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Gráfico 1 - Taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal (2000-2017)



Fonte: INPE (2019).

A atividade extrativa do babaçu é realizada predominantemente por mulheres, embora tenha a participação dos homens em determinados momentos. É uma atividade considerada secundária, cuja safra coincide com a entressafra da chamada roça. A atividade do babaçu, que é aproveitado integralmente pelas famílias, não se restringe à coleta, à quebra e à venda das amêndoas (NETO, 2017, p.151). O extrativismo vegetal do coco babaçu tem importância histórica, cultural, política, social, ambiental e econômica. A atividade de coleta e quebra do coco babaçu passou por várias mudanças, que corresponderam tanto a transformações de caráter produtivo e organizacional, próprios da movimentação das famílias das quebradeiras de coco, quanto a interesses de caráter comercial/econômico de órgãos governamentais e não-governamentais.

Tal perspectiva – por mais que as palavras possam indicar uma redundância à medida que o ambiente nos envolve, nos circunda – refere-se a outro viés relacional com o ambiente, no sentido de percebê-lo e valorá-lo em uma perspectiva de construir um elo com a natureza. Perspectiva pautada por uma ética ambiental e orientada por um trato no qual o cotidiano e o vivido sejam fundantes. É um relacionar-se de modo diverso, a partir de outros preceitos e propósitos (VIEIRA, 2017, p.19).

Figura 15- Atividade de quebra do coco (Carrasco Bonito)



Foto Andréa Siqueira (2022)

As comunidades tradicionais estão ligadas ao ambiente e por conta disso se inserem no conflito entre progresso e preservação ambiental seja dos recursos naturais ou da cultura de determinada comunidade. Diante de tal se faz necessário buscar meios para que a história, cultura e os recursos desses povos sejam preservados. Ao longo do tempo as comunidades tradicionais ora estudadas se adaptaram ao ambiente, criando mecanismos para sua sobrevivência em consonância com a preservação ambiental, e de acordo com Samira Costa; Luciana Alvarenga e Ana Alvarenga:

“estas maneiras de conviver permitem a constituição de uma identidade cultural aos diferentes grupos sociais que se consolidam como comunidades. Estas comunidades estabelecem uma relação dialética com a sociedade, negando e afirmando valores, em um processo contínuo de criação de estratégias de sobrevivência”. (COSTA ALVARENGA & ALVARENGA, 2007, p.2)

“A relação das comunidades tradicionais com a natureza apresenta uma série de normas e critérios de uso comum da terra, da água, das florestas, da extração e plantio, desenvolvidos

no contexto sócio-cultural que tem como base a solidariedade e a partilha”. (CANDIDO, 1964; DIEGUES, 1996)

Ah minha irmã meio ambiente, meio é todo lugar tudo aqui nós estamos no meio no meio da sala aqui no meio de uma entrevista agora ambiente é diferente ambiente é um lugar limpo um lugar bonito, cheiroso lugar sadio um lugar preservado o lugar que você chega e pode respirar para dentro para fora aí sim agora o meu eu tirei do meu cardápio eu não eu não pronuncio o meio ambiente e também um ambiente assim eu cheguei aqui esse ambientezinho aqui que nós estamos tava fedido eu cheguei aí coloquei alguma coisa limpei para mudar o ambiente pra receber vocês então como a nossa vida depende do ambiente nós tem que zelar por ele e cuidar dele principalmente que esse ambiente aqui foi construído pela mão de um homem e o ambiente do qual nós estamos falando foi um Deus uma coisa grande que criou de graça para nós, nós não gasto um centavo pelo ambiente, Deus criou de graça para deixar para nós coisa maravilhosa aí nós pega estraga e nós pega joga veneno aí nós pega e derruba e aí nois pega e arrasta fogo, aí cadê o ambiente? o meio tá lá, agora o ambiente sumiu.⁶⁵(MARIA DO SOCORRO)

E justamente o saber-fazer desses grupos permite que a biodiversidade seja mantida. Contudo, se percebe diante de dados estatísticos, informações doutrinárias e ainda com o aparecimento cada vez maior das legislações de proteção ambiental que, o ambiente vem sofrendo um processo de degradação/destruição por conta do individualismo, globalização, degradação da natureza, sem nenhuma forma de sustentabilidade, e ainda com descumprimento em massa da legislação ambiental. Assim a relato de como é a relação da quebradeira de coco com o meio ambiente:

Minha irmã, por nois trabalha todas as comunidades preserva cuida conserva e cuida do Babaçu e tem o Babaçu com uma fonte de renda como um comércio como a roça como um tudo e nós as mulheres quebradeiras de coco a gente nossa relação com ela com as palmeiras ela é muito ela é muito forte ele é muito forte a gente aprendeu com elas mesmo sentir elas e a gente achar que ela está sentindo a gente porque quando a gente tá quebrando o corpo assim muitas mulheres de baixo é uma zuada doida mas quando é uma, duas a gente conversa elas conversa com a gente entendeu na calma sem a gente entende o que tá acontecendo e a relação de mulher para mulher com palmeira.⁶⁶ (MARIA DO SOCORRO)

A Lei 6.938/1981 institui a Política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente, estipula e define, por exemplo, que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independente da culpa, e que o Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil

⁶⁵ Entrevista Maria do Socorro concedida em 12 de abril de 2022.

⁶⁶ Entrevista Maria do Socorro concedida em 12 de abril de 2022.

por danos ao meio ambiente, como a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados.

São objetivos do Plano Nacional do Meio Ambiente

Art. 2º A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental; VIII - recuperação de áreas degradadas; IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação; X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo Silva (2007) o Estado do Tocantins está em uma região de grande importância ecológica, com características singulares, abrigando a importante bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e representando uma área de transição entre três dos maiores biomas brasileiros: Amazônico, Cerrado e Caatinga. Mesmo assim, é uma região de forte influência antrópica⁶⁷, ou seja, com ações de modificação da natureza pelo homem, com muitas áreas devastadas. Por tudo isso precisa ser melhor preservada, aumentando-se o percentual de áreas protegidas por Unidades de Conservação.

4.1 Implementação da RESEX- Reserva Extrativista

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, diferentes movimentos sociais com origem no meio rural lograram reconhecimento no espaço público e no campo jurídico, afirmando identidades coletivas (BARTH, 1998) vinculadas a determinados territórios e a recursos naturais específicos. Naquele contexto, a aproximação entre instituições promotoras da conservação ambiental (órgãos governamentais competentes e ONGs ambientalistas) e organizações representativas de movimentos sociais, como o de quilombolas, seringueiros e quebradeiras de coco babaçu, foi importante para o delineamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento que integravam questões ambientais e sociais. O reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas na Constituição Federal de 1988 e sua

⁶⁷ Antrópicas Resultante da ação do homem, especialmente em relação às modificações no ambiente, na natureza, causadas por essa ação. Relacionado com o homem (raça humana) e com o seu tempo de existência no planeta Terra. Etimologia (origem da palavra antrópico).

implementação via Reservas Extrativistas (RESEX) e outras formas de regularização fundiária específicas, bem como os diversos projetos desenvolvidos com este enfoque, foram instrumentos relevantes para tais movimentos, para maior controle e manutenção de seus modos de vida nos devidos territórios. O surgimento dessa categoria, RESEX, é fruto da luta dos sindicalistas e seringueiros da Amazônia nos anos 1980.

Os espaços naturais protegidos no Brasil apresentam configuração própria para cada categoria de conservação e uso do território e dos recursos naturais. Sua criação, implantação e gestão estão previstas na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Nessa normativa, estão descritos os critérios de uso e gestão de dois grandes grupos de Unidades de Conservação (UC), as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral. (TEIXEIRA, 2018)

Do ponto de vista da política pública ambiental, as Reservas Extrativistas estão no grupo de Unidades de Uso Sustentável e são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como áreas destinadas a populações extrativistas tradicionais cuja base socioeconômica é centrada, principalmente, na extração dos recursos de forma sustentável e complementada com agricultura e criação de animais de pequeno porte para o consumo da família. O SNUC também prevê, na definição de Reserva Extrativista, que a existência deste tipo de território tem o propósito de proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, bem como garantir o uso sustentável dos recursos naturais contidos na Unidade (BRASIL, 2000)

Um mecanismo possível e importante de garantia de acesso à terra para as quebradeiras de coco foi a criação das Reservas Extrativistas (RESEX), criadas com a finalidade de amenizar os conflitos agrários no Brasil as RESEX destacam-se por ser uma modalidade de Unidade de Conservação (UC) (NEVES SOUSA, 2017, p.2). Seu domínio é público e o uso cedido às populações extrativistas tradicionais que residem em seu interior e entorno. Está prevista, para sua efetivação, a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites, conforme legislação específica.

A RSEX do Extremo Norte do Estado do Tocantins possui uma área que corresponde a 9.280 hectares, localizada na região do Bico do Papagaio, especificamente no Estado do Tocantins - Brasil, entre os municípios de Carrasco Bonito (97% da área da Reserva), Buriti do Tocantins (2%) e Sampaio (1%), que compõem a região do Bico do Papagaio território dentro da Amazônia Legal (UFV/ICMBio, 2014).

Segundo Neves Sousa & Oliveira (2017) o então presidente da república José Sarney, por meio do Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990 cria as primeiras RESEX's brasileiras

que tem como características um território especialmente protegido pelo poder público, mas concedido as comunidades tradicionais por meio do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) para uso sustentável dos recursos naturais, permitindo a permanência dessas comunidades dentro de seus territórios e vivam da exploração dos recursos de forma sustentável.

É importante destacar que este tipo de UC é fruto das mobilizações de movimentos sociais, principalmente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)⁶⁸ e de lideranças como Chico Mendes⁶⁹, no Estado do Acre, que lutou, na década de 1980, pela garantia dos direitos aos territórios dos povos da floresta. (NEVES SOUSA & OLIVEIRA, 2016, p.113). Os seringueiros defendiam a conservação da floresta e de seus recursos como forma de resistência ao modelo excludente de desenvolvimento econômico da época, que desconsiderava as populações tradicionais e seus modos de vida.

Segundo Sousa (2015) ainda na década de 1980, na região onde se encontra o território da RESEX do Extremo Norte, a predominância dos latifundiários era grande, esses agentes que detinham o direito de propriedade sobre os recursos naturais, principalmente, aos babaçuais, que eram desmatados para a expansão da pecuária extensiva. Assim, os migrantes nordestinos, os descendentes de indígenas, os quilombolas, ou seja, comunidades tradicionais, extrativistas os posseiros eram impedidos de quebrar e coletar os cocos de babaçu nas propriedades privadas.

Em um contexto de luta dos seringueiros é que as RESEX's são propostas que representam alternativas de preservação e econômica da floresta Amazônica. Tal proposta estavam voltadas às garantias do preço da borracha no mercado nacional e à melhoria das condições de produção e de comercialização dos produtos oriundos da extração da borracha, assim a luta dos seringueiros se aproxima das quebradeiras de coco (NETO, 2017, p 158).

A proposta da RESEX, incorporada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC -, Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, é o resultado das estratégias desenvolvidas pelos seringueiros da Amazônia, em especial dos seringueiros do Acre, na luta contra os desmatamentos e a garantia da posse das árvores de seringa utilizadas tradicionalmente. (NETO, 2017, 158).

⁶⁸ CNS :passa a se chamar Conselho Nacional das Populações Extrativistas em 2009, quando se realizou o 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia (8º Encontro Nacional dos Seringueiros) na cidade de Belém-PA (MEMORIAL CHICO MENDES, 2016)

⁶⁹ Chico Mendes: Chico Mendes foi um seringueiro, sindicalista, ativista político e ambientalista brasileiro. Lutou a favor dos seringueiros da Bacia Amazônica, cuja subsistência dependia da preservação da floresta e das seringueiras nativas (Allegratti, 2008).

Para além do elemento ambiental, o tratamento legal conferido pelo SNUC à categoria RESEX, e outras categorias de UCs de Uso Sustentável, aborda aspectos relacionados às questões sociais, econômicas e culturais das populações tradicionais. Nesse sentido, as RESEX no Brasil representam mais que um instrumento de preservação ambiental. Elas se legitimam como um instrumento de garantia do direito de uso do território para as populações que nelas residem, respeitando as especificidades de seus modos de vida (Cunha, 2001). No entanto, esta legitimação não é um processo livre de conflitos e tensões entre os atores sociais envolvidos, que até os dias atuais disputam a posse e o uso de tais territórios, seja na esfera pública, na figura do Estado, seja na privada, nas lutas pelo direito sobre terras griladas ou apropriadas de forma particular, por exemplo.

Na década de 1990, as mobilizações por parte das populações extrativistas de seringa da região Norte se intensificaram com o objetivo de impulsionar a criação das Reservas Extrativistas (RESEX). Esse movimento teve Chico Mendes⁷⁰ como seu principal representante, cuja morte deu visibilidade e repercussão nacional e internacional à luta dessas comunidades, demonstrando que seus modos de vida e trabalho dependiam dos recursos naturais, os quais eram protegidos pelas mesmas e utilizados de forma sustentável (Cunha, 2001).

Desde a sua constituição, no início da década de 1990, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB - vem discutindo medidas para pôr fim ao processo de devastação dos babaçuais e para garantir o livre acesso e o uso comum das palmeiras. (NETO, 2017, 147).

Diante desse contexto logo no início da década de 1990, Dona Raimunda, influenciada pela mobilização que estavam sendo realizadas por lideranças como Padre Josimo e em razão das lutas e conquistas dos seringueiros nos Estados do Acre, Amapá e Rondônia, lidera também a mobilização na região do Bico do Papagaio para que fosse criada uma Reserva Extrativista ali, a qual pudesse garantir o uso desse espaço pelas famílias extrativistas, sobretudo, as das quebradeiras de coco babaçu.

As famílias estão organizadas por meio da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT). Esta foi criada com o intuito de representar os extrativistas frente aos assuntos relacionados à RESEX do Extremo Norte. Vale ressaltar, que, no Brasil, as Reservas Extrativistas tem o uso concedido às populações tradicionais BRASIL por meio do Contrato de

⁷⁰ Chico Mendes seringueiro, sindicalista, ativista político e ambientalista brasileiro. Lutou a favor dos seringueiros da Bacia Amazônica, cuja subsistência dependia da preservação da floresta e das seringueiras nativas (Allegretti, 2008).

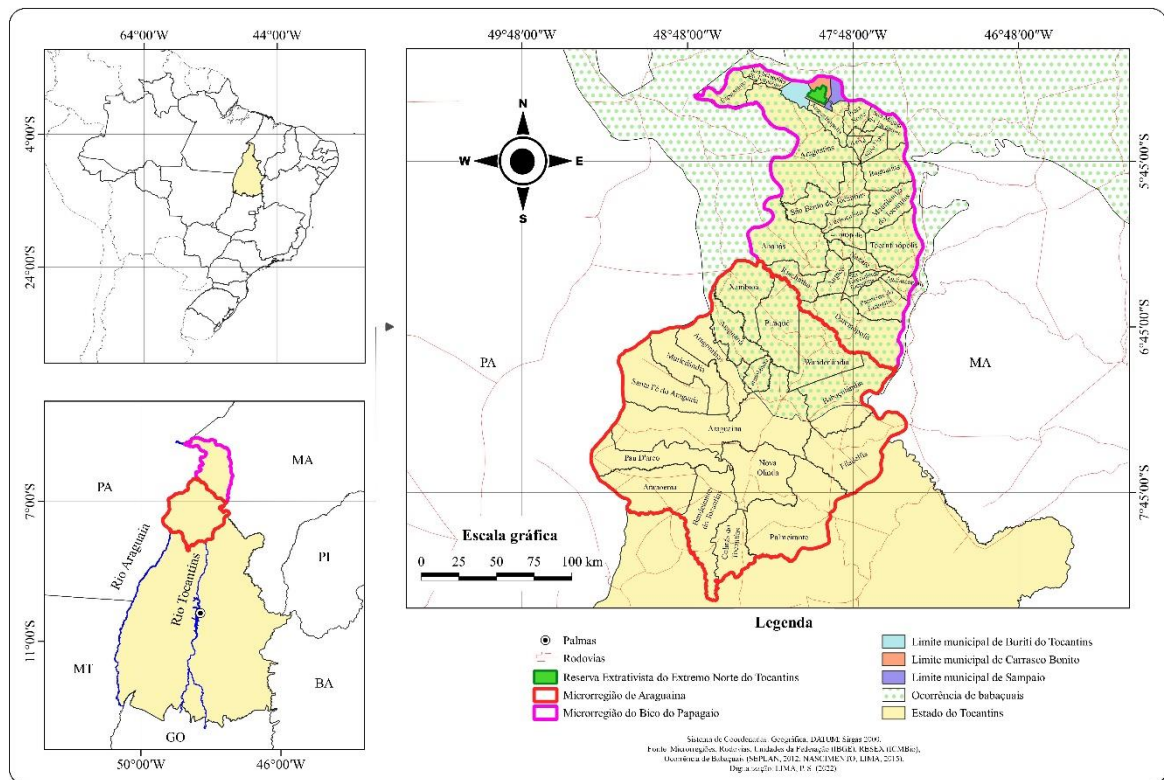
Concessão de Direito Real do Uso (CCDRU2), que permite as famílias tradicionais morar neste território e fazer o uso sustentável dos recursos naturais por esses atores. Uma das restrições deste tipo de acesso a terra é a proibição da venda ou doação do espaço demarcado da família para outro grupo de pessoas, demais casos sobre a utilização da terra são discutidos em reunião, que ocorre mensalmente, com os líderes da Resex e o representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).⁷¹

O Bico do Papagaio, especificamente, tem sua dinâmica de ocupação territorial ligada à presença de indígenas e quilombolas, além dos migrantes das frentes de expansão mais antiga, formada por trabalhadores dos estados do Nordeste, como Maranhão, Ceará e Piauí. Esses buscavam terras desocupadas para a prática da agricultura e do extrativismo, consolidando a dinâmica de produção de subsistência que caracteriza a região (Sousa; Silva, 2017; Vieira, 2018)

Reserva foi criada para além da conservação da floresta de babaçu, a garantia do uso sustentável dos recursos naturais e do uso da terra pela população tradicional, neste caso as famílias das quebradeiras de coco. Os depoimentos também nos mostram que ainda nesta região a oligarquia agrária goza de forte influência política, sendo as terras ainda não serem desapropriadas. O que possivelmente nos ajuda a entender, que se passado duas décadas de criação da Resex do Extremo Norte, o motivo das famílias ainda não viverem neste território e, também, a razão do processo de regularização fundiária não ter ocorrido

⁷¹ ICMBio : Órgão gestor responsável pelas Reservas Extrativistas e demais Unidades de Conservação no Brasil.

Figura 16 – Mapa da Reserva Extrativista do Bico do Papagaio



Fonte: Péricles Sousa Lima (2022)

No início de 1992, as quebradeiras de coco e lideranças sindicais ficaram sabendo que o governo havia criado as reservas extrativistas na região. Em alguns locais, uma visita antecedeu a sua criação. Técnicos do governo, sobrevoando a região, definiram a localização e os limites das áreas. As porções de terra consideradas com maior densidade de palmeiras foram as escolhidas para a implantação das unidades de conservação, importando destacar que essas não estavam no rol de áreas reivindicadas pela luta do movimento sindical, que se cercavam de outras prioridades (NETO, 2017, p. 160).

Tabela 2 – Reserva Extrativista

n. de Ordem	Denominação da Reserva	Município-UF	Extensão (Há)	População estimada	Decreto
01	Mata Grande	Imperatriz, Davinópolis e João Lisboa - MA	10.450	1.500	532, de 20/5/92
02	Ciriaco	Cidelândia - MA	7.050	1.150	534. DE 20/5/92
03	Quilombo do Frechal	Mirinzal MA	9.542	900	536, de 20/5/92
04	Extremo Norte do Tocantins	Carrasco Bonito e São Sebastião - TO	9.280	2000	535, de 20/5/92

Fonte: SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Babaçu Livre: conflito entre a legislação extrativista e práticas camponesas: In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et. al. (orgs.). Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB e Balaios Typographia, 2001. p. 61

No caso da criação da RESEX do Extremo Norte, a iniciativa para criá-la veio principalmente, do movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, liderada pela trabalhadora rural Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, que assume a luta pelo direito de acesso à terra e de extrair o babaçu. Diante disso, em 1986, obteve como resultado inicial a desapropriação de uma área do município de São Miguel, Estado do Tocantins, para a criação do Assentamento Sete Barracas (SOUSA, 2015).

Entretanto, para Futada (2011), a ausência de regularização fundiária nas UCs federais decorre de questões como a lentidão administrativa e carência orçamentária, porém, está associada também à inexistência de um cadastro fundiário oficial, integrado e atualizado, a nível federal, estadual e municipal. Para exemplificar a gravidade da situação, segundo dados do ICMBio, até 2011, três em cada 10 hectares em UCs federais eram terras particulares.

Essa é a realidade da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, a qual, passados mais de 25 anos de sua criação, permanece enquanto área privada, sob domínio de fazendeiros, que impedem o acesso aos recursos naturais de seu território por parte das populações extrativistas, que são suas beneficiárias por direito. A ausência de regularização fundiária da área da RESEX é fator causador de conflitos entre esses agentes, como destacam Vieira e Sousa (2017). Esses conflitos opõem lógicas distintas de uso e vivência do território, caracterizadas por uma parte (fazendeiros) pela propriedade privada e por outra (extrativistas) pelo senso comunitário, de pertencimento ao meio e de dependência dos recursos.

A situação de conflito vivenciada pelas populações tradicionais da região determinou alterações nas relações entre natureza e sociedade, resultando em consequências como a

degradação dos recursos naturais. Além disso, Sousa (2015) ressalta que as populações locais tendem a construir um modo de vida peculiar, adaptado às condições ecológicas do lugar, mas que, tendo em vista a conjuntura de diminuição das áreas de ocorrência do babaçu, estas foram, e continuam sendo forçados a adotarem novas estratégias de reprodução social. A partir do exposto é possível observar a falta de coordenação entre os objetivos das políticas públicas agrícolas, energéticas, ambientais e de integração do território na região de abrangência da Resex. Tal falta de articulação é, inclusive, alavanca para tensões entre os diversos atores que compartilham esta realidade.

4.2 Cultura e identidade: Representação de natureza.

Concentramos nossos esforços primeiramente, na coleta de dados através de revisão sistemática. O objetivo deste capítulo é fornecer tanto uma fundamentação teórica quanto uma orientação prática para a pesquisa qualitativa. Aqui, pesquisa qualitativa se refere a entrevistas do tipo semiestruturada. Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversa; ao continuada menos estruturada da observa; ao participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado. (BAUER & GASKELL, 2012, p. 62)

A construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu está marcada pelo significado do uso do território e por formas particulares de organização desse grupo camponês. Aqui retratamos a construção da identidade feminina e trajetória de luta das mulheres e como é a relação desse grupo social com a natureza.

A identidade coletiva das quebradeiras de coco babaçu objetivada em movimento social, define os contornos das novas mobilizações políticas, sobretudo, face aos atos de Estado (BOURDIEU, 2012, p.26) em não garantir seus direitos como comunidade tradicional.

Enfim, as representações são ideias, conceitos, concepções, valores, princípios e imagens com os quais pensamos e atribuímos significado à realidade, às circunstâncias que geram as condições de existência de cada indivíduo ou grupo humano. As nossas práticas, as nossas atitudes cotidianas são orientadas pelas representações que formamos em nossas mentes sobre quem somos, o que devemos fazer e como devemos interagir com as outras pessoas. (BOURDIEU, 1994)

A partir dos anos de 1980, as quebradeiras se organizaram enquanto movimento na transformação da sua realidade social e econômica. Com criação do MIQCB, esse passa a representar seus interesses sociais, políticos, econômicos e culturais, e encaminhar suas lutas pela conquista da terra, pela libertação dos babaçuais e pela autonomia do processo produtivo. Essas mulheres acionam uma identidade plural ora se autodefinem como trabalhadoras rurais, ora quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, quilombolas, mas para efeito da exposição neste trabalho utilizo a categoria quebradeira de coco babaçu.

Através da história oral pode-se relatar como as comunidades extrativistas tem um olhar sobre a floresta e a palmeira babaçu.

O babaçu tem sido uma representação a partir do qual essas mulheres se auto identificam e em relação ao qual constroem sentimentalidades. Elas ao participarem ativamente dos movimentos sociais se autodenominaram quebradeiras de coco babaçu, mas foi um longo caminho até se reafirmarem enquanto sujeitos e construir sua identidade dentro de suas comunidades.

Êh fia seguinte 1990 a gente começou nossa luta de mulheres, de organização de mulheres muito difícil, muito discriminada, que as mulheres nessa época não pisava em sindicato nem pra nada tudo era dependente dos homens e tudo eles que rezavam na cartilha. Aí o padre começou a orientar que as mulheres né tinha que ir pra luta e na catequese e que começou é a educar gente para que a gente pudesse fazer as coisas e sair do pé do... que a luta dele não era só contra cerca mas também incentivo da gente tomar pé quando mataram ele aí a gente se revoltou...⁷² (MARIA DO SOCORRO)

Suas produções artísticas e culturais são reveladoras não somente da militância política dessas extrativistas, mas também de seu universo simbólico, que interage com a natureza que as rodeia e com os diferentes aspectos culturais presentes em seu cotidiano (BARBOSA, 2007, p. 261)

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.23).

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do

⁷² Entrevista concedida Maria do Socorro dia 12 de abril de 2022.

que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968: 516 apud ANDRIOLI, 2009, p.2)

As quebradeiras de coco consideram, fortemente, a sua identidade ligada à preservação desse ambiente, como fator de vínculo que transcende, em alguns momentos, a relação puramente material e/ou econômica. As representações sobre a natureza são construídas a partir do universo cotidiano, seguindo, nesse aspecto, a critérios de classificação que remetem às estruturas de classificação que levam em consideração aspectos étnicos de diferenciação religiosa, linguística, econômica e políticas.

Maffesoli (2001) admite a existência de dois tipos de imaginário, o individual e o coletivo. Para ele, existe uma interface entre o real e o imaginário e este é algo que não se consegue ver, mas se sente. Caracteriza-o como uma força, um catalisador, uma energia e, ao mesmo tempo, como um patrimônio de grupo (tribal); uma fonte comum de emoções, de lembranças, de afetos e de estilos de vida; um patrimônio compartilhado que o autor também chama como “cimento social”

É, também, uma represa de sentidos, emoções, vestígios, imagens, sentimentos de afetos, símbolos e valores. Aponta que, de uma maneira geral, o imaginário opõe-se ao real, ao verdadeiro. (Maffesoli, 2001 p. 76 apud ROSA; LIMA e SANTOS, 2019 p.10). Para Maria do Socorro⁷³ em relação a representação da palmeira em sua vida “eu represento ela palmeira me representa”.

O imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo. O imaginário pós-moderno, por exemplo, reflete o que chamo de tribalismo. Sei que a crítica moderna vê na atualidade a expressão mais acabada do individualismo. Mas não é esta a minha posição. [...] O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado, nação, de uma comunidade, etc (MAFFESOLI, 2001, p.76 apud ROSA LIMA e SANTOS, 2019, p. 10)

⁷³ Entrevista Dona Maria do Socorro concedida em 12 de abril de 2022.

Figura 17- Amêndoa do babaçu (quebra do coco)



Foto: Andréa Siqueira (2022)

A importância do babaçu para essas mulheres faz com que elas tenham um cuidado e um sentimento especial em relação às palmeiras, que são chamadas pelas quebradeiras de “árvore mãe”, pois garantem a sobrevivência de toda a comunidade. Como uma mãe, a palmeira distribui igualmente os seus frutos, independentemente da condição dos filhos. (NETO, 2017, p.152).

Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Nesse sentido o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.23).

O babaçu é um destes recursos naturais, produto do extrativismo vegetal que ocupa vastas áreas principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e é fonte de renda para grande parte da população tradicional que aí vive. Ocorre que as vastas áreas ocupadas pelos babaçuais também são cobiçadas para produção de outras riquezas, cujos processos de produção em geral não incorporam e ao contrário, deslocam as populações envolvidas com a atividade extrativista. Para a população tradicional autodenominada de quebradeiras de coco babaçu, no entanto, a despeito da atividade permanecer como provedora de recursos materiais apenas para

subsistência, sua prática é intrinsecamente relacionada ao seu modo de vida, à sua organização produtiva e à reprodução de saberes e conhecimentos tradicionais.

Muita coisa na verdade nós até chamamos Palmeira de mãe Palmeira porque... porque além dela ser uma mãe mesmo porque a palmeira do dia que ela bota uma florzinha... florzinha ela passa nove meses para colocar no chão então é uma vida de uma criança quando vai ser gerado na barriga da mãe, então por isso a gente chama ela de mãe Palmeira e ela tem muita serventia na nossa vida a maioria das nossos companheiros aqui na época que a gente vive uma vida mais aperreada sobrevivia criar os filhos da alimento sustento tudo através do Babaçu é o marido da roça trabalhar e a mulher ia para a roça quebrar coco tirar azeite fazer sabão. ⁷⁴(DONA EMÍLIA)

A safra do coco babaçu se concentra entre os meses de maio a novembro. O processo de extração de óleo de babaçu relatado é primitivo. As amêndoas são torradas sem controle de temperatura, fragmentadas sem controle de grau de trituração, e cozidas aleatoriamente. A seguir, o caldeirão que contém a mistura é esfriado e a parte sobrenadante – denominada de azeite de babaçu – é retirada com auxílio de colheres de madeira, o que resulta em uma baixa produção de óleo. Conforme relatos, o óleo produzido é comercializado, com baixa remuneração, para compradores intermediários.

4.3 Perfil dos entrevistados

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi o de definir qual seria o perfil dos entrevistados, definimos alguns critérios para o recrutamento, assim determinamos que os entrevistados seriam compostos adultos maiores de 18 anos, de quebradeiras de coco babaçu e lideranças locais. Os mesmos teriam que morar há mais de 20 anos no Tocantins e ter participado ou acompanhado a formação do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Nossa pesquisa desenvolveu-se com a participação de 5 colaboradores 2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, a escolha dos participantes foi através da participação no movimento das quebradeiras por se tratar de lideranças importantes que fizeram parte do contexto. Em relação a origem os 5 entrevistados são naturais dos municípios de Pedreira /MA, Povoado de Laguinho/MA, Passagem Franca/MA, sendo 3 quebradeiras de coco e 2 lideranças locais. Em relação a faixa etária dos entrevistados, devido aos pré-requisitos todos moram a mais de 20 anos no Estado do Tocantins, com faixa etária entre 40 e 60 anos de idade. Com relação ao nível de escolaridade verificou-se que os depoentes têm entre nível fundamental e médio.

⁷⁴ Entrevista Dona Emília concedida dia 20 de abril de 2022.

Após ter estabelecido os critérios de recrutamento dos entrevistados, construí o instrumento metodológico de coleta de dados utilizado, no caso, um roteiro de entrevistas. A construção desse instrumento será abordada a seguir. As entrevistas individuais qualitativas têm a vantagem de possibilitar uma interação maior entre entrevistado e pesquisador com a troca direta de informações e possibilitando assim um aprofundamento nos tópicos investigados. Os dados coletados foram todos reunidos e após analisou-se o conteúdo. “A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005).”

4.4 Metodologia: Análise de Conteúdo

Concentramos nossos esforços primeiramente, na coleta de dados através de revisão sistemática. O objetivo deste capítulo é fornecer tanto uma fundamentação teórica quanto uma orientação prática para a pesquisa qualitativa. Aqui, pesquisa qualitativa se refere a entrevistas do tipo semiestruturada. Essas formas de entrevista qualitativa podem ser distinguidas, de um lado, da entrevista de levantamento fortemente estruturada, em que é feita uma série de questões predeterminadas; e de outro lado, distingue-se da conversa; ao continuada menos estruturada da observa; ao participante, ou etnografia, onde a ênfase é mais em absorver o conhecimento local e a cultura por um período de tempo mais longo do que em fazer perguntas dentro de um período relativamente limitado. (BAUER & GASKELL, 2012, p. 62)

Esses enfoques e procedimentos têm-se vinculado a uma metodologia que já se consagrou chamar de história oral e é a partir dessa metodologia e da utilização da memória oral nos estudos de comunidades que construiremos nossas reflexões ao longo deste capítulo.

Segundo

A história oral é aqui tomada como método em que se utiliza a palavra gravada de uma fonte oral por meio de entrevista. Dessa forma, entende-se como fonte oral as informações obtidas a partir da oralidade e o material que daí se origina, sendo, portanto, um contraponto à fonte escrita (VOLDMAN, 1996, p. *apud* ARAÚJO, 1999, p.44)

Como fundamentação e ferramentas teórico-metodológicos, foram utilizadas a História Oral a Teoria de Representação Social. Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. (PORTELLI, 1997)

Segundo Portelli (1996), a memória, como toda atividade, é social e, portanto, passível de ser compartilhada. Dessa forma, cada indivíduo pode, de alguma maneira, colaborar com a história social. Mas a memória só se torna coletiva quando é separada do individual. Isso ocorre quando ela é abstraída através do mito e do folclore (uma história para muitas pessoas), da delegação (uma pessoa para muitas histórias), das instituições (sujeitos abstratos - escola, igreja etc). Mas é sempre o indivíduo que lhe dá existência, através de suas lembranças e pronunciamentos. (PORTELLI, 1996 apud ARAÚJO, 1999, p. 47)

A partir da nossa experiência com pesquisa de campo, buscamos apresentar, de forma sucinta, algumas reflexões acerca da pertinência e da importância da utilização da história oral como metodologia nos estudos de comunidades.

Todos os participantes foram informados de que a entrevista precisaria ser gravada para posterior transcrição, mas que seriam identificados apenas por um número, ficando os dados fornecidos em absoluto sigilo. Finalmente, com a permissão dos participantes, deu-se início à entrevista e à coleta dos dados. Para que fosse possível coletar informações a respeito desses informantes, uma Ficha de Identificação, com base na ficha aplicada por Almeida (2007), porém, simplificada, foi elaborada e preenchida antes do início das entrevistas. A primeira parte da ficha buscou identificar o informante através dos seguintes dados pessoais: nome, idade, estado civil, naturalidade, profissão, ocupação e grau de instrução. Já a segunda parte teve por objetivo obter o e-mail, endereço, *whatsapp* ou o telefone do participante para a necessidade de um contato futuro. Contudo, foi acordado com os informantes que tanto as informações referentes aos dados pessoais quanto aos dados para contato seriam mantidas em total sigilo. Nenhum participante discordou dos procedimentos adotados.

Utilizou-se o software de transcrição *Webcaptioner*⁷⁵ onde os áudios podem ser facilmente convertidos em texto, e depois o texto pode ser utilizado para a necessidade de análise desejada.

Tratando-se de uma pesquisa, é fundamental que o conteúdo das informações esteja em consonância com as questões e os objetivos do trabalho. Caberá então sondar, no interior do próprio grupo, quem tem os relatos mais pertinentes. É comum o próprio grupo indicar algumas pessoas como sendo as que sabem "diretinho" o que aconteceu ou o que é. Essas são as pessoas categorizadas. Isto é, pessoas internamente reconhecidas como detentoras de determinadas informações e habilitadas para transmiti-las. Identificados os informantes, é de

⁷⁵ O WebCaptioner é um site que funciona de forma on-line, gratuita e realizar transcrições por meio de reconhecimento de voz (em tempo real e de forma automática) para legendas de eventos, palestras, aulas e entrevistas gravadas.

fundamental importância buscar estabelecer uma relação amigável e de confiança mútua.

A análise dos dados gerados pelas entrevistas foi realizada através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Seguindo as recomendações da autora, os dados passaram por três fases: pré-análise, na qual foi feita a transcrição e sistematização das gravações obedecendo três regras: exaustividade, representatividade e pertinência. Exploração do material, em que foram realizados recortes dos textos e agrupados em unidades de registros, classificação e agregação das informações em categorias temáticas. E por último, a terceira fase, a inferência e interpretação dos conteúdos.

A partir da Análise do Conteúdo (AC) dos relatos das Quebradeiras de Coco foi possível extrair a essência das ideias centrais encontradas em cada categoria temática. Assim, acreditamos no recurso da Nuvens de Palavras⁷⁶ (NP) como artifício suplementar à análise de conteúdos oferece distanciamento suficiente ao escrutínio isento conjugado ao envolvimento do pesquisador com proferimentos que, na perspectiva das metanarrativas, configurariam discursos e novos sentidos. Teriam a oferecer quadros conceituais úteis à síntese, sistematização e compreensão enriquecida de um conjunto de ideias que poderiam subsidiar proposições.

As nuvens de palavras são, portanto, representações gráfico-visual que mostram o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto. O programa roda no computador do usuário e o uso das imagens geradas é livre. (VILELA, RIBEIRO & BATISTA, 2020)

Os sentidos e significados do babaçu para as mesmas portadores de características positivas à conservação, graças à sua relação harmônica com a natureza. Uma relação de ser a partir do lugar e do tempo como Portela et al (2016, p.5623) discorre "a identidade cultural tem a ver com o tempo e lugar que se vive", relação explícita para além da coexistência, mas sim de pertencimento presente no forte reconhecimento de si e de seus trabalhos nas relações com o espaço e matéria-prima, o coco babaçu.

Conduzimos esta pesquisa com o objetivo de compreender como três mulheres quebradeiras de coco do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil, se relacionam com a planta babaçu e seus subprodutos. Foram conduzidas três entrevistas, no qual duas das quais são de mulheres quebradeiras de coco lideranças da ASMUBIP e MIQCB e uma quebradeira de coco

⁷⁶ Nuvem de palavras: Uma nuvem de palavras (também conhecida como nuvem de tags ou texto) é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usado para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados.

associada. Ambas foram gravadas; a participação na pesquisa foi voluntária e elas consentiram mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em conceder suas falas para esta pesquisa, que seguiu as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP/UFT). Além dessas entrevistas foram entrevistados outras 2 com lideranças locais para esclarecimentos da temática.

Figura 18 – Coco babaçu



Foto: Andréa Siqueira (2022)

A seguir as figuras de nuvens de palavras representa visualização do tipo, cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em determinado corpus de texto. Geralmente se trata de contagem simples das ocorrências de determinada palavra no texto. Podendo através desse recurso pois podem vislumbrar imediatamente os termos mais comuns. Simbologia Afetiva das Cores: assim como ocorre com os gráficos de sentimento, pode ser útil mostrar nuvens de palavras segmentadas de acordo com o sentimento atribuído na análise.

Neste caso, a simbologia das cores mais básica está relacionada à análise de sentimento: vermelho, verde e laranja para denotar negativo, positivo e neutro. Método Heurístico de Análise: uma palavra repetida várias vezes o é por algum motivo. Nuvens de palavras são, então, um método heurístico de análise. Por si só não vão resolver um problema ou respondera

A partir da análise da Figura 23 consideramos a importância do trabalho de Dona Raimunda para essas comunidades, destacamos também a palavra central em destaque no texto, onde há um importante trabalho do sindicato na luta por condições para as famílias rurais.

Na etapa de análise de conteúdo buscou-se acesso aprofundado às vozes de indivíduos imersos em condições que não poderiam ser descritas na mera representação gráfica estática que as NP proporcionam. Assim, as NP foram empregadas com o propósito de apontar temas a serem analisados enriquecendo suas análises, identificadas questões inerentes ao campo temático, estudando o sentido que adquirem as palavras consideradas mais relevantes porque mais frequentes. Após a leitura na íntegra das transcrições das entrevistas que contêm essas palavras, pela técnica de análise de conteúdo temático o que proferimentos individuais com base na organização, codificação, categorização e inferência dos conteúdos das postagens (Bardin, 2011). Busca-se nesse processo a identificação de núcleos de sentido, sentimentos e grau de importância, cujas comportamentos de um conjunto de expressões a serem aglutinadas em categorias de análise.

A leitura das enunciações originais apontadas pelas frequências nas NP expôs núcleos de sentidos no formato de demandas e tensões convergentes. Acreditamos que as NP podem expressar sentidos conceituais e sensoriais que se constroem na tentativa de dar sentido a algo intangível e inacessível aos discursos.

Percebe-se a maior frequência, repetição e sentimentos quanto ao movimento, a relação da mulher com a natureza, o coco babaçu em destaque como fruto de sobrevivência, assim concluímos que sentimentos positivos que são aqueles que geram na pessoa um estado de bem-estar, caracterizado por sensações agradáveis e benéficas.

Contudo, as ideias expressas como emoções negativas como quebradeiras, luta, quebra e associação, e recorrente nas figuras representadas nas nuvens de palavras, outrossim, verificase associar-se as barreiras e dificuldades enfrentadas pelas comunidades extrativistas em relação a luta pela terra e formação das associações. Elas podem ser representadas por sensações de medo, culpa, mágoa, tristeza, raiva, angústia, e até mesmo por questões mais complexas. Sim, essas emoções negativas (e muitas outras) fazem parte do cotidiano de todas as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte relativa ao foco da pesquisa trata da participação das Quebradeiras de Coco Babaçu e de seu papel na formação enquanto movimento social, a sustentabilidade do extrativismo do babaçu na microrregião do Bico do Papagaio na geração de renda do babaçu através de seus subprodutos.

A pesquisa fundamentou-se em compreender o processo de formação do campesinato brasileiro, processo ao qual contribuiu para a construção do MIQCB nos Estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí e, da ASMUBIP, na região do Bico do Papagaio, Estado do Tocantins. Assim, buscamos no primeiro e segundo capítulo do estudo abordar a contribuição dos movimentos sociais e a luta pela terra e formação da identidade dessas comunidades extrativistas. Destacamos a participação da CPT como grande influência nessas comunidades na luta pela terra e como intermediador nos conflitos agrários. Com essa investigação foi possível constatar que as mulheres Quebradeiras de Coco no geral passaram por muitas lutas e dificuldades, também, sofreram para desenvolver estratégias de resistência e lutar coletivamente. Algo muito relevante a se destacar, é que todo esse processo de lutas, possibilitou as mulheres Quebradeiras de Coco a assumirem essa identidade, sem vergonha ou remorso, ao contrário, com orgulho por ter uma identidade e uma profissão. Pois a quebra do coco e a utilização dos materiais derivados do coco babaçu representa para essas mulheres uma construção identitária.

A terceira parte do estudo verificamos que a pesquisa conclui que as políticas públicas incidentes sobre as principais regiões produtoras não foram capazes de amparar o desenvolvimento econômico da atividade, que permaneceu complementar a outras da agricultura familiar. Através dos relatos podemos afirmar que a ASMUMBIP esteve parada por no mínimo dez anos, ficando esse período as associadas e os núcleos sem gestão, desse modo os recursos advindos da quebra do coco foram somente dos quintais como: torra do azeite na venda para o comércio local e também a venda do floco (Farinha) de babaçu. Durante a pesquisa campo podemos notar que há o processamento de óleo na fabriqueta no município de Carrasco Bonito, onde é feito o processando do coco cru (in natura) e no município de São Miguel consta um Entrepasto, local pronto para ser inaugurado e seria ponto de comércio não só de produtos do babaçu mas para a agricultura familiar. Nesse entreposto relatamos que seria produzido a farinha de babaçu. Notadamente, alcançaram-se importantes conquistas, no entanto, relacionadas ao fortalecimento da identidade de Quebradeira de Coco Babaçu e à sua inserção em diferentes esferas de políticas, já no fator econômico constatamos que a ASMUBIP por ser

uma ONG não poderia comercializar produtos, assim estariam a coordenação da associação junto ao advogado normalizando toda a documentação, pois o CNPJ que constava seria de uma associação de idosos que dificultou durante anos o encaminhamento e desenvolvimento da ASMUBIP.

Conclui-se também que, na microrregião do Bico do Papagaio, as políticas públicas por um lado têm adotado modelos de gestão compartilhada, com a instalação de canais por meio dos quais os extrativistas podem atuar e se expressar; e que suas organizações sociais e políticas possuem relevância e expressão local e regional, onde foram citados vários parceiros tendo como principal articulador a APTO. Entretanto, por outro lado relatou-se nas falas que em contrapartida há um elevado número de plantações de Teca que contribuem para o desmatamento da floresta nativa em detrimento de outra espécie para comércio. Observou-se nas falas das quebradeiras que os órgãos fiscalizadores são ineficientes na questão da fiscalização e da devastação da floresta, citando órgãos como NATURATINS e ICMbio. Que, apesar dos avanços, a inserção das organizações de Quebradeiras de Coco babaçu nestes espaços contribui apenas parcialmente para a sustentabilidade da atividade, o que pode estar relacionado com os tipos de colegiados onde priorizam a participação. No entanto, cabe os governos federais, estaduais e municipais proporcionarem possibilidade a essas mulheres e valorização para que essa identidade não seja esquecida e haja progresso e toda essa trajetória de lutas e conflitos sejam motivos de exemplos a serem seguidos, para que possam ser vistas diferente pela sociedade e não como pessoas inferiores. Outro fator observado foi que, mesmo com a criação da Lei do Babaçu livre são raros os acontecimentos em que a lei é cumprida.

No tocante a RESEX, criada para proteger o ecossistema local, não reflete a realidade, impactando negativamente, na vida das famílias desassistidas, está somente no papel. Evidenciou-se na pesquisa que, as terras da Reserva Extrativista ainda não estão regularizadas, pois não foram desapropriadas. Constou-se nos relatos que, as quebradeiras de coco ainda têm dificultado o acesso as palmeiras, que elas não podem quebrar o coco na propriedade pois segundo os proprietários a quebra do coco formam buracos e o gado pode cair nessas valas. Outro fato que relatamos foi que a prefeitura disponibiliza maquinário para buscar o coco, onde elas fazem a coleta e juntam, depois separam nos quintais. Como resultado, se identificou a falta de coordenação entre os objetivos das políticas públicas agrícolas, energéticas, ambientais e de integração do território na região de abrangência da RESEX. Os conflitos e tensões relacionadas à posse e o uso de territórios constituem fenômenos sociais fundamentalmente complexos que envolvem a desigual distribuição de poder na sociedade e a luta por

reconhecimento social e por direitos de uso e posse da terra que historicamente foram negligenciados a grupos marginalizados, como as comunidades tradicionais.

É importante destacar que em relação a representação de natureza os resultados mostram que, as Quebradeiras de Coco têm uma íntima relação com a palmeira babaçu, sempre destacando que a “mãe palmeira” representa a fonte de sustento para as comunidades e que a sua preservação é fundamental para a vida das quebradeiras. A derrubada da floresta significa uma perda material simbólica, uma vez que tem uma personificação da palmeira babaçu, representam uma violência em sua intimidade.

Como reação a essa realidade, tem-se verificado movimentos de mobilização de mulheres em torno de objetivos comuns, notadamente vinculados a cadeias produtivas (extrativistas, artesãs, pescadoras etc.) ou por motivação identitária (mulheres rurais, da floresta, das águas etc.), unindo-se numa teia complexa de relações entre si e entre seus parceiros domésticos (maridos e companheiros) e institucionais (associações, governos, redes).

Diante ao exposto, a presente dissertação abre discussões para que tais questões que desde o início do movimento das Quebradeiras de Coco não foram solucionadas, tais como acesso aos babaçuais, cumprimento da Lei do Babaçu Livre e políticas públicas voltadas para o meio ambiente e sustentabilidade possam de fato serem efetivadas. Fica um alerta através dos relatórios da CPT (2018) tais programas do governo têm contribuído enormemente na comercialização dos produtos das quebradeiras, bem como na complementação de renda das famílias dessas mulheres. Porém, processos burocráticos, contravenções e mesmo desvios promovidos por intermediários desses processos, tem dificultado o acesso a esses programas ou simplesmente impedido as mulheres de se manterem como beneficiárias desses projetos. Segundo o mesmo relatório foi graças ao trabalho de formação e conscientização que essas comunidades se emponderaram e isso ajudou e conseqüentemente essas comunidades extrativistas sobre seu lugar na sociedade.

Estamos cientes de que algumas das questões que surgiram ao longo deste estudo não tenham sido profundamente discutidas, sobretudo, pela limitação do tempo, mas estas questões abrem perspectiva para estudos posteriores a serem realizados pela autora e/ou por outras pessoas interessadas e comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

ADANZA, Enaile do Espírito Santo et al. (org.). Quebradeiras de coco babaçu. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. 24 p., il. (**Cadernos Vivência Amazônica; 1**). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39331>

ALENCAR, Maria Amélia **Garcia de. Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudança (1850/1910)**. Goiânia: Ed. UCG, 1993.

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 18, p. 39-59, 2008. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.63011>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2010. Agroestratégias e desterritorialização-direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Almeida, A.W. et. al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina.

Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa E. Acevedo e ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Orgs.). **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et. al. (Orgs.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2010. p. 115.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Almeida, A.W.B.; C Carvalho, G., (orgs.) **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFGA, 2009, p. 57-105.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R.B. Estudos Urbanos e Regionais** v. 6, n. 1 / maio 2004 <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9> acesso em 28 de novembro de 2020.

ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. Práxis política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - TO: trajetória de organização e formação política. 2017. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7991>>

ALMEIDA, Ruteia Lima. **A formação regional do bico do papagaio: a regionalização e a polarização**. Dissertação de mestrado, 2010. Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Instituto de Estudos Sócio Ambienta/IESA da Universidade Federal de Goiás/UFG. 2010

AMARAL, M. D. B. Das “terras de donos” às “terras livres”: registros da reprodução camponesa e da luta pela terra na região do Bico do Papagaio. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 14, n. 32 Abr., 2019. DOI: 10.14393/RCT143205. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/46189>. Acesso em: 25 nov. 2021.

ANDRIOLI, A. I. A atualidade do marxismo para o debate ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 98, p. 01-08, 2 jul. 2009

APA-TO. **Entidades parceiras**. (<http://www.apato.org.br/parceiros/entidades-parceiras/>) acesso em 18 de junho de 2021.

ARAÚJO E SILVA, L. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 161–176, 2017. DOI: 10.21721/p2p.2017v3n2.p161-176. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/3817>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ARAÚJO, Francisco José. Estudo de comunidade e história oral. **Cadernos de Campo** (UNESP), Araraquara - SP, v. 1, n.5, p. 43-62, 1999. Acesso em abril de 2022.

ASSEMA em revista. Edição especial dos 15 anos da ASSEMA. São Luís - MA, dez./2004

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Trabalho, Conflitos e identidades numa terra de babaçu**. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), Universidade Federal da Bahia (UFBA). 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARKAY, R. Fronteiras da oralidade: breves reflexões sobre particularidades da entrevista com mulheres idosas. **História Oral**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 213–233, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/637>. Acesso em: 25 nov. 2022.

- BARRANHA, Helena. **Patrimônio cultural: conceitos e critérios fundamentais**. Primeira edição. Lisboa, Editora ICOMOS , 2016.
- BARROS, J. D. HISTÓRIA CULTURAL E A CONTRIBUIÇÃO DE ROGER CHARTIER. **Diálogos**, v. 9, n. 1, p. 125 - 141, 22 jan. 2018.
- BARTH, F. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. P.; STREIFFE-FENART, J. (eds). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP. p. 185–227.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, Georgs (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19(53), 71-86, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>.
- BERRÊDO, Eliane Sá Amorim. **O MIQCB: aspectos organizativos e o processo de organização do movimento**. 2017. 110 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- BITTENCOURT, Circe (org). **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOGO, A., & Bogo, M. N. R. de A. A emancipação dos assentamentos e a educação do campo. In: M. F. Garcia, A. R. Santos, W. Faleiro & S. A. da Costa, **Educação do campo e projeto histórico: Conhecimento, prática e intervenção social** (pp. 64-87). Kelps, 2019
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Pulo: Ática, 1994ª, p. 46-81.
- BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BRASIL – ICMBIO, 2020. **Movimento pede pressa na criação de resex no Maranhão**. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/4194-vizentin-reune-se-com-quebradeiras-de-coco>
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins**. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) disponível em : <https://www.icmbio.gov.br/portal/populacaoestracionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/250-reserva-extrativista-extremo-norte-do-estado-do-tocantins> acesso em 26 de fevereiro de 2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-publicacaooriginal-67105-pl.html>

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Saberes, fazeres, gingas e celebrações: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil); coordenação de edição Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília-DF: IPHAN, 2018. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf>

BRASIL. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB, Lei nº 9.394/1996) http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Portaria Normativa nº 17**, publicada no Diário Oficial da União. Brasília, 28 de dezembro de 2009 <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2074/portaria-normativa-n-17>

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Portaria Normativa nº 17**, publicada no Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, DF, 10 de maio de 2022. <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2074/portaria-normativa-n-17>

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Brasília: A Secretaria, 2012.

BRETON, Binka Le. **Todos sabiam: a morte anunciada do padre Josimo**. Tradução Maysa Monte de Assis. São Paulo. Edições Loyola, São Paulo: 2000.

BRUMER, Anita. Mobilização de mulheres no campo no sul do Brasil. (Trabalho apresentado no **XII Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de São Pedro, 1988.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2017.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia; SILVA, Alex Pizzio da. **O movimento das Quebradeiras de Coco na região do Bico do Papagaio**: reflexões sobre redistribuição e reconhecimento. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis-sc. Anais... Florianópolis: [s.n], 2015. v. 1, p. 1 -15

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**– entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Histórico e formação**. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em 17 de junho de 2021.
COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. v. 1. 2. ed. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Samira. Lima da; ALVARENGA, Luciana; ALVARENGA, Ana Maria. Estudos de/com comunidades tradicionais: cultura, imagem e história oral. **Série DOCUMENTA EICOS** Comunidades, meio ambiente, desenvolvimento, n. 17, p. 2, 2007.

CUNHA, L. H. O. Reservas Extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. In: **Encontro dos Povos do Vale do Ribeira**, São Paulo. 2001.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio Cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

DE SALIS, Carmem Lúcia Gomes. **Estatuto da terra: origem e (des)caminhos da proposta de reforma agrária nos governos militares**. 2008. 230 f. Tese (doutorado) -

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103164>> acesso em 16 de junho de 2021.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Ana Isabel Sousa. **A Fotografia no Ensino da História**. Faculdade de Letras – Universidade do Porto. 2012. Disponível em <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/66532/2/27935.pdf> . Acesso em 10 de junho de 2022.

DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira. In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R., MORIEIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro, Marx Limonad, 2004.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Mulheres de Fibra**: as estratégias das quebradeiras de coco no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável. Dissertação de mestrado. 85f. UFT, Programa de Estrado em Ciências do Ambiente. Palmas. 2005.

DICKIE, I. B. Gestão de Design Aplicada: Estratégias de comunicação no contexto do desenvolvimento sustentável. Dissertação de Mestrado do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2010

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ªed. São Paulo: Hucitec. 1996.

Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/547289>. Acesso em outubro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1995.

FULLE, Beatriz González & DURÁN, Pablo Rojas (CNCA) y Rosita Palma Sepúlveda FUTADA, S. de M. Avanços normativos e estruturais do SNUC na Amazônia Legal. In: VERISSIMO, A. et al. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira**: avanços e desafios. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 36-42.

GALVÃO M. C. B.; RicarteI. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e, Publicação. Logeion: **Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019.

GERHARDT, Marcos; NORADI, Sueli; MRORETTO, Samira P.(orgs). **História ambiental e migrações diálogos**. São Leopoldo: Oikios; Chapecó: UFFS, 2017. ISBN 978-85-7843-724-4

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6°. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HAGINO, Córa Hisae Monteiro da Silva. Quebradeiras De Coco Babaçu: Identidade, Conflito Socio-Ambiental e Subsistência. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 31., 2007, Caxambu -Mg.Anais... Caxambu -Mg: [s.n], 2007. p. 1 -22.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Laurent Léon Shaffter. São Paulo. Edição Vértice,1990. ISBN 85-7115-038-9
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14205>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001. ISBN 8508035187

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).
LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, n. 22, p. 131-150, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.403>. Acesso em: 27 ago. 2021.

LEITE, S. Pereira; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.113.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico**. 2ªed. São Paulo. Brasiliense, 2010.

MACHADO, Diego Renier da Luz Cantanhê de Cardoso. A lei de proteção do babaçu: a proteção da produção das quebradeiras de coco. Universidade Federal do Maranhão Centro de Ciências Sociais Curso de Direito, São Luís, 2015. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, para obtenção do grau de bacharel em Direito. <http://hdl.handle.net/123456789/1093>

MACIEL, R. C. G.; CAVALCANTI, F. C. da; MANGABEIRA, J. A. D. C.; REYDON, B. P. **A sustentabilidade das reservas extrativistas pela perspectiva da economia ecológica**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008. Rio Branco, AC: Anais ... Brasília, DF: SOBER, 2008. 14 p.

MAFFESOLI, Michel. **Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2001. Disponível em <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>

MARTINS, Cynthia C. . Acesso aos babaçuais e a relação entre as atividades econômicas no Médio Mearim, baixada Maranhense, Tocantins e Piauí. In: ALMEIDA, Alfredo W.B. ;SHIRAIISHI, Joaquim N. ; MESQUITA, Benjamim A. (Org.). Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados. São Luiz: MIQCB/Balaios Typhografia, 2000, p.113-151

MARTINS, José de Sousa. Fronteira: **A degradação do Outro nos Confins do Humano**. São Paulo. Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIELITZ, Carlos (org.). **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: RT, 2004.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera** – Ano 9, n.8, p. 151-172, jun.2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC Brasil). **Deliberações do MMC Brasil**. Brasília: MMC Brasil, 2004. <https://mmcbrasil.org/>

MOVIMENTOS SOCIAIS, IDENTIDADE COLETIVA E CONFLITOS. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 3. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins, São Luís, 2005. <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/movimentos-sociais-identidade-coletiva-e-conflitos/>

NASCIMENTO, Poliana de Sousa. Agroestratégias e grandes empreendimentos econômicos: uma análise sobre os processos de acumulação de capital e formas de resistências de quebradeiras de coco babaçu. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**. ano 6 v. 6, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/236801>> acesso em 08 abr 2020

NAVARRO, Zander. Acampamentos : a experiência dos colonos no sul do Brasil. Tempo e Presença, Rio de Janeiro, Cedi , n. 231 , p. 6 - 8 , abr ./jun . 1988 .

NETO, Joaquim Shiraishi. Quebradeiras de Coco: “Babaçu Livre” e Reservas Extrativistas. **Veredas do Direito, Belo Horizonte**, . v.14 . n.28 . p.147-166. janeiro/abril de 2017. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000100011>

NETO, Joaquim Shiraishi. **Quebradeiras De Coco: “Babaçu Livre” E Reservas Extrativistas**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, . v.14 . n.28 . p.147-166 . Janeiro/Abril de 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18623/rvd.v14i28.920>

OLIVEIRA, A. U. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15(43), 185-206. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 25 nov. 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 25 nov. 2022.

OLIVEIRA, A.U de. **Integrar para não entregar políticas públicas para Amazônia**. 2ª ed. Campinas: Ed. Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Terras de Estrangeiros no Brasil**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2018.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio 1964-1985: modernização e tradição. 2010. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88747>>.

OLIVEIRA, Marcelo Romarco, SOUSA, Dayane Neves. A Luta Pela Regularização Fundiária Da Reserva Extrativista Do Extremo Norte Do Estado Do Tocantins. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.10, n.23, mai./ago. de 2016. pp.111-129

ONU MULHERES BRASIL. **Desenvolvimento Rural**: a história de Dona Raimunda, a quebradeira de cocos e de paradigmas. Assessoria de Comunicação. 2018. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/desenvolvimento-rural-a-historia-de-dona-raimunda-a-quebradeira-de-cocos-e-de-paradigmas/>> acesso em 07 abr 2020.

PALACÍN, Luís. **Goiás 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 2ªed. Goiânia: Oriente, 1976.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero”. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 179-201.

PEREIRA, Marielle Rodrigues. Caminhos para proteção dos babaçuais e dos seus detentores culturais. **Revista CPC**, São Paulo, n. 19, p. 33-48, jun. 2015. ISSN 1980-4466. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p33-48>.

PIZZIO, Alex; CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 3, n. 2, p. 111-133, abr. 2016. ISSN 2317-5443. Disponível em: Acesso em: 07 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2015v3n2p111-133>. Acesso em: 07 jan. 2021.

PIZZIO, Alex; SANTOS, Lucélia Neves. Princípio de paridade participativa, reconhecimento e desigualdade social em Território Rural no Bico do Papagaio (TO). **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 16, n. 1, dez. 2013. ISSN 2179-7536. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1326>. Acesso em: 07 jan. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro., vol. 5. a. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, PUC (São Paulo), n.14, fevereiro, 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. 15. ed. Contexto: São Paulo, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1991. RESTREPO. Luis Carlos. El derecho aia ternura. Bogotá: Arango Editores, 1994.

ROCHA, M. R. T. A rede sociotécnica do babaçu no bico do papagaio -TO: dinâmicas da relação sociedade natureza e estratégia de reprodução social agroextrativista. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, Maria da Conceição Alves. Saberes e práticas em experiência de construção da sustentabilidade no meio rural nordestino. 2009. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ROSA, Débora Cristina Joaquina; LIMA, Daiane Marcia de; PERES, Rodrigo Sanches e SANTOS, Manoel Antônio dos. O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. **Psicologia clínica**. [online]. 2019, vol.31, n.3, pp. 577-595. ISSN 0103-5665. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>. Acesso em agosto de 2022.

SAMPAIO, Rômulo Silveira da Rocha, **Direito ambiental: doutrina e casos práticos**. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2011.

SANTOS, Gleys Ially Ramos dos. Mulheres em Movimento: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SANTOS, L. L. dos; CURY, M. J. F.; SILVA, R. G. da C. . Territorialidades e lutas sociais na Amazônia oriental: narrativas campestres na região do Bico do Papagaio (1980 a 2016). **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 15, n. 37 Ago., p. 197–222, 2020. DOI: 10.14393/RCT153709. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/54971>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SANTOS, Lucélia Neves dos. Arranjos produtivos do coco de babaçu e qualidade de vida na região do Bico do Papagaio - TO. 2012. 244f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2012. <http://hdl.handle.net/11612/232>

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbatto. Quebradeiras de coco de babaçu: Cultura tradicional e a preservação do meio ambiente. Emblemas - **Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais** - UFG/CAC. Emblemas, v. 14, n. 1, 53 - 72, jan. – jun., 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, N° 2, jul/dez, 1989

SENA, Daniel Richardson de Carvalho. O uso de imagens de satélite como recurso para a educação ambiental / Daniel Richardson de carvalho Sena. – Manaus,2014.103 f.; il. color. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

SILVA, Ana Tereza Reis da. Áreas Protegidas, Populações Tradicionais da Amazônia e Novos Arranjos Conservacionistas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 34 N° 99 2019

SILVA, Giuslane Francisca. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ªed.São Paulo: Centauro, 2013. **248 Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p.247-253, Ago. 2021

SILVA, Leididaina Araújo. Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Luís Antônio G. C. **Biomias presentes no Estado do Tocantins**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007, p. 10. DEPUTADOS, CÂMARA. Biomias presentes no Estado do Tocantins. Documentos e pesquisa, Biblioteca Digital. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12/browse?value=Silva%2C+Lu%C3%ADs+Ant%C3%B4nio+Guerra+Concei%C3%A7%C3%A3o&type=author> Acesso em: 22 de Agosto de 2021

SILVA, Marcos Ferreira da. Agricultura familiar na Serra do Centro, Campos Lindos (TO): trajetória histórica e transformações decorrentes da expansão do “agronegócio”.2017. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2017. <http://hdl.handle.net/11612/893>. Acesso em março de 2022.

SILVA, Moisés Pereira da. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral Da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2317> acesso em 28 de novembro de 2020.

SOUSA, D. R. N.; OLIVEIRA, M. L. R. de. Conflitos e Desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Mundo Agrario**, [S. l.], v. 18, n. 38, p. e062, 2017. DOI: 10.24215/15155994e062. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe062>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOUSA, V. N. G.; Silva, E. (2017) As quebradeiras de coco babaçu da microrregião do Bico do Papagaio do Extremo Norte tocantinense. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 6, n. 11, p. 114–124.

SOUZA, Divani Ferreira de MS. Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio: reflexões sobre desafios e perspectivas de uma organização regional. Viçosa: UFV, 2003. 142p.: il. Dissertação de mestrado.

STEDILE, João Pedro; Douglas Estevam (orgs). **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária: A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980** --2. ed.--São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (PRDA):2020-20123 / Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. - 1ª ed. amp. – Belém: SUDAM, 2020.235 p.: il.

SWERTS, Leila Affonso. Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TEIXEIRA, , T. H.; CAMELO MOREIRA, , D.; COSMO DA SILVA, , N. T. Territórios, populações tradicionais e conflito: a realidade da reserva extrativista extremo norte do Tocantins, Brasil. **Sémata: Cincias Sociais e Humanidades**, n. 30, 20 Dec. 2021.

TEIXEIRA, Thaís Helena, MOREIRA, Diego Camelo, SILVA, Nathália Thaís Cosmo da Silva. Territórios, Populações tradicionais e conflito: a realidade da reserva extrativista extremo norte do Tocantins, Brasil. **SÉMATA**, 2018, vol. 30: 359-376. <https://doi.org/10.15304/s.30.5377>

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, [S. l.], v. 5, 2009. DOI: 10.51880/ho.v5i0.47. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005

VIEIRA, F. P. Um exercício decolonial na educação ambiental: a territorialidade em uma reserva **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 315–332, 2018. DOI: 10.14295/remea.v35i2.7993. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7993>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VIEIRA, F. P. Um exercício decolonial na educação ambiental: a territorialidade em uma reserva. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.],

v. 35, n. 2, p. 315–332, 2018. DOI: 10.14295/remea.v35i2.7993. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7993>. Acesso em: 25 nov. 2022.

VILELA, R. B., Ribeiro, A., & Batista, N. A. (2020). Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: Uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. *Millenium*, 2(11), 29-36. DOI: <https://doi.org/10.29352/mill0211.03.0023> . Acesso em outubro de 2022.

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, J , FERREIRA, M. M. (Coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fund. Getúlio Vargas, 1996

WAGNER. Elmar. O programa de desenvolvimento dos cerrados e sua contribuição à produção de grãos e proteína animal. **Planaltina: EMBRAPA-CPAC**, 1982.

WARAT, L. A. **Por quem cantam as sereias**. Porto Alegre: Síntese, 2000.

**APÊNDICE A - TERMO DE TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, Andréa Siqueira de Melo (UFT/PPGHispam), aluna do Mestrado do Programa de Pós Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam), na Universidade Federal do Tocantins no câmpus de Porto Nacional, convido o(a) Sr(a) _____ para participar da pesquisa intitulada “AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E OS DESAFIOS DO USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA: A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico dos subprodutos do babaçu.” a pesquisa tem por objetivo analisar os saberes e vivências dessas comunidades extrativistas na construção de consciência ecológica e do uso sustentável da floresta e no desenvolvimento econômico dos subprodutos da palmeira babaçu. O tema tem grande importância para a memória coletiva local, a quebra do coco é uma tarefa passada a gerações e ganhou maior visibilidade e valorização de identidade dessas comunidades com o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Entretanto, através de políticas públicas, associações e projetos vem fomentando mudanças econômicas, sociais e de preservação ambiental. Dessa forma serão consideradas as vivências das quebradeiras de coco babaçu em relação ao uso sustentável e preservação da palmeira babaçu e a comercialização de seus subprodutos, ou seja, serão realizadas entrevistas que serão gravadas e posteriormente transcritas para análises das falas, sendo necessárias em torno de três visitas para a completa realização da coleta de dados. Além disso serão feitos registros fotográficos, análise de documentos e anotações em diário de bordo. Se autorizado pelo(a) Sr(a) a gravação das conversas, as tais serão registradas, porém apenas com o consentimento. Informo que o(a) Sr(a) tem garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) – UFT localizado no Campus de Palmas (cep_uft@uft.edu.br). Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outras pessoas, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. O(a) Sr(a) tem o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais da pesquisa e caso seja solicitado, darei todas as informações necessárias. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Não haverá benefícios diretos à sua participação, mas em termos social e ao ensino das Ciências Humanas, além do benefício óbvio concedido ao(s)

pesquisador(es). A pesquisa não apresenta nenhum risco à sua saúde, mas todo o material recolhido como registros fotográficos, notas de caderno e textos das transcrições das gravações, vídeos/filmagens receberão análise e poderão ser expostos em textos e à avaliação de pesquisadores ou professores em universidades ou escolas, o que poderá gerar eventuais desconfortos aos participantes do estudo. Os benefícios do estudo será a compreensão da percepção dos entrevistados viabilizará a obtenção de maior conhecimento a respeito das quebradeiras de coco babaçu, principalmente no que diz respeito aos seus saberes e vivências e uso sustentável da floresta possibilitando a geração de informações importantes para a pesquisa, desta forma possibilitando gerar conhecimento para entender, prevenir ou aliviar um problema que afete o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos. O(a) Senhor(a) pode ter acesso às cópias de todo esse material produzido, bem como ao trabalho concluído. Mas, para amenizar tais desconfortos, a privacidade do participante será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Além disso, quando se tratar da análise de dados da pesquisa, será empregada uma linguagem em um nível capaz de minimizar efeitos que possam gerar desconforto aos participantes. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados por meio de artigos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação. Certifico que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço drea.siqueira@gmail.com, Setor Porto Real, rua 06, quadra 07, lote 15. CEP 77500-000 | Porto Nacional/TO. Telefone (63) 984256794 | www.uft.edu.br | pphispan@mail.uft.edu.br. E da orientadora *Marina Haizenreder Ertzogue* no endereço marina@mail.uft.edu.br. Telefone (63) 984998117 | www.uft.edu.br | pphispan@mail.uft.edu.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Nome: _____

Assinatura do Participante

Nome: _____

Assinatura do Pesquisador

Nome: _____

Assinatura do Orientador

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS A SER REALIZADA COM MULHERES TRABALHADORAS RURAIS, LIDERANÇAS E SÓCIAS DA BASE DA ASMUBIP

Roteiro de entrevistas semiestruturadas
a ser realizada com mulheres trabalhadoras rurais,
lideranças e sócias da base da ASMUBIP

PESQUISA

**AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E OS DESAFIOS DO
USO SUSTENTÁVEL DA FLORESTA:**

A luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento
econômico

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Entrevista n° _____

FICHA DO INFORMANTE

Nome do entrevistado(a): _____

Profissão: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Ocupação atual: _____

Data e local de nascimento: _____

Endereço: _____

Contato: _____

Data e local da entrevista: _____

Questões norteadoras:

1ª PARTE

1. Quanto à emergência (surgimento) do movimento das quebradeiras de coco?
2. Quais as instituições que influenciaram e contribuíram para o início do movimento?
3. Qual a importância de Padre Josimo para o movimento?
4. Qual a importância de Dona Raimunda para o movimento?
5. Como se deu a fundação da ASMUBIP? E porque uma organização a nível estadual?
6. Como é organizada?
7. Como é feito o gerenciamento de recursos?
8. Você saberia citar quais os projetos e parceiros voltadas para as comunidades extrativistas do Bico do Papagaio?

Questões norteadoras:

2ª PARTE

1. Como foi criada a RESEX? Lei de criação?
2. Quais municípios fazem parte?
3. Como estão atualmente essas terras?
4. Como é feito o uso sustentável dos recursos dentro da reserva?
5. Sobre o desenvolvimento econômico?
6. Há cooperativas? Quais?
7. Quais os produtos feitos a partir da palmeira babaçu? Como é feita a comercialização?
8. Como as reservas extrativistas mudaram a atividade das quebradeiras de coco?

Questões norteadoras:

3ª PARTE

1. O que você entende por meio ambiente?
2. O que significa sustentabilidade para você?
3. O que você entende por preservação?

4. Como as quebradeiras de coco contribuem para a preservação das florestas e do babaçu?
5. Como são as ações voltadas para o uso sustentável dos recursos do babaçu?
6. Qual a percepção da ASMUBIP com relação a problemática ambiental?
7. Há iniciativas em formação de novas lideranças? Saberá citar quais?
8. O que a palmeira babaçu representa para você?
9. Como é a relação hoje das comunidades com a floresta babaçu?

ANEXO A - PRODUTO FINAL

Diante da necessidade de elaboração de um produto final do mestrado profissional, optou-se por aproveitar a oportunidade de participação da escola na qual sou lotada, CEM PROFESSOR FLORENCIO AIRES, no município de Porto Nacional, onde lecionei entre os anos de 2011 a 2016 (como professora das disciplinas das turmas de ensino médio de História e Sociologia) e fui coordenadora pedagógica até 2020 atuando no Ensino Fundamental, Médio e EJA, para elaborar um projeto e material de apoio pedagógico que pudesse ser aproveitado como produto final do mestrado.

Peter Lee convida a pensar que: “Se o ensino de história na escola não proporcionar aos alunos os meios para pensar historicamente, não haverá mais ninguém suscetível de fazer isso por nós... O ensino de história terá feito o seu trabalho se os alunos tiverem os meios e uma disposição ampla para tentar orientar-se no tempo historicamente” (LEE, 2016, p. 128).

Considerando que um espaço sustentável é aquele [...] onde as pessoas cuidam das relações que estabelecem umas com as outras, com a natureza. Esse espaço tem uma intencionalidade deliberada de educar para a sustentabilidade, mantém coerência entre as práticas e posturas e se responsabilizam pelos impactos que geram. Dessa forma buscam compensá-los com tecnologias apropriadas. Eles nos ajudam a aprender, a pensar e a agir para construir o presente e o futuro com criatividade, inclusão, liberdade e respeito às diferenças, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Por suas características, esses espaços influenciam a todos que por ele circulam e nele convivem e assim educam por si mesmos. Com isso, tornam-se referência de sustentabilidade para toda a comunidade (BRASIL, 2012, p.6).

a) objetivos da pesquisa que indicam a aplicabilidade na educação básica;

Objetivo Geral

O objetivo desse trabalho é analisar, relatar e identificar a importância que o estudo da História Regional e Local representa para a formação sócio-político e econômica do Estado, especificamente os movimentos sociais de mulheres camponesas

no extremo norte do Tocantins, conhecido como Bico do Papagaio. E assim contribuir no ensino-aprendizagem e na formação e afirmação da identidade cultural.

Objetivos Específicos

- Identificar a influência das lideranças femininas na formação e organização dos movimentos sociais e na Historiografia Local;
- Analisar a formação do movimento das quebradeiras de coco babaçu do extremo norte do Tocantins e sua importância para a Historiografia Regional;
- Produzir material de apoio pedagógico (Guia de estudos) de História do Tocantins, através da pesquisa, para atender professores e alunos a Rede Estadual de Ensino, nas disciplinas de Ciências Humanas no Ensino Médio.
- Levar o aluno a identificar o momento em que uma circunstância histórica de sua região é analisada, num processo de valorização da identidade na capacidade de pensamento histórico do aluno e a possibilidade de consolidar habilidades de análise da própria realidade social.

a) os principais aspectos a serem abordados durante a pesquisa;

No Brasil há uma grande diversidade regional e isso é notório e visível por meio da cultura, da socioeconomia, das políticas educacionais e ambientais e em relação às mudanças climáticas. Esse cenário é riquíssimo para o aprofundamento do estudo das Histórias Regionais e Locais. Sendo assim os principais aspectos abordados serão:

- ✓ Historiografia Regional e Local do Tocantins das comunidades extrativistas do extremo norte do Estado conhecidas como as quebradeiras de coco babaçu, nos campos social, político, ambiental e de desenvolvimento econômico sustentável.

b) os possíveis resultados a serem alcançados;

- Contribuir para enriquecer o currículo de História do Tocantins através da produção de material de apoio pedagógico (Guia de estudos) que poderão ser aplicados nas disciplinas de Ciências Humanas no Ensino Médio.
- Analisar a identidade regional de seu povo, levando o aluno a valorizar a cultura regional e local.

c) as possíveis ações que podem ser executadas na educação básica após a conclusão da pesquisa;

- Ministras nas escolas da Rede Estadual de Ensino palestras e oficinas sobre o tema abordado na pesquisa.
- Distribuir folders e disponibilizar material pedagógico (Guia de estudos) com os principais aspectos obtidos do estudo.

d) como pretende colocar em prática os resultados obtidos para contribuir com a educação básica.

- Divulgar o material obtido na pesquisa, visando auxiliar o ensino-aprendizagem nas disciplinas de Ciências Humanas no Ensino Médio e Fundamental.
- Promover formação aos professores das disciplinas: História, Sociologia, Filosofia e Geografia.
- Apresentar os resultados da pesquisa em Congressos, Seminários, Simpósios.

LEI Nº 1.959, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.
Publicada no Diário Oficial nº 2713

**Dispõe sobre a proibição da queima,
derrubada e do uso predatório das
palmeiras do coco de babaçu e adota
outras providências.**

O Governador do Estado do Tocantins,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São proibidos a queima do coco babaçu, inteiro ou in natura, para qualquer finalidade, a derrubada e o uso predatório de suas palmeiras no Estado do Tocantins, vedadas ainda, as práticas que possam prejudicar a produtividade ou a vida do babaçu.

§ 1º. É permitida a derrubada de palmeiras de coco babaçu no Estado do Tocantins:

I - Se necessária a execução de obras, projetos ou serviços de utilidade pública ou de interesse social, assim declarado pelo Poder Público, sem prejuízo do licenciamento junto ao órgão ambiental competente;

I - Com o objetivo de estimular a reprodução das palmeiras, aumentar a produção do coco ou facilitar a sua coleta;

III - nos casos de raleamento, obedecido o disposto no art. 3º desta Lei.

§ 2º. Para fins do disposto no inciso I do §1º deste artigo, o órgão licenciador de reivindicar as medidas de compensação ambiental a serem adotadas pelo responsável.

§ 3º. O disposto neste artigo não se aplica ao carvão produzido da casca do coco de babaçu em caieira, pelas quebradeiras de coco e comunidades tradicionais.

Art. 2º. As matas nativas constituídas por palmeiras de coco de babaçu, em terras públicas ou devolutas são de livre uso e acesso das populações agroextrativistas, desde que as explorem em regime de economia familiar e comunitário, conforme os costumes de cada região.

Parágrafo único. Em terras privadas, a exploração é condicionada a celebração de termo de acordo entre as associações regularmente constituídas de quebradeiras de coco de babaçu ou de comunidades tradicionais e os respectivos proprietários.

Art. 3º. É permitido o trabalho de raleamento nas áreas de incidência de palmeiras de coco de babaçu, desde que obedecidos os seguintes critérios:

- I- sacrifício prioritário de palmeiras fêmeas senis;
- II- manutenção de, no mínimo, oitenta palmeiras produtivas e oitenta palmeiras jovens em cada hectare desmatado, obedecendo ao espaçamento máximo 10mx 10m;
- III- utilização de meios adequados de desbaste, que não comprometam a vegetação remanescente;
- IV- vise melhorar a produtividade e facilitar o acesso aos babaçuais, sendo permitido o manejo da vegetação associada. Parágrafo único. O trabalho de raleamento é condicionado à autorização do órgão ambiental competente.

Art. 4º. Compete ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS e à Companhia Independente de Polícia Ambiental - CIPAMA a execução e fiscalização do cumprimento desta Lei, podendo para tanto, celebrar convênios com órgãos federais, municipais e com a sociedade civil organizada.

Art. 5º. O infrator desta Lei, independentemente das sanções civis, penais e administrativas previstas e da obrigação de reparação do dano causado, deve incorrer no pagamento de multa:

- I- no valor de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 por unidade, quilo, metro de carvão vegetal ou metro cúbico, para aquele que receber ou adquirir, vender ou expor à venda, transportar ou que tenha, para fins comerciais ou industriais, carvão de coco de babaçu inteiro ou in natura;
- II- no valor de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, para aquele que conduzir palmito extraído de palmeira de coco de babaçu, ressalvada as condições mencionadas no

§ 1º do art.1º desta Lei. Parágrafo único. A inobservância das demais infrações não tipificadas nesta Lei, sujeita ao infrator às sanções previstas na legislação ambiental em vigor, em especial as previstas na Lei Estadual 771, de 7 de julho de 1995, e Decreto Federal 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 6º. O produto da arrecadação da multa instituída nesta Lei é recolhido ao Fundo Estadual do Meio Ambiente e revertido para a recuperação de áreas de babaçuais e para o desenvolvimento de políticas públicas em favor das comunidades de quebradeiras de coco de babaçu e das comunidades tradicionais.

Art. 7º. O Poder Executivo e suas autarquias ficam proibidos de conferir benefícios, sob qualquer instrumento, aos infratores desta Lei, devendo constar estes em relação organizada pelo órgão ambiental competente. Art. 8º. Com o propósito de estimular a instalação de unidades industriais que visem o aproveitamento integral do coco de babaçu, é proibida a comercialização interestadual do coco de babaçu inteiro ou in natura.

Art. 9º. A quebra do coco de babaçu em duas ou mais partes, processadas em qualquer ambiente, sem o aproveitamento do mesocarpo e da amêndoa, não justifica a carbonização das referidas partes, que assim, não são consideradas cascas para este efeito.

Art. 10. Ao Poder Executivo incumbe a elaboração de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. É revogada a Lei 1.366, de 31 de dezembro de 2002. Palácio Araguaia, em Palmas, aos 14 dias do mês de agosto de 2008; 187º da Independência, 120º da República e 20º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado